São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00 | Sexta-feira, 13 de Maio de 2022 | Edição N º 550

datamercantil.com.br

Caminhoneiros dizem que polarização política atrapalha mobilização

A postura de caminhoneiros diante dos recentes aumentos de preço dos combustíveis vem sendo influenciada pela polarização política que divide a categoria, segundo entidades ouvidas pela reportagem.

Enquanto muitos mantêm apoio ao presidente Jair Bolsonaro (PL), como em 2018, outros se decepcionaram e fazem críticas ao mandatário.

As lideranças também acusam umas às outras de interesses pessoais, que estariam minando a capacidade de mobilização.

Uma caravana contra a atual política de preços da Petrobras, marcada para começar no dia 20 em Curitiba (PR), por exemplo, estaria sendo atrapalhada por esse racha político, afirma José Roberto Stringasci, representante em São Paulo da ANTB (Associação Nacional de Transporte do Brasil).

Ele diz que já foi chamado de bolsonarista e de comunista. "A maioria [das lideranças] não luta para melhorar nada para o Brasil, luta por si próprio ou para tentar algum benefício para as entidades deles. Uns são a favor do governo, outros são contra, mas acho que deveriam ver mais o lado dos brasileiros, esquecendo um pouco essa parte política", diz.

Para contornar as acusações e reforçar o caráter apartidário da caravana, ele afirma que resolveu pintar a carreta de verde, amarelo e vermelho –seria uma forma "não desagradar ninguém", diz.

Presidente da CNTRC (Confederação Nacional do Transporte Rodoviário de Cargas), Plínio Dias avalia que o calendário político tem feito com que várias lideranças dos caminhoneiros preferam ser cautelosos para não bater de frente com os apoiadores de Bolsonaro.

Como Stringasci, ele também tenta articular uma mobilização –nesse caso, para 21 de maio, data de início da paralisação de 2018, que parou o país.

"Quando a gente lança um grito de mobilização, [algumas lideranças] querem confundir as pessoas, como se estivéssemos fazendo movimento político para tirar Bolsonaro do governo, coisa que não existe na nossa pauta."

Na sua visão, a intenção desses dirigentes é usar o nome da categoria para se lançar candidato nas eleições no final do ano.

Dias afirma ter votado no presidente em 2018, mas agora prefere se manter neutro, apesar de ser filiado ao Progressistas, partido que faz parte da base do governo no Congresso.

Luiz Antônio Cintra/Folhapress

Economia

24% dos importadores sofreram atrasos por mobilização da Receita, diz CNI

Página - 03

Serviços crescem 1,7% de fevereiro para março, diz IBGE

Página - 03

Política

Lula diz confiar nas urnas e que eleição será 'golpe democrático e popular' sem fuzil

Página - 04

STF vai julgar impedimento de Lira para atuar em pedidos de impeachment contra Bolsonaro

Página - 04

Aquisições

Cencosud compra Giga por R$ 500 milhões e acirra corrida do atacarejo

Pág - 05

Decolar compra ViajaNet por cerca de US$ 15 mi

Pág - 05

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

No Mundo

Projeto em Portugal prevê penalizar médicos caso pacientes façam aborto

Embora a interrupção voluntária da gravidez até dez semanas de gestação seja legal em Portugal desde 2007, um projeto de reforma no sistema de avaliação de desempenho dos médicos de família pode penalizar profissionais cujas pacientes decidam abortar.

O plano também pretende incluir a incidência ou não de infecções sexualmente transmissíveis nas mulheres como indicador de avaliação dos profissionais. O projeto, que ainda está sob avaliação do Ministério da Saúde, foi revelado pelo jornal Público e ganhou enorme repercussão no país, com direito a um acalorado debate no Parlamento.

As mudanças dizem respeito a profissionais que atuam nas chamadas Unidades de Saúde Familiar do tipo B, nas quais parte do salário é variável, vinculada ao cumprimento de certos critérios de desempenho, incluindo o planejamento familiar dos pacientes. Pelo projeto, a "ausência de interrupção voluntária de gravidez" nos 12 meses anteriores seria considerada na avaliação e, portanto, teria influência no valor da remuneração ligada ao desempenho dos profissionais de saúde.

A ausência de diagnóstico de infecções sexualmente transmissíveis em mulheres nos 12 meses anteriores à data de referência também se tornaria critério de monitoramento.

O médico João Rodrigues, coordenador para a reforma dos cuidados de saúde primários, defendeu as mudanças apontando a necessidade de avaliar os profissionais e de criar estímulos de desempenho. "Esse indicador pode e deve ajudar na aposta que se deve fazer na prevenção", disse ao Público. "Cientificamente como é que posso medir a atividade preventiva? Só se tenho ou não IVG [interrupção voluntária da gravidez], porque o resultado final é esse."

Giuliana Miranda/Folhapress

Finlândia pede para entrar na Otan, e Rússia ameaça com retaliação

Em uma decisão histórica, o governo da Finlândia anunciou que vai pedir "sem demora" a entrada do país nórdico na Otan, a aliança militar de 30 membros liderada pelos Estados Unidos. A Rússia, cuja invasão da Ucrânia motivou a iniciativa, prometeu retaliação contra o vizinho.

Os finlandeses mantinham neutralidade militar desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em um acerto tácito com a então União Soviética para evitar um novo conflito como os que os países travaram durante o embate global.

Eles deverão ser seguidos pela Suécia, encerrando mais de 200 anos de neutralidade do vizinho. O Parlamento em Estocolmo deverá dar seu parecer sobre o tema nesta sexta (13). Ambos os países mudaram de opinião e buscaram o guarda-chuva militar dos EUA por temer a agressividade russa.

"A Finlândia deve candidatar-se à adesão à Otan sem demora. Nós esperamos que os passos nacionais ainda necessários para tomar a decisão sejam tomados rapidamente nos próximos dias", disseram em declaração o presidente Sauli Niinistö e a premiê Sanna Marin.

Igor Gielow/Folhapress

EUA superam um milhão de mortes por Covid-19

Os Estados Unidos superaram a marca de um milhão de mortes por Covid-19, anunciou a Casa Branca, no momento em que o país, liderado por Nova York, a cidade mais afetada pelo coronavírus em 2020, deseja virar a página, apesar do leve aumento de casos desde o mês passado.

"Hoje alcançamos um marco trágico: um milhão de vidas americanas perdidas para a Covid-19", afirmou o presidente Joe Biden em um comunicado.

"Nós devemos permanecer vigilantes contra esta pandemia e fazer tudo para salvar o maior número possível de vidas, como fizemos com mais testes, vacinas e tratamentos do que nunca antes", acrescentou Biden.

Após vários meses de queda nos contágios no país mais enlutado do mundo (seguido por Brasil, Índia e Rússia), Estados Unidos registram há um mês um aumento diário de casos.

A alta acontece em um contexto no qual a máscara deixou de ser obrigatória, embora o uso continue sendo recomendado em ambientes fechados, e a quarta dose da vacina está disponível apenas para pessoas com mais de 50 anos.

O aumento de casos é provocado por subvariantes da ômicron, mais transmissíveis que as cepas anteriores, embora os feitos pareçam menos graves em um país onde 66% da população está vacinada. O índice alcança 90% entre as pessoas com mais de 65 anos.

Após dois anos de pandemia e várias ondas de variantes de coronavírus, o país deseja virar a página da doença.

EFERVESCÊNCIA EM NY

Nova York, capital econômica e cultural do país e grande mosaico de comunidades e classes sociais, parece ter recuperado sua famosa efervescência.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da abra legal

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Economia

24% dos importadores sofreram atrasos por mobilização da Receita, diz CNI

As empresas brasileiras sentem cada vez mais os impactos da operação-padrão dos auditores fiscais da Receita Federal, iniciada em dezembro do ano passado. De 163 operadoras do comércio exterior, 72% tiveram sua produção afetada em abril.

No caso das importadoras, o atraso na entrega de mercadorias aos clientes afetou 23,9% das empresas no mês passado, ante 7% em janeiro. Com a dificuldade para conseguir insumos e matérias-primas, o número de companhias que interromperam a produção quase triplicou no período, saltando de 7,8% para 21,2%.

O levantamento foi feito pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) entre 29 de março e 8 de abril. A lentidão no desembaraço das mercadorias é o principal problema apontado pelas companhias ouvidas, que também reclamam dos atrasos nas entregas aos clientes.

No caso das exportadoras, os atrasos foram relatados por 40,2% das companhias participantes da consulta, um aumento de 16,8 pontos percentuais na comparação com o resultado da pesquisa realizada em janeiro pela CNI.

Uma dessas empresas é a Samtronic, que trabalha com produtos médico-hospitalares de primeira necessidade ao tratamento da Covid-19.

Segundo Pedro Silveira, diretor de Administrativo e Controladoria da Samtronic, o desembaraço alfandegário (liberação da mercadoria nos aeroportos e portos do país) tem levado de 20 a 40 dias para ser concluído, gerando, assim, uma série de consequências.

O primeiro impacto mencionado por ele recai sobre os clientes, como hospitais que estão à espera dos produtos para a realização de tratamentos. "Os principais países que nós estamos tendo problema são Honduras e Paraguai", disse.

O abalo sobre a imagem da empresa e a questão financeira são outros problemas descritos por Silveira.

"O segundo impacto é institucional, é a nossa marca. Ninguém vai entender que o fiscal da Receita está em greve, vão dizer que a empresa não entrega [a mercadoria]", afirmou.

Nathalia Garcia/Folhapress

Guedes ouve crítica sobre privatização da Petrobras, se irrita e vai embora

O ministro da Economia, Paulo Guedes, se irritou com críticas à privatização da Petrobras durante um pronunciamento à imprensa e deixou o local sem responder perguntas.

Ele deu uma breve declaração a jornalistas após se encontrar com o novo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, e receber um pedido para iniciar estudos de desestatização da petroleira.

Ao fundo, era possível ouvir um grupo protestando, "vocês vão destruir o patrimônio do povo brasileiro". Não foi possível identificar quem disse isso.

Guedes levantou a voz. "Eu queria que todos soubessem que sempre respeitamos, estamos numa democracia, respeitamos os vencedores de eleições. Não quero falar de quem roubou a Petrobras, assaltou a Petrobras durante anos, roubaram, foram condenados, não quero falar isso", afirmou.

"Quero simplesmente receber um programa de governo que teve 60 milhões de votos, receber um pedido do novo ministro de Minas e Energia e encaminhar o processo", continuou.

Ele, então, encerrou o pronunciamento. Ao ouvir novas críticas, ele disse: "Nós vamos devolver ao povo brasileiro o que é deles, está certo?", e deixou o local.

Os jornalistas que estavam ali tentaram fazer perguntas ao ministro, mas não foram respondidos.

Folhapress

Serviços crescem 1,7% de fevereiro para março, diz IBGE

O volume de serviços no país cresceu 1,7% em março, na comparação com o mês anterior. Com esse resultado, que é a segunda alta consecutiva do indicador, o setor atingiu o maior patamar desde maio de 2015. As informações são da Agência Brasil.

Os serviços também estão 7,2% acima do patamar de fevereiro de 2020, ou seja, do período pré-pandemia de covid-19. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com março de 2021, o setor registrou alta de 11,4%. No acumulado do ano, o setor cresceu 9,4% e, no acumulado de 12 meses, alta de 13,6%.

A receita nominal dos serviços cresceu 1,2% na comparação com fevereiro deste ano, 17,9% em relação a março do ano passado, 15,4% no acumulado do ano e 18,2% no acumulado de 12 meses.

A alta de 1,7% do volume de serviços em março foi acompanhada pelas cinco atividades pesquisadas pelo IBGE, com destaque para os transportes (2,7%).

Segundo o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo, os segmentos que mais influenciaram a alta dessa atividade estão os transportes rodoviário de cargas e aéreo de passageiros.

"Dentre os setores que mais influenciaram a alta dessa atividade está o rodoviário de cargas, especialmente o vinculado ao comércio eletrônico e ao agronegócio. É a principal modalidade de transporte de carga pelas cidades brasileiras e seu uso ficou ainda mais acentuado após os meses mais cruciais da pandemia. Outra influência foi o transporte aéreo de passageiro, não só por conta do aumento do fluxo de passageiros, o que gerou maiores receitas das companhias aéreas, mas também porque foi ajudado pela queda do preço das passagens aéreas observadas no mês de março", explicou.

As demais atividades apresentaram as seguintes taxas de crescimento: informação e comunicação (1,7%), profissionais, administrativos e complementares (1,5%), prestados às famílias (2,4%) e outros serviços (1,6%).

Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Política

Lula diz confiar nas urnas e que eleição será ‘golpe democrático e popular’ sem fuzil

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que acredita na urna eletrônica e, em discurso crítico ao presidente Jair Bolsonaro (PL), disse que o “golpe será democrático e popular” com a realização das eleições.

“Bolsonaro fala em golpe todo o dia. A imprensa fala em golpe. E ele vai ver o golpe que ele vai sofrer no dia 2 de outubro. O povo vai dar um golpe no autoritarismo dele e vai reestabelecer a democracia nesse país. Vai ser o primeiro golpe democrático e popular. Golpe sem fuzil, sem metralhadora. É um golpe da eleição democrática”, afirmou Lula.

O ex-presidente participou de plenária em Juiz de Fora, em Minas Gerais, na tarde desta quarta. Na agenda do petista estava prevista uma entrevista coletiva que foi desmarcada.

Na plenária, Lula também afirmou que defende a urna eletrônica, alvo de ataques de Bolsonaro e seus aliados. “Ele está dizendo que a urna vai praticar roubo. Sabe por que eu confio na urna? Por que se pudesse roubar na urna eletrônica, o torneiro mecânico não teria sido presidente da República duas vezes”, disse.

O petista estava acompanhado dos ex-ministros Aloizio Mercadante e Luiz Dulci, do deputado Reginaldo Lopes (MG), líder do PT na Câmara e pré-candidato da legenda ao Senado, e da socióloga Rosângela da Silva, a Janja, sua noiva.

Lula cumpre uma série de compromissos de pré-campanha em Minas Gerais. Ele enfrentou pequenos protestos de apoiadores de Bolsonaro nos outros municípios, mas sem intercorrências.

Preocupados com atos agendados por aliados de Bolsonaro, o PT reforçou a segurança e fez ajustes na agenda do ex-presidente em viagem a Juiz de Fora nesta quarta, segundo integrantes da equipe do petista.

A segurança teve de ser redobrada em Juiz de Fora, segundo aliados do petista, depois de a equipe de Lula ser avisada de que protestos foram agendados para pontos onde ele cumpre compromissos.

Foi em Juiz de Fora, em setembro de 2018, que o então candidato à Presidência do PSL Jair Bolsonaro levou uma facada na barriga.

Catia Seabra e Victoria Azevedo/Folhapress

STF vai julgar impedimento de Lira para atuar em pedidos de impeachment contra Bolsonaro

O Supremo Tribunal Federal começa a julgar nesta sexta-feira (13) um pedido para que o presidente da Câmara dos Deputados se declare impedido de interferir em um pedido de impeachment em que ele figura como testemunha.

O pedido de impeachment foi feito pelo advogado paulista Paulo Sergio Coelho, depois da revelação de que Arthur Lira (PP-AL) teria recebido um recado do ministro da Defesa Walter Braga Netto afirmando que não haveria eleições no país se não houvesse “voto impresso e auditável”.

O advogado arrolou Lira como testemunha, e entende que ele, por isso, não pode mais atuar sobre o processo. E deve enviá-lo imediatamente ao primeiro-vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PSD-AM) -que já declarou que ameaças à realização das eleições configuram “claro crime de responsabilidade”.

Lira até agora não despachou no processo, que segue em sua gaveta.

Numa primeira decisão, a ministra do STF Cármen Lúcia, sorteada para julgar a ação, afirmou que “a declaração de impedimento [de Lira] se insere no juízo de conveniência e oportunidade do deputado”. Ou seja, o próprio presidente da Câmara deveria decidir se está ou não impossibilitado de atuar no processo.

O advogado recorreu. “Há quase dois séculos, prevê-se no Brasil que testemunha não pode interferir no processo de impeachment.

Mônica Bergamo/Folhapress

Partidos buscam saída jurídica para ‘dupla candidatura’ ao Senado

Uma brecha jurídica para o desmembramento de coligações estaduais para a disputa ao Senado virou mais um componente na costura nos palanques pelo país.

Uma consulta ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) feita pelo deputado federal Delegado Waldir (União Brasil-GO) avalia a possibilidade de partidos lançarem mais de uma candidatura ao Senado na mesma chapa para o governo estadual.

O caso, sob relatoria do ministro Edson Fachin, ainda será analisado pela Justiça Eleitoral.

A decisão pode impactar a formação de palanques em estados onde mais de um pré-candidato ao Senado apoia o mesmo nome a governador e duela pela vaga na chapa. É o caso, por exemplo, de estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Pará, Roraima e Mato Grosso.

A eleição de 2022 renovará apenas um terço do Senado –cada estado elegerá apenas um senador com mandato até fevereiro de 2030. Desta forma, as alianças nos estados têm sido negociadas tendo como base a necessidade de definir apenas um candidato ao Senado para a chapa.

Contudo uma resolução do TSE de 2010 indica a possibilidade de que a coligação para o cargo de governador não seja reproduzida na disputa ao Senado.

Os partidos poderiam apresentar candidatos ao Senado isoladamente, mantendo a coligação na disputa para o governo. É vedada apenas a formação de uma nova coligação para o Senado, mesmo que com siglas da chapa para o Executivo estadual.

“Já existe uma decisão de 2010 sobre o assunto, mas pedi uma atualização porque houve mudanças na legislação eleitoral. Estamos em um novo cenário político em que os partidos precisam estar mais fortes”, afirma o deputado Delegado Waldir.

Parecer da área técnica do TSE feito após a consulta do deputado aponta que as alterações na lei eleitoral nos últimos 12 anos não impediram a pulverização de palanques para o Senado aliada a uma chapa única para governador.

João Pedro e Italo Nogueira/Folhapress

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Fusões & Aquisições

Cencosud compra Giga por R$ 500 milhões e acirra corrida do atacarejo

A Cencosud acaba de anunciar a aquisição da rede de atacarejo Giga, por R$ 500 milhões. A transação marca a entrada da Cencosud em São Paulo, estado em que ainda não tinha atuação, com o formato de cash & carry, que vem crescendo em todo o país.

O Giga tem 10 lojas e um centro de distribuição em São Paulo. Em 2021, o faturamento ficou acima de R$ 1,5 bilhão. A empresa tem cerca de 1300 funcionários. A transação ainda precisa ser aprovada pelo Cade.

A aquisição do Giga é mais um movimento no aquecido processo de consolidação do setor de atacarejo no Brasil. O segmento cresceu mais de 90% nos últimos cinco anos no Brasil, e em 2021 movimentou R$ 99,6 bilhões, de acordo com dados da Euromonitor.

Atacarejo é até 15% mais barato

O apelo do modelo de atacado é o preço. Os produtos custam em média 10% a 15% menos nessas lojas, em comparação com os supermercados comuns. Incialmente desenhado para clientes corporativos, como bares, restaurantes e pequenos mercados, nos últimos 10 anos o modelo ganhou espaço também com o consumidor final em busca de economia.

Para atrair mais esse cliente, as redes de atacarejo aumentaram sortimento de produtos e têm investido em melhorias na experiência de compra. Com isso vêm ganhando espaço com um consumidor com maior poder aquisitivo.

As aquisições recentes de Assaí e Atacadão

Mais recentemente, a briga por bons pontos de venda se acirrou e vem movimentando o mercado, com grandes redes adquirindo lojas em pontos estratégicos para ampliar a oferta, em especial para o cliente final que quer o menor preço, mas também leva em conta a conveniência de comprar mais perto de casa.

BizNews

Grupo SBF, dono da Centauro, compra FitDance

Em junho de 2021, o grupo SBF criou a SBF Ventures para consolidar um ecossistema de ativos de esportes em torno da Centauro e da Nike. Essa última operação, por meio da Fisia, unidade estruturada em 2020 para ser a distribuidora exclusiva e cuidar dos negócios da marca americana no País.

O primeiro pilar desse ecossistema veio em dezembro de 2020, com a compra da NWB, dona de canais de conteúdo como Desimpedidos e Acelerados. E a estratégia ganhou fôlego neste ano, com dois novos negócios: a sportstech OneFan e a empresa de live marketing esportivo X3M.

Agora, o grupo avaliado em R$ 5,3 bilhões está fazendo um novo movimento para manter o ritmo de suas aquisições. Literalmente. Em um passo antecipado com exclusividade ao NeoFeed, a SBF Ventures anuncia a compra de 100% da plataforma brasileira de dança FitDance.

"Queríamos criar uma conexão mais íntima com esse público de dança, que é uma atividade física e, agora, uma modalidade olímpica", diz Gustavo Furtado, general manager da SBF Ventures, ao NeoFeed. "E a FitDance conversa com uma audiência muito grande e engajada dentro desse universo." BizNews

Decolar compra ViajaNet por cerca de US$ 15 mi

O grupo argentino Despegar.com, que opera no Brasil com a marca Decolar.com, anunciou que fechou um acordo para comprar a ViajaNet, uma das agências online de turismo líderes no Brasil, por um total de aproximadamente 15 milhões de dólares.

A transação está sujeita às condições de fechamento habituais. Nos termos do acordo, 60% do preço de aquisição serão pagos no fechamento; 20% em 24 meses depois da aquisição e os 20% restantes 36 meses após a aquisição.

A ViajaNet registrou faturamento auditado de cerca de 30 milhões de dólares em 2019. Durante 2021, as vendas online da ViajaNet representaram cerca de 98% das vendas totais, com 88% das reservas brutas originadas no canal B2C e o restante pelo canal B2B. Além disso, 98% das reservas brutas corresponderam ao segmento aéreo do mercado brasileiro de viagens. Isso dá à Decolar a oportunidade de vendas cruzadas de seu portfólio de hospedagens e outros produtos de viagens aos clientes da ViajaNet.

Marcelo Grether, Chief M&A & New Business Officer do Grupo Decolar, afirmou: "O acordo para comprar a ViajaNet, nossa terceira aquisição no Brasil nos últimos dois anos, é mais um passo na nossa estratégia de consolidação regional. Esse acordo nos permitirá fortalecer nosso portfólio de hospedagem e serviços por meio de uma nova marca e sua base de clientes, além de reforçar nosso time no país. E, graças a nossa já comprovada capacidade de integração, esperamos capturar outras sinergias em todas as áreas da companhia."

Paulo Nascimento, CEO da ViajaNet, acrescentou: "Estamos entusiasmados por nos juntar à equipe da Decolar, líder no mercado de viagens da América Latina. Tornar-nos parte da Decolar dará aos nossos clientes acesso a um portfólio de produtos de viagem maior e mais diversificado, enquanto também se beneficiarão da inovação tecnológica da companhia posta ao serviço dos viajantes."

Ambas as empresas continuarão com suas marcas e seguirão trabalhando de forma independente em sua gestão comercial. O fechamento da transação deve ocorrer no segundo trimestre de 2022.

BizNews

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Tecnologia

Pesquisas do Google são nova arma para espalhar malwares

Uma nova ameaça parece estar sendo bem sucedida para realizar a prática de "phishing" entre vítimas online. Segundo um relatório da Netskope, um provedor de serviços de segurança, o download de arquivos de PDF mal-intencionados tiveram um significativo aumento de 450% nos últimos 12 meses.

E os e-mails não foram a principal arma de disseminação dos malwares. Segundo o estudo, os criminosos estão espalhando vírus através de técnicas de SEO.

O que é SEO:

Para quem não sabe ou não se recorda, o SEO (Search Engine Optimization) é uma prática digital que melhora a visibilidade de sites nos mecanismos de busca, como Google e Bing, subindo as suas posições no ranqueamento das pesquisas. Para obter uma boa classificação, é preciso seguir uma série de técnicas e orientações, muitas das quais, quando não seguidas, derrubam o site das primeiras páginas das buscas.

Já o termo "phishing" é utilizado para enganar um usuário online, de forma a obter dados pessoais — como senhas ou informações confidenciais — ou fazê-lo realizar o download de um vírus ou malware em seu dispositivo, quando o mesmo clicar em um link malicioso.

Apesar de muito mais popular com o envio de e-mails mal-intencionados, o "phishing" também pode ser aplicado de outras formas, como, neste novo método de cibercriminosos, em sites bem-ranqueados nos motores de buscas.

Como evitar o novo golpe

De acordo com o diretor dos Laboratórios de Ameaças da Netskope, Ray Canzanese, evitar este tipo de golpe de phishing através de PDFs maliciosos não é nada fácil. Isto porque, quando envolve o uso de mensagens de e-mail, basta verificar o endereço do remetente. Quando o assunto são links suspeitos recebidos em redes sociais, basta ignorar quando não se tratar de uma pessoa confiável.

Em relação aos mecanismos de busca, a melhor maneira de se defender contra ataques de phishing que estão devidamente otimizados com as técnicas de SEO, seria implementando uma solução de descriptografia, para verificar o tráfego da Web através de conteúdos mal-intencionados.

Lucas Leite Wetten/TecMundo

Internautas celebram chegada das reações no WhatsApp

Nos últimos dias, o WhatsApp ganhou uma atualização bastante aguardada pelos usuários: as reações de mensagens, recurso já visto em outros aplicativos, como Instagram e Slack. Com seis emojis disponíveis nesta primeira versão, o mensageiro promete adicionar novas reações futuramente.

Como de costume, a atualização foi liberada gradativamente, tanto na versão mobile quanto na web, para todos os usuários do mensageiro. Agora, com o recurso chegando a cada vez mais pessoas, o assunto foi motivo de comemoração nas redes sociais. No Twitter, o WhatsApp ficou entre os assuntos mais comentados nesta quinta-feira (12) por causa da novidade.

"Finalmente não vou mais precisar responder mensagens que não quero, basta uma reação e é isto", comemorou uma usuária no Twitter. "Whatsapp ativando mais uma ferramenta de vácuo, adorei", comentou outro internauta.

Mais novidades:

Além das reações com emojis, que já estava presente na versão beta do app, o WhatsApp também liberou outras novidades para o público, incluindo grupos de até 512 usuários e compartilhamento de arquivos de até 2 GB.

Giovanna Fantinato/TecMundo

Twitter atualiza e simplifica sua Política de Privacidade

O Twitter apresentou uma nova edição das Políticas de Privacidade da rede social, disponibilizadas em nove idiomas no site da empresa. Junto à reedição do conteúdo, também foi lançado um game online, o Twitter Data Dash, com o objetivo de ensinar as políticas da empresa de uma forma bem mais leve e divertida aos usuários da plataforma.

A ideia da reescrita da política é para que qualquer um possa saber, através de uma linguagem mais fácil de compreender, como os seus dados estão sendo coletados, usados e compartilhados pela plataforma — não sendo mais necessário possuir um diploma de Direito para isso, brinca o anúncio da empresa.

A nova Política de Privacidade da rede social concentra todo o seu conteúdo em três principais frentes: a coleta de dados, o uso de dados, e o compartilhamento de dados. Além disso, a repaginação da política agora abrange os diferentes tipos de mídias exibidos na timeline do Twitter, que hoje em dia vai muito além dos simples tweets. Ademais, informações referentes aos anúncios personalizados de acordo com a experiência de cada usuário também foram atualizadas.

Joguinho sobre o uso de dados:

Para entender a política de uma maneira muito mais divertida, o Twitter lançou um joguinho online, o Twitter Data Dash, criado por ninguém menos do que Momo Pixel, uma premiada artista e desenvolvedora de games.

O objetivo do jogo é ensinar os usuários como navegar com mais segurança através da rede social, além de aprender mais sobre o controle dos seus dados. Para explorar o jogo, basta acessar: http://twitterdatadash.com/

Lucas Leite Wetten/TecMundo

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Publicidade Legal

Nova Infraestrutura S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de janeiro de 2022, às 10:00 horas, na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco A, 5º andar, Vila Olímpia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-065. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), em vista da presença da totalidade dos acionistas subscritores, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira; Secretário: João Gabriel Gomes Pereira. **4. Ordem Do Dia e Deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, foram aprovadas as seguintes deliberações: (i) aprovar a constituição da **Nova Infraestrutura S.A.** ("Companhia"), que se regerá pelo Estatuto Social, que lido e aprovado, passa a integrar a presente na qualidade de Anexo I, com capital subscrito de R$ 9.000,00 (nove mil reais), dividido em 9.000 (nove mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição, que seguem na forma do Anexo II, e do recibo de depósito do capital social integralizado em moeda corrente nacional, realizado em atendimento ao disposto no art. 80, II, da Lei nº 6.404/76, que segue na forma do Anexo III; (ii) a eleição dos Srs. **Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 296.228 e no CPF/ME sob o nº 335.870.178-67 e **João Gabriel Gomes Pereira**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 296.798 e no CPF/ME sob o nº 317.735.218-61, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco A, 5º andar, Vila Olímpia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-065, respectivamente aos cargos de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da Companhia, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. A remuneração dos Diretores será definida oportunamente pelos acionistas. **5. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia, e encerrou os trabalhos. Após a lavratura da presente ata, lida em voz alta, foi reconhecida como expressão fiel do ocorrido e assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 25 de janeiro de 2022. Certificamos que a presente é cópia fiel de ata lavrada no livro próprio. Mesa: **Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira** – Presidente da Mesa; **João Gabriel Gomes Pereira** – Secretário da Mesa. Advogado Responsável: **Ricardo dos Santos e Silva Gomes,** OAB/SP nº 324.215. **Anexo I da ata da Assembleia Geral de Constituição da Nova Infraestrutura realizada em 25 de janeiro de 2022. Estatuto Social da Nova Infraestrutura S.A. Capítulo I – Denominação, Duração, Objeto e Sede. Art. 1º.** A Companhia tem a denominação de **Nova Infraestrutura S.A.** sendo uma sociedade anônima de capital fechado, com duração por tempo indeterminado, e se regerá por este estatuto e leis aplicáveis a sua espécie ("Companhia"). **Art. 2º.** O objeto social da Companhia contempla a participação societária em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. **Art. 3º.** A Companhia tem sede e foro na Avenida Chedid Jafet, 222, bloco A, 5º andar, Vila Olímpia, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04551-065. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, a todo tempo, criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos do gênero, em qualquer localidade do país ou do exterior, a cada qual sendo atribuído um capital em separado. **Capítulo II – Capital Social e Transferência de Ações. Art. 4º.** O capital social da Companhia é de R$ 9.000,00 (nove mil reais), dividido em 9.000 (nove mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e parcialmente integralizadas. **Art. 5º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** As ações serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e sua transferência operar-se-á por termos lançados em livro próprio. **Parágrafo Segundo.** As participações societárias, bens, obrigações e direitos detidos pelos acionistas da Companhia, decorrentes de adiantamento de herança, doação ou integralização de capital social mediante a conferência de bens por ascendente, não se comunicarão em nenhuma hipótese aos cônjuges dos acionistas beneficiados. **Art. 6º.** No caso de qualquer acionista desejar alienar suas ações a terceiros, os demais acionistas terão preferência para adquiri-las, em igualdade de condições, respeitadas as demais disposições aplicáveis por lei. **Capítulo III – Administração. Art. 7º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, eleitos em Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Primeiro.** Os membros da Diretoria serão investidos em suas funções mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão. **Parágrafo Segundo.** Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. **Art. 8º.** Compete aos Diretores gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social e pela lei. **Art. 9º.** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique em assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia perante terceiros, ou na exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, isoladamente, (ii) por 01 (um) procurador, com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão ser sempre assinados pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, com exceção dos mandatos outorgados para fins de representação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. **Art. 10.** Competirá ao Diretor Presidente convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria. **Art. 11.** Os membros da Diretoria poderão receber os honorários e participações, globais ou individuais, que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Art. 12.** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, no seu impedimento ou ausência, pelo Diretor Vice-Presidente, que convidará um dos presentes para servir de secretário da mesa. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Art. 13.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. **Parágrafo Segundo.** As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 02 (dois) membros do Conselho Fiscal. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo VI – Exercício Social. Art. 14.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as formalidades exigidas pela legislação vigente. **Art. 15.** Feitas as necessárias anotações, do lucro líquido apurado no balanço anual deduzir-se-ão: I) 5% para a Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; II) 0,1% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202, da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; e, III) o saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **Parágrafo Primeiro.** Os dividendos não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 03 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição inferior ao obrigatório ou, ainda, a retenção de todo lucro. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Das Disposições Gerais. Art. 16.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ou por deliberação da Assembleia Geral. Caberá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, nomear liquidante e fixar a sua remuneração. **Art. 17.** Nos casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social, aplicar-se-á as disposições pertinentes da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. Advogado Responsável: **Ricardo dos Santos e Silva Gomes**, OAB/SP nº 324.215. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.586.603 em 15/02/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2022

I. Local, Hora e Data: Realizada aos 29 dias do mês de março de 2022, às 13 horas, na sede social da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **III. Mesa:** Sr. André Lima de Angelo (Presidente); e Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário). **IV. Ordem do Dia:** Examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(a)** (i) prorrogação, pela Companhia, do prazo de vencimento das debêntures da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da Companhia, no valor total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na Data de Emissão ("1ª Emissão" e "Debêntures da 1ª Emissão", respectivamente), realizada nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Concessionária Linha Universidade S.A."* ("Escritura da 1ª Emissão"); e (ii) pagamento, pela Companhia, de um prêmio aos Debenturistas da 1ª Emissão em razão das deliberações previstas no item (a)(i), no valor de 0,10% (dez centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura da 1ª Emissão) acrescido da Remuneração (conforme definido na Escritura da 1ª Emissão), a ser pago até o dia 04 de abril de 2022, fora do ambiente B3, diretamente aos Debenturistas ("Prêmio da 1ª Emissão"); **(b)** (i) prorrogação, pela Companhia, do prazo de vencimento das debêntures da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries, da espécie com garantia flutuante, com garantia fidejussória adicional, da Companhia, no valor total de R$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Debêntures da 3ª Emissão" e "3ª Emissão", respectivamente), realizada nos termos do *"Instrumento Particular de Escritura da 3ª (terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com garantia flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Concessionária Linha Universidade S.A."* ("Escritura da 3ª Emissão"); e (ii) pagamento de um prêmio aos Debenturistas da 3ª Emissão em razão da deliberação prevista no item (b)(i) no valor de 0,10% (dez centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme definido na Escritura da 3ª Emissão), que ocorrerá até o dia 31 de março de 2022, fora do ambiente B3, diretamente aos Debenturistas ("Prêmio da 3ª Emissão"); **(c)** alterar, a partir de 31 de março de 2022 (inclusive) e até Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Emissão, a Taxa de Remuneração do Período (conforme definido na Escritura da 3ª Emissão), que passará a ser de 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano); e **(d)** autorização à diretoria da Companhia ou aos seus procuradores, para praticar(em) todas as providências e assinar(em) todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração de aditamento à Escritura da 1ª Emissão, aditamento à Escritura da 3ª Emissão, com o fim de refletir as deliberações tomadas nos itens acima; elaboração de todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, procurações, declarações e inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **V. Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas presentes, por unanimidade de votos, sem quaisquer ressalvas e/ou restrições, deliberaram o quanto segue, considerando que as matérias da Ordem do Dia foram objeto de deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas da 1ª Emissão e da 3ª Emissão, realizadas nesta data, tendo sido aprovadas pela unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação da 1ª Emissão e das Debêntures em Circulação da 3ª Emissão: **(a)** aprovar: (i) a prorrogação, pela Companhia, da Data de Vencimento das Debêntures da 1ª Emissão em 27 (vinte e sete) dias corridos, de modo que o vencimento e, por consequência, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures e o pagamento da última parcela Remuneração da 1ª Emissão ocorrerá em 29 de abril de 2022; e (ii) o pagamento do Prêmio da 1ª Emissão; **(b)** aprovar: (i) a prorrogação, pela Companhia, da Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Emissão em 28 (vinte e oito) dias corridos, de modo que o vencimento e, por consequência, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Emissão e o pagamento da última parcela dos Juros Remuneratórios da 3ª Emissão ocorrerão em 28 de abril de 2022; e (ii) o pagamento do Prêmio da 3ª Emissão; **(c)** aprovar, a partir de 31 de março de 2022 (inclusive) e até Data de Vencimento das Debêntures da 3ª Emissão, a alteração da Taxa de Remuneração do Período (conforme definido na Escritura da 3ª Emissão), que passará a ser de 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano); e **(d)** autorizar a diretoria da Companhia ou seus procuradores a praticar(em) todas as providências e assinar(em) todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do aditamento à Escritura da 1ª Emissão, do aditamento à Escritura da 3ª Emissão, com o fim de refletir as deliberações tomadas nos itens acima, bem como a elaboração de todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, procurações, declarações e inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Mesa: Sr. Javier Serrada Quiza (Secretário), Sr. André Lima de Angelo (Presidente). Acionistas: Acciona Construcción S.A., Acciona Concesiones, S.L., Linha Universidade Investimentos S.A.; STOA Metro Brazil I S.A.S.; e SocGen Inversiones Financieras S.A. São Paulo, 29 de março de 2022. **Confere com original lavrado em livro próprio**. **Sr. Javier Serrada Quiza** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 220.773/22-1 em 06/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ/ME nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A., realizada em 01 de abril de 2022

I. Data, Hora e Local: Realizada ao 1 dia do mês de abril de 2022, às 9:00 horas, na sede da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **II. Convocação:** Dispensada em razão do comparecimento da totalidade dos titulares das debêntures em circulação, ("Debenturistas" e "Debêntures") objeto do *"Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, Em Três Séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A."* celebrado em 29 de setembro de 2020 ("Escritura de Emissão"), em observância ao disposto no artigo 71, parágrafo 2º, cumulado com o artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na cláusula 11.3 da Escritura de Emissão. **III. Presença:** Presentes: (i) Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures da 1ª série, 2ª série e 3ª série em circulação, emitidas no âmbito da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia ("1ª Emissão"); (ii) o representante da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da 1ª Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) os representantes da Companhia. **IV. Mesa:** Presidida pelo Sr. Eduardo Gomes do Prado, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Bacha. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a anuência à alteração das condições da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Concessionária Linha Universidade S.A. ("3ª Emissão"), de modo que o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão será 28 de abril de 2022; (ii) a alteração da Cláusula 7.10 da Escritura de Emissão para prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Emissão em 27 (vinte e sete) dias corridos, de modo que o vencimento e, por consequência, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, bem como o pagamento da última parcela da Remuneração ocorrerá em 29 de abril de 2022; (iii) a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, de modo a formalizar as alterações mencionadas no item "ii" acima, incluindo eventuais ajustes e alteração nas demais cláusulas da Escritura de Emissão necessárias para o cumprimento das deliberações tomadas nesta assembleia ("Aditamento à Escritura de Emissão"); (iv) o pagamento de um prêmio aos Debenturistas no âmbito da 1ª Emissão, no valor de 0,10% (dez centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração no dia 01 de abril de 2022, a ser pago até o dia 04 de abril de 2022 ("Prêmio") fora do ambiente B3, diretamente aos Debenturistas; e (v) autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todas as providências e assinem todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **VI. Deliberações:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram, por **unanimidade:** (i) anuir com a alteração das condições da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures, sendo certo que a 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures terá as seguintes características: ***Vencimento (pagamento do principal + juros):*** *ressalvadas Hipóteses de Vencimento Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 398 (trezentos e noventa e oito) dias contados da Data de Emissão, ou seja, 28 de abril de 2022.* (ii) aprovar a alteração da Cláusula 7.10 da Escritura de Emissão para prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures da 1ª Emissão, de modo que o vencimento das Debêntures e, por consequência, o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, bem como o pagamento da última parcela da Remuneração ocorrerá em 29 de abril de 2022. Referida cláusula passará a vigorar da seguinte forma: "*7.10 Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures, de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou aquisição facultativa com o consequente cancelamento da totalidade de tais Debêntures (a exclusivo critério da Companhia), nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 574 (quinhentos e setenta e quatro) dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 29 de abril de 2022 ("Data de Vencimento").*" (iii) aprovar a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão; (iv) aprovar o pagamento do Prêmio; e (v) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todas as providências e assinar todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, bem como todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as deliberações acima. Restou, por fim, consignado que os termos iniciados em maiúsculas utilizados nesta assembleia, que não tenham sido expressamente definidos nesta, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 1 de abril de 2022. *(As assinaturas constam das páginas seguintes).* Fabio Jacob CPF 246.557.428-01 – Presidente; Carlos Alberto Bacha CPF 606.744.587-53 – Secretário. **Concessionária Linha Universidade S.A. (Emissora)** Nelson Segnini Bossolan CPF 075.371.638-04 e Juan Antonio Santos De Paz CPF 716.662.191-50; **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Agente Fiduciário)** Carlos Alberto Bacha CPF 606.744.587-53. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 220.775/22-9 em 06/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Taxas de juros sobem com clima de aversão ao risco no exterior

Os juros futuros fecharam a quinta-feira em alta. Pela manhã, até ensaiaram correção do avanço de quarta-feira, na esteira da queda nos preços do petróleo e da melhora do câmbio, mas que não teve sequência na etapa vespertina. As taxas zeraram o sinal de baixa, que já era discreto, e passaram a oscilar em alta, renovando máximas a poucos minutos do término da sessão regular, na medida em que crescia ao longo do dia o temor de estagflação global.

Internamente, a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) mostrou resultado bem acima do consenso das estimativas, um dia depois do IPCA ter surpreendido negativamente. Em meio ao clima de cautela nos mercados, o Tesouro trouxe lotes menores de prefixados e ainda assim não conseguiu colocar todo a oferta dos papéis mais longos.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023, o mais líquido, terminou a etapa regular em 13,40%, de 13,334% no ajuste anterior. A do DI para janeiro de 2024 subiu de 13,046% para 13,16%, e a do DI para janeiro de 2025, de 12,44% para 12,52%. O DI para janeiro de 2027 tinha taxa de 12,36%, de 12,305%.

A inflação no atacado nos Estados Unidos de abril até veio dentro do esperado, mas não serviu de consolo para tranquilizar o mercado em relação a um aperto monetário mais forte pelo Federal Reserve, o que tem potencial para enfraquecer a economia americana. Além disso, a China dá sinais de perda de fôlego em função dos lockdowns para controlar a onda de covid-19 e a Europa sofre com a guerra na Ucrânia.

Nesse contexto, investidores buscaram a segurança dos Treasuries e do dólar, fugindo de ativos de risco. A taxa da T-Note de dez anos vai se afastando da marca de 3%, marcando 2,85% no fim da tarde, mas no Brasil o real esteve bem comportado, oscilando ao redor da estabilidade durante a tarde.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Publicidade Legal

Concessionária Linha Universidade S.A.

CNPJ nº 35.588.161/0001-22 – NIRE 35.300.545.044

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série da Terceira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A., realizada em 29 de março de 2022

I. Data, Hora e Local: Realizada aos 29 dias do mês de março de 2022, às 9:30 horas, na sede da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia" ou "Emissora"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 134, 11º andar, Condomínio Alpha Tower, Vila Olímpia, CEP 04551-000. **II. Convocação:** Dispensada em razão do comparecimento da totalidade dos titulares das debêntures em circulação, ("Debenturistas" e "Debêntures") objeto do "*Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Concessionária Linha Universidade S.A.*" celebrado em 26 de março de 2021, ("Escritura de Emissão"), em observância ao disposto no artigo 71, parágrafo 2º, cumulado com o artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e na cláusula 11.3 da Escritura de Emissão. **III. Presença:** Presentes: (i) Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures da 1ª série, 2ª série e 3ª série em circulação, emitidas no âmbito da terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante, com garantia fidejussória adicional, em três séries, para distribuição pública com esforços restritos da Companhia ("3ª Emissão"); (ii) o representante da Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., na qualidade de agente fiduciário da 3ª Emissão ("Agente Fiduciário"); e (iii) os representantes da Companhia. **IV. Mesa:** Presidida pelo(a) Sr. Marcio Somera, e secretariada pelo Sr. Carlos Alberto Bacha. **V. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a alteração da Cláusula 6.10 da Escritura de Emissão para prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão em 28 (vinte e oito) dias corridos, de modo que o vencimento e, por consequência, tanto a Data de Amortização das Debêntures quanto a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios será o dia 28 de abril de 2022; (ii) a alteração, a partir de 31 de março de 2022 (inclusive) e até a Data de Vencimento, da Taxa de Remuneração do Período (conforme definido na Escritura de Emissão), que será de 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano), com a consequente alteração das Cláusulas 6.12 e 6.12.1 da Escritura de Emissão; (iii) a celebração de aditamento à Escritura de Emissão, de modo a formalizar as alterações mencionadas nos itens "i" e "ii" acima, incluindo eventuais ajustes e alteração nas demais cláusulas da Escritura de Emissão necessárias para o cumprimento das deliberações tomadas nesta assembleia ("Aditamento à Escritura de Emissão"); e (iv) autorização para que a Companhia e o Agente Fiduciário pratiquem todas as providências e assinem todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as matérias acima. **VI. Deliberações:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, os Debenturistas deliberaram, por **unanimidade**: (i) aprovar a alteração da Cláusula 6.10 da Escritura de Emissão para prorrogar o prazo de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão, de modo que o vencimento das Debêntures e, por consequência, tanto o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures quanto a data do último pagamento dos Juros Remuneratórios ocorrerão em 28 de abril de 2022. Referida cláusula passará a vigorar da seguinte forma: "*6.10. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, incluindo na Cláusula 6.4 acima, o prazo de vencimento das Debêntures é de 398 (trezentos e noventa e oito) dias contados da Data de Emissão, ou seja, 28 de abril de 2022 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as Hipóteses de Vencimento Antecipado, Amortização Extraordinária Obrigatória e Resgate Antecipado Obrigatório Total das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão*"; (ii) aprovar a alteração, a partir de 31 de março de 2022 (inclusive) e até a Data de Vencimento, da Taxa de Remuneração do Período, de modo que as Cláusulas 6.12 e 6.12.1 da Escritura de Emissão passarão a vigorar com a seguinte redação: "*6.12. Remuneração das Debêntures. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI") acrescida exponencialmente da Taxa de Remuneração do Período (conforme definido abaixo) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios"). Os Juros Remuneratórios serão calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a respectiva Data de Subscrição e Integralização, inclusive, até a data de pagamento. As Debêntures farão jus a seguinte taxa de remuneração, cada uma, uma "Taxa de Remuneração do Período":*

Período	*Taxa de Remuneração do Período*
Da respectiva Data de Subscrição e Integralização (inclusive) até 26 de maio de 2021 (exclusive)	*1,40% a.a. (um inteiro e quarenta centésimos por cento ao ano)*
De 26 de maio de 2021 (inclusive) até 31 de março de 2022 (exclusive)	*1,50% a.a. (um inteiro e cinquenta centésimos por cento ao ano)*
De 31 de março de 2022 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive)	*1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano)"*

"*6.12.1. Os Juros Remuneratórios serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:*

$$J = VNe \times (Fator\ Juros - 1)$$

onde: J = valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; Fator Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator\ Juros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde: Fator DI = produtório das Taxas DI, desde a respectiva Data de Subscrição e Integralização ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma

onde: n = número total de Taxas DI, consideradas na atualização do ativo. TDIk = Taxa DI, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1\right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde: DIk = Taxa DI, de ordem k, divulgada pela B3, utilizada com 2 (duas) casas decimais; e FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1\right)^{\frac{n}{252}}\right]$$

onde: spread = 1,4000, da Data de Subscrição e Integralização (inclusive) até 26 de maio de 2021 (exclusive); = 1,5000, de 26 de maio de 2021 (inclusive) até 31 de março de 2022 (exclusive); e = 1,7500, de 31 de março de 2022 (inclusive) até a Data de Vencimento (exclusive); e n = número de Dias Úteis entre a respectiva Data de Subscrição e Integralização das Debêntures da respectiva Série ou data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data do cálculo, sendo "n" um número inteiro." (iii) aprovar a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão; e (iv) autorizar o Agente Fiduciário a praticar todas as providências e assinar todos os documentos e instrumentos necessários para o cumprimento integral das deliberações tomadas nesta assembleia, incluindo a celebração do Aditamento à Escritura de Emissão, bem como todos os documentos exigidos pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa Balcão e pelo banco liquidante e escriturador das Debêntures, comunicações, notificações, atas e livros, inclusive eventuais anexos e aditivos posteriores, de acordo com as deliberações acima. Nos termos dos artigos 121, 127 e 128 do Código Civil, as deliberações tomadas nesta assembleia se resolverão de pleno direito, isto é, deixarão, automaticamente, de produzir seus efeitos e se extinguirão de forma irrevogável e irretratável, **(i)** se não houver **(a)** o pagamento do prêmio aos Debenturistas no âmbito da 3ª Emissão, no valor de 0,10% (dez centésimos por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, até o 31 de março de 2022 ("Prêmio") fora do ambiente B3, diretamente aos Debenturistas, bem como o pagamento tempestivo dos Juros Remuneratórios devidos em 26 de março de 2022, nos termos da Escritura de Emissão; e **(b)** a implementação da prorrogação do vencimento da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 3 (três) séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, da Companhia, no valor total de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), na sua data de emissão, realizada nos termos do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos da Concessionária Linha Universidade S.A." ("1ª Emissão de Debêntures") para 29 de abril de 2022 ou data posterior; ou, alternativamente **(ii)** caso, não seja cumprido o que se estabelece nos itens (a) e (b) acima, se não houver a quitação simultânea da 1ª Emissão de Debêntures e da 3ª Emissão de Debêntures até 02 de abril de 2022. Restou, por fim, consignado que os termos iniciados em maiúsculas utilizados nesta assembleia, que não tenham sido expressamente definidos nesta, terão o significado a eles atribuído na Escritura de Emissão. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não houve qualquer manifestação. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 29 de março de 2022. Assinaturas: Marcio Somera – CPF: 155.308.068-80 – Presidente; Carlos Alberto Bacha – CPF: 606.744.587-53 – Secretário. **Concessionária Linha Universidade S.A. (Emissora)** por Nelson Segnini Bossolan – CPF: 075.371.638-04, Juan Antonio Santos De Paz – CPF: 716.662.191-50. **Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Agente Fiduciário)** por Carlos Alberto Bacha – CPF: 606.744.587-53. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 220.774/22-5 em 06/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/ME nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323 – Vinhedo – São Paulo

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de abril de 2022

1. Data, Hora e Local: Realizada em 05 de abril de 2022, às 10:00 horas, na sede social da Companhia , na Cidade de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Av. João Batista Nunes nº 50, Sala 02, Quadra G1 B 1, Parte A, Gleba 1B, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-162. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas em razão de estar presente a única acionista da Companhia, nos termos do Artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), mediante a assinatura no Livro de Presença dos Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **André Neris de Souza** e secretariados pelo Sr. **Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa**. **4. Ordem do Dia:** Deliberação acerca da autorização para que a Companhia remeta valores para o aumento de capital da sua subsidiária, **Ascenty Chile S.p.A.**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da República do Chile. **5. Deliberações:** (conforme Ordem do Dia): **1º)** A acionista deliberou sobre e neste ato autoriza a Companhia a remeter o valor de US$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares norte-americanos) para aumento do capital social da sua subsidiária, **Ascenty Chile S.p.A.**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da República do Chile, autorizando os seus administradores a contratarem o câmbio de tal valor perante o Banco Citibank S.A.. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada. **Mesa: André Neris de Souza** – Presidente; e **Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa** – Secretário. **Acionista Presente:** Ascenty Holding Brasil S.A., neste ato representada por André Neris de Souza e Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa. (A presente é cópia fiel da ata a ser lavrada em livro próprio). Vinhedo-SP, 05 de abril de 2022. **André Neris de Souza** – Presidente; **Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa** – Secretário. **Ascenty Holding Brasil S.A.** André Neris de Souza – Diretor; Roberto Rio Branco Nabuco de Gouvêa – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 206.739/22-9 em 29/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

GKF Hospital Veterinário S/A

CNPJ/ME em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 17 de fevereiro de 2022

Data: 17 de fevereiro de 2022. **Local**: Rua José Peixoto, nº 120, Bosque do Junqueira, Tatuí, São Paulo CEP. 18271-863. **Subscritores: Karen Collacico de Andrade,** brasileira, casada comunhão parcial de bens, veterinária, portadora da cédula de identidade RG nº 35.144.317-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 303.759.338-59, residente e domiciliada nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Francisco de Moraes, nº 79, Parque residencial São Marcos, Tatuí CEP. 18273-785; e **Demétrio Moreno Ferres,** brasileiro, casado comunhão parcial de bens, veterinário, portador da cédula de identidade RG nº 27.857.506 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 257.419.238-95, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Padre João Fernandes, nº 70, Fortunato Minguini, Tatuí CEP. 18276-640; e **Paulo Augusto Iazzetti Grando,** brasileiro, casado comunhão parcial de bens, veterinário, portador da cédula de identidade RG nº 19.837.107 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 156.684.298-06, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Jose Peixoto, nº 120, Bosque do Junqueira, Tatuí CEP. 18271-863; e **Presença:** Iniciados os trabalhos verificou-se a presença dos subscritores representando a **totalidade** do capital social, bem como daqueles chamados a participação, esclarecendo a ausência de publicação dos Editais de Convocação, pela dispensa do mesmo conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Mesa Diretora: Karen Collacico de Andrade**, acima qualificado, atuando como **Presidente;** e **Demétrio Moreno Ferres**, acima qualificada, atuando como **Secretário. Ordem do Dia:** I) Finalidade da Assembleia; II) Subscrição de ações; III) Aprovação do Estatuto Social; IV) Eleição da Diretoria; V) Posse da Diretoria; VI) Conselho Fiscal; VII) Assuntos Gerais e Administrativos. Iniciados os trabalhos passou-se as deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** Item **"I"** da Ordem do Dia: O Senhor Presidente esclareceu que a presente Assembleia tem por finalidade precípua a constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, sendo aprovado por unanimidade dos subscritores presentes. Item **"II"** da Ordem do Dia: Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o **"Boletim de Subscrição"** a que alude o art. 85, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, onde descriminou-se que o capital social desta sociedade será constituído no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de 10.000 (dez mil) ações ordinárias, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do país, sendo integralizado neste ato através de depósito no Banco do Brasil S/A, o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme artigo 80 da Lei 6.404/76, tudo conforme o **"Boletim de Subscrição",** que ficará fazendo parte integrante da presente ata. (Anexo I). Item **"III"** da Ordem do Dia: Tendo sido cumprido todos os requisitos preliminares da constituição desta sociedade, o Senhor Presidente atestou ter em mãos o projeto do Estatuto Social, que submetido à apreciação dos subscritores foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, sendo sua redação descrita no Anexo II deste instrumento. Item **"IV"** da Ordem do Dia: Uma vez aprovado o Estatuto Social, foi efetuada a eleição dos Diretores, verificando-se o seguinte resultado: **Diretor Presidente: Karen Collacico de Andrade,** brasileira, casada comunhão parcial de bens, veterinária, portadora da cédula de identidade RG nº 35.144.317-4 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 303.759.338-59, residente e domiciliada nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Francisco de Moraes, nº 79, Parque residencial São Marcos, Tatuí CEP. 18273-785; e **Diretora Vice-Presidente: Demétrio Moreno Ferres**, brasileiro, casado comunhão parcial de bens, veterinário, portador da cédula de identidade RG nº 27.857.506 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 257.419.238-95, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Padre João Fernandes, nº 70, Fortunato Minguini, Tatuí CEP. 18276-640. Item **"V"** da Ordem do Dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data aos membros eleitos da Administração, que assinam em conjunto esta Ata, que substituirá o **Termo de Posse**, confirmando o compromisso assumido, não estando impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Item **"VI"** da Ordem do Dia: Quanto ao funcionamento do **Conselho Fiscal,** dada a sua facultatividade, a Assembleia Geral deliberou pela sua não instalação. Item **"VII"** da Ordem do Dia: A Assembleia fixou os honorários/remuneração mensais dos membros da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e não havendo manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada por seus subscritores e diretores eleitos. São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2022. Ass.: **Karen Collacico de Andrade** – Presidente; **Demétrio Moreno Ferres** – Vice-Presidente. **Subscritores: Paulo Augusto Iazzetti Grando** – Subscritor. **Visto do Advogado: Dr. Flavio Rocchi Junior** – OAB/SP nº 249.767. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.591.160 em 25/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A.

CNPJ/MF nº 61.603.387/0001-65 – NIRE 35.300.508.203

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária (Adiamento)

Em virtude de pedido de acionistas, foi adiada a Assembleia Geral Ordinária que aconteceria em 11/05/2022, previamente convocada. Desta forma, ficam convocados os senhores acionistas, como também convidados os senhores Diretor Presidente, Diretor Financeiro e os Membros do Conselho de Administração, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária, sob a Forma Exclusivamente Digital**, **às 15:00 horas do dia 23/05/2022**, via videoconferência, por meio da ferramenta *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"), a fim de tratar da seguinte ordem do dia: **(i)** apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e apreciação do respectivo relatório de auditoria; **(ii)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido correspondente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e distribuição de resultados; e **(iii)** apresentação dos resultados da Companhia relativos ao 1º Trimestre do ano fiscal 2022. Para acesso ao link e admissão na assembleia, será necessário que o participante envie os documentos comprobatórios de sua identidade, no caso de pessoas físicas (documento oficial de identificação e CPF), e cópia do contrato social no caso de pessoa jurídica, bem como os documentos comprobatórios de sua legítima representação, se o caso, para o endereço eletrônico vitoria.silva@centroservicos.com.br, com cópia para o Jurídico no endereço eletrônico thais.manilha@centroservicos.com.br, até trinta minutos antes do horário estipulado para abertura dos trabalhos. As procurações deverão ter reconhecimento de firma, ou ser assinadas por certificado digital. As cópias de documentos deverão ser autenticadas por cartório, ou na forma do artigo 28, da IN DREI nº 81/2020. A via física do documento de identidade deverá estar na posse do acionista ou representante que se fizer presente na assembleia e deverá ser exibida em vídeo previamente à instalação do conclave. A participação e a votação à distância deverão ocorrer mediante atuação remota, via Plataforma Digital. Considerar-se-á presente na assembleia, o acionista que, pessoalmente ou por meio de representante, registre sua presença na Plataforma Digital. Para todos os fins legais, a assembleia digital será considerada como realizada na sede da Companhia. Não obstante a prévia publicação e disponibilização aos acionistas das contas da Companhia, serão disponibilizados, mediante envio aos endereços eletrônicos dos acionistas e demais convidados: (a) as Demonstrações Financeiras auditadas, que incluem as Notas Explicativas da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes; (b) o *Reporting* com os resultados e o EBITDA da Companhia relativos ao exercício de 2021, que compõe o Relatório da Administração; (c) a ata de reunião do Comitê de Auditoria; e (d) o *Reporting* com os resultados e o EBITDA da Companhia relativos ao 1º Trimestre do ano fiscal 2022. Barueri, 13 de maio de 2022. **Philippe Meyer Mari** – Presidente do Conselho de Administração. (13, 14 e 17/05/2022)

Moedas Globais: índice DXY do dólar renova máximas em 20 anos

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, avançou nesta quinta-feira, renovando máximas desde novembro de 2002. O ambiente de cautela nos mercados em geral favoreceu a divisa americana, apoiada também pela postura recente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) de elevar os juros para conter a inflação.

No fim da tarde em Nova York, o dólar caía a 128,39 ienes, o euro recuava a US$ 1,0373 e a libra tinha baixa a US$ 1,2191. O DXY subiu 0,97%, a 104,851 pontos.

Na agenda de indicadores, o índice de preços ao produtor (PPI, na sigla em inglês) subiu 0,5% em abril ante março, como esperado por analistas ouvidos pelo Wall Street Journal. Na avaliação da Oxford Economics, a alta foi "robusta", mas o pico do índice parece próximo. Já a High Frequency Economics destacou em relatório que o dado reforça a postura do Fed para continuar a elevar os juros rapidamente.

A Western Union afirmou que o mercado cambial continua a se preparar para o aperto do Fed. Ela ainda apontou que a libra era pressionada por sinais de perda de fôlego na economia do Reino Unido. A Capital Economics, por exemplo, mencionou o risco de recessão no país europeu. Esta consultoria ainda aponta que o dólar deve continuar a se valorizar, ao longo do atual ciclo de aperto do BC americano. Em votação hoje, o presidente do Fed, Jerome Powell, foi confirmado pelo Senado para mais um mandato à frente da instituição.

A Western Union ainda destacou a fraqueza do euro frente ao dólar, no quadro atual. Hoje, segundo ela, a moeda comum atingiu mínima desde janeiro de 2017.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Publicidade Legal

Companhia AIX de Participações

CNPJ/MF nº 04.430.599/0001-54

Relatório da Diretoria

Srs. Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação da V.Sas. os Balanços Patrimoniais, as Demonstrações do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio e as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, Relativos ao exercício findo em 31/12/2021 e 2020. Colocamo-nos ao interior dispor para os esclarecimento julgados necessários.

São Paulo, 07 de abril de 2022. *A Diretoria*

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	30.430	22.904
Contas a receber	406	357
Partes relacionadas	7.402	7.922
Impostos a recuperar	465	57
Seguros a vencer	196	22
Outros ativos	4	1
Total do ativo circulante	**38.903**	**31.263**
Ativo não circulante		
Partes relacionadas	406	810
Depositos judiciais	5.034	4.880
Impostos a recuperar	–	1.223
Seguros a vencer	132	86
Imobilizado	2.377	3.427
Intangível	24	–
Total do ativo não circulante	**7.973**	**10.426**
Total do ativo	**46.876**	**41.689**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante		
Fornecedores	6.531	3.333
Obrigações trabalhistas	628	952
Imçostos e contribuições a recolher	235	236
Outras contas a pagar	–	12
Dividendos a pagar	503	50
Total do passivo circulante	**7.897**	**4.583**
Passivo não circulante		
Bonus a pagar	2.314	1.738
Provisão para contigências	13.547	12.895
Provisão para honorários advocáticios	4.567	5.195
Total passivo não circulante	**20.428**	**19.828**
Patrimônio líquido		
Capital social	15.824	15.824
Reserva legal	183	97
Reserva de lucros	2.544	1.357
Total do patrimônio líquido	**18.551**	**17.278**
Total do passivo e patrimônio líquido	**46.876**	**41.689**

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	**55.872**	**45.789**
Custo dos serviços prestados	(46.166)	(38.713)
Lucro bruto	**9.706**	**7.076**
Receitas (despesas) operacionais		
Com pessoal	(4.508)	(3.925)
Gerais e administrativas	(2.427)	(1.734)
Tributárias	(95)	(89)
Outras receitas (despesas), líquidas	(636)	(1.275)
Lucro antes do resultado financeiro	2.040	53
Resultado financeiro		
Resultado financeiro líquido	**146**	**671**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**2.186**	**724**
Imposto de renda e contribuição social	(460)	(537)
Lucro líquido do exercício	**1.726**	**187**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	**1.726**	**187**
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	–	–
Resultado abrangente do exercício	**1.726**	**187**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2019	**15.824**	**88**	**1.228**	**–**	**17.140**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	187	187
Constituição de reserva legal	–	9	–	(9)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	129	(129)	–
Constituição de dividendos	–	–	–	(49)	(49)
Saldos em 31/12/2020	**15.824**	**97**	**1.357**	**–**	**17.278**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.726	1.726
Constituição de reserva legal	–	86	–	(86)	–
Constituição de reserva de lucros	–	–	1.187	(1.187)	–
Constituição de dividendos	–	–	–	(453)	(453)
Saldos em 31/12/2021	**15.824**	**183**	**2.544**	**–**	**18.551**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	2.186	724
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa		
Depreciação e amortização	1.092	1.101
Adição (reversão) em perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(6)	(24)
Provisão para honorários advocatícios	(628)	1.111
Atualização monetária – depósitos judiciais	(154)	(131)
Provisão para contingências	652	374
Provisão para pagamento de bônus	576	540
	3.718	**3.695**
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber e partes relacionadas	881	(1.473)
Impostos a recuperar	815	600
Seguros a vencer	(220)	175
Outros ativos	(3)	5
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.198	32
Impostos e contribuições a recolher e obrigações trabalhistas	(325)	49
Bônus a pagar	–	(542)
Honorários advocatícios a pagar	–	(169)
Outras contas a pagar	(12)	18
Caixa proveniente das atividades operacionais	**8.052**	**2.390**
IRPJ e CSLL pagos no exercício	**(460)**	**(537)**
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**7.592**	**1.853**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível	(66)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(66)**	**–**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**7.526**	**1.853**
Caixa e equivalentes de caixa		
no início do exercício	22.904	21.051
no fim do exercício	30.430	22.904
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	7.526	1.853

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. Informações Gerais: A Companhia tem por objetivo social a participação no Consórcio Refibra, na qualidade de líder, bem como outras atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração comercial de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas, nos termos constantes do contrato de constituição e outras avenças. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. **3. Capital social:** O capital subscrito e dividido em 298.562.966 ações ordinárias, nominativas, sem emissão de certificados e sem valor nominal, sendo 50% pertencentes à Telecomunicações de São Paulo S.A. ("Vivo") e 50% à Telemar Norte Leste S.A. ("Oi").

Leonardo Lachman – Diretor Superintendente **Fernando Guerra Leal** – Diretor Financeiro **Dayana Cristina Dilalo Quessada** – Contadora 1SP 290.043/O-0

Gabi Administradora de Bens S/A

CNPJ/ME em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data: 30 de novembro de 2021. **Local**: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4221, Conj. 12, Cond. Ed. Praça Faria Lima, São Paulo, SP, CEP 04538-133. **Subscritores: Fabio Rodrigo de Oliveira,** brasileiro, solteiro, nascido em 29/10/1993, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 47.421.500 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 417.647.048-86, residente e domiciliado no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, na Avenida Europa, nº 999, Jardim Europa, CEP. 12.919-280; e **Hélio Aparecido de Souza Júnior,** brasileiro, solteiro, nascido em 01/05/2003, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 62.483.541-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 552.253.108-85, residente e domiciliado no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, na Avenida Europa, nº 999, Jardim Europa, CEP. 12.919-280. **Presença:** Iniciados os trabalhos verificou-se a presença dos subscritores representando a **totalidade** do capital social, bem como daqueles chamados a participação, esclarecendo a ausência de publicação dos Editais de Convocação, pela dispensa do mesmo conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Mesa Diretora: Fabio Rodrigo de Oliveira**, acima qualificado, atuando como **Presidente;** e **Hélio Aparecido de Souza Júnior**, acima qualificado, atuando como **Secretário. Ordem do Dia:** I) Finalidade da Assembleia; II) Subscrição de ações; III) Aprovação do Estatuto Social; IV) Eleição da Diretoria; V) Posse da Diretoria; VI) Conselho Fiscal; VII) Assuntos Gerais e Administrativos. Iniciados os trabalhos passou-se as deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** Item **"I"** da Ordem do Dia: O Senhor Presidente esclareceu que a presente Assembleia tem por finalidade precípua a constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, sendo aprovado por unanimidade dos subscritores presentes. Item **"II"** da Ordem do Dia: Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o **"Boletim de Subscrição"** a que alude o art. 85, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, onde descriminou-se que o capital social desta sociedade será constituído no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de 10.000 (dez mil) ações ordinárias, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do país, sendo integralizado neste ato através de depósito no Banco do Brasil S/A, o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme artigo 80 da Lei 6.404/76, tudo conforme o **"Boletim de Subscrição",** que ficará fazendo parte integrante da presente ata. (Anexo I). Item **"III"** da Ordem do Dia: Tendo sido cumprido todos os requisitos preliminares da constituição desta sociedade, o Senhor Presidente atestou ter em mãos o projeto do Estatuto Social, que submetido à apreciação dos subscritores foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, sendo sua redação descrita no Anexo II deste instrumento. Item **"IV"** da Ordem do Dia: Uma vez aprovado o Estatuto Social, foi efetuada a eleição dos Diretores, verificando-se o seguinte resultado: **Diretor Presidente: Fabio Rodrigo de Oliveira,** brasileiro, solteiro, nascido em 29/10/1993, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 47.421.500 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 417.647.048-86, residente e domiciliado no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, na Avenida Europa, nº 999, Jardim Europa, CEP. 12.919-280; e **Diretor Vice-Presidente: Hélio Aparecido de Souza Júnior,** brasileiro, solteiro, nascido em 01/05/2003, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 62.483.541-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 552.253.108-85, residente e domiciliado no município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, na Avenida Europa, nº 999, Jardim Europa, CEP. 12.919-280. Item **"V"** da Ordem do Dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data aos membros eleitos da Administração, que assinam em conjunto esta Ata, que substituirá o **Termo de Posse**, confirmando o compromisso assumido, não estando impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Item **"VI"** da Ordem do Dia: Quanto ao funcionamento do **Conselho Fiscal,** dada a sua facultatividade, a Assembleia Geral deliberou pela sua não instalação. Item **"VII"** da Ordem do Dia: A Assembleia fixou os honorários/remuneração mensais dos membros da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e não havendo manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada por seus subscritores e diretores eleitos. São Paulo (SP), 30 de novembro de 2021. Ass.: **Fabio Rodrigo de Oliveira** – Presidente; **Hélio Aparecido de Souza Júnior** – Vice-Presidente. **Subscritores: Fabio Rodrigo de Oliveira; Hélio Aparecido de Souza Júnior. Visto do Advogado: Dr. Flavio Rocchi Junior** – OAB/SP nº 249.767. JUCESP – Registrado sob o nº 35.300.588.339 em 11/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A.

CNPJ/MF nº 61.603.387/0001-65 – NIRE 35.300.508.203

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 19 de abril de 2022

Data, Hora e Local: No dia 19 do mês de abril, do ano de 2022, às 14:00 (catorze horas), realizada de forma remota e digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma eletrônica denominada "Microsoft Teams", sendo permitidas a participação e a votação a distância por todos, em conformidade com o quanto disposto na referida Instrução Normativa, no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Para todos os fins legais, considera-se a reunião como realizada na sede social da Centro Saneamento e Serviços Avançados S.A. (a "Companhia"), localizada na cidade de Barueri, Estado do São Paulo, na Alameda Surubijú, n.º 1.770, Alphaville, CEP 06455-040. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada em face da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Sr. **Philippe Meyer Mari**, Sr. **Stéphane Pascal Dupont**, Sr. **Pascal Marc Gauthier**, Sr. **Emiliano Abraão Sampaio Novais** e Sr. **Fernando Sampaio Novais**, sendo o Sr. Stéphane Pascal Dupont representado por seu procurador, Sr. Philippe Meyer Mari, o Sr. Emiliano Abraão Sampaio Novais representado por seu procurador, Sr. Ricardo Pedrosa Sampaio Novais, e o Sr. Fernando Sampaio Novais por suas procuradoras, Sra. Fernanda Ferraz Carolo Rimini e Sra. Lorena Moraes dos Santos. **Composição da Mesa:** Sr. **Philippe Meyer Mari** ("Presidente") e Sra. **Patricia Cristina Sakamoto Sanna** ("Secretária"). **Ordem do dia:** Eleição dos Membros do Comitê de Auditoria da Companhia e ratificação dos atos praticados pelos atuais membros entre 19 de janeiro e 19 de abril de 2022. **Deliberações**: Ante a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem quaisquer restrições, foram eleitos os membros do Comitê de Auditoria nos seguintes termos: **(a)** foram reeleitos o Sr. **Pierre-Emmanuel Marcel Robert James Beau**, francês, em união estável, administrador, portador do passaporte francês nº 14DV14281 e da cédula de identidade de estrangeiro RNE nº V571335-9 e inscrito no CPF/ME sob o nº 235.120.358.50, residente e domiciliado na Rua Girassol, 464, apartamento 91, Vila Madalena, São Paulo – SP, Brasil, CEP 05433-001, e o Sr. **Maurício de Assis Mastrocola**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº 12.260.908-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/ME sob o nº 043.052.328-98, domiciliado na Avenida Horácio Lafer, 580, Jardim das Flores, Osasco – SP, Brasil, CEP 06112-010, cujos mandatos anteriores foram estendidos até a presente data, restando ora ratificados todos os atos praticados por eles e pelo o Sr. **Ricardo Pedrosa Sampaio Novais** entre os dias 19 de janeiro e 19 de abril de 2022; e **(b)** foi eleito o Sr. **Filipe Eustáquio Nogueira**, brasileiro, casado, contador e bacharel em direito, portador da cédula de identidade RG nº 6.278.201, inscrito no CPF/ME sob o nº 068.606.706-14, com residência na Praça Chuí, nº 35, ap. 104 b, Alto dos Pinheiros, Belo Horizonte – MG, Brasil, CEP 30.530-120, cujo currículo foi arquivado na sede da Companhia. Os membros do comitê de auditoria foram eleitos para um mandato de 1 (um) ano, a contar da presente data, os quais se comprometem a se reunir trimestralmente, tudo em observância às regras dispostas no Acordo de Acionistas arquivado na sede social. **Declarações:** Para a realização da presente Reunião Extraordinária do Conselho de Administração e lavratura da respectiva Ata, foram atendidos todos os requisitos previstos na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, no Estatuto Social e no Acordo de Acionistas. Fica consignado que, não obstante as procurações outorgadas pelos conselheiros Srs. Emiliano Abraão Sampaio Novais e Fernando Sampaio Novais a seus respectivos procuradores estarem em desacordo com o quanto disposto na Cláusula 3.4 do Acordo de Acionistas, os demais membros do Conselho de Administração aceitaram, em sinal de boa-fé, que os Srs. Emiliano Abraão Sampaio Novais e Fernando Sampaio fossem representados nesses termos. **Lavratura e Leitura da Ata**: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, momento em que o conselheiro Sr. Pascal Marc Gauthier consignou seu agradecimento ao Sr. Ricardo Pedrosa Sampaio Novais por sua atuação como membro do Comitê de Auditoria em mandatos anteriores. Como não houve manifestação sobre outros pontos, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata no livro próprio, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada por unanimidade e assinada isoladamente pelo Presidente e pela Secretária da Mesa, que certificam, na lista de presença constante do Anexo I, a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. Certificamos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Barueri, 19 de abril de 2022. Mesa: **Philippe Meyer Mari –** Presidente; **Patricia Cristina Sakamoto Sanna –** Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 228.600/22-4 em 05/05/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,1476 / R$ 5,1482 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1390 / R$ 5,1410 *
Turismo - R$ 5,2500 / R$ 5,3480

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: 0,24%

OURO BM&F
R$ 297,000

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 1,24%
Pontos: 105.688
Volume financeiro: R$ 17,446 bilhões
Maiores altas: Qualicorp ON (10,49%), Cogna ON (9,66%), Meliuz ON (8,48%)
Maiores baixas: Minerva ON (-7,54%), Siderúrgica Nacional ON (-5,53%), CSN Mineração ON (-3,23%)

S&P 500 (Nova York): -0,13%
Dow Jones (Nova York): -0,33%
Nasdaq (Nova York): 0,06%
CAC 40 (Paris): -1,01%
Dax 30 (Frankfurt): -0,64%
Financial 100 (Londres): -1,56%
Nikkei 225 (Tóquio): -1,77%
Hang Seng (Hong Kong): -2,24%
Shanghai Composite (Xangai): -0,12%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,44%

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

PDCA S.A.

CNPJ/MF nº 34.699.670/0001-60

Relatório da Administração

Aos Acionistas, Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da PDCA S.A. ("PDCA" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Mensagem da Administração: A PDCA S.A. é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo, constituída em 20 de agosto de 2019. A Companhia tem como principal objeto a disponibilização de serviços de meios de pagamento, como cadastro e credenciamento de estabelecimentos junto a fornecedores de meio de pagamento, assim como o licenciamento de softwares. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios: **Total de ativos:** Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R$ 1.438 milhões, apresentando um aumento de R$ 1.159 milhões em relação ao total de ativos 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 278 milhões. O aumento é reflexo da aquisição de cotas do FIDC TAPSO ao longo do segundo semestre de 2021 e da aquisição de POS como estratégia da Companhia.

Patrimônio líquido: Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R$ 1.195 milhões, representando um aumento de R$ 951 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 244 milhões. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da PDCA é representado por 1.017.887.626 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 1.018 milhões, totalmente subscritas e integralizadas. Em 2021 a Stone Instituição de Pagamento S.A., adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia na operação e passou a ser única acionista da PDCA S.A.

Resultado: No exercício de 2021, a PDCA reportou um lucro de R$ 26 milhões, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, um prejuízo de R$ 51 milhões. O aumento é explicado por uma elevação no resultado de receita de serviços e deve-se basicamente ao aumento de clientes e ao volume de transações.

A Administração.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	116.451	109.942
Títulos e valores mobiliários	5	712.087	–
Contas a receber de clientes		–	5
Contas a receber de partes relacionadas	17	–	5.146
Impostos a recuperar	6	24.828	8.029
Despesas antecipadas	7	26.071	39.357
Outros ativos	8	76.856	142
		956.293	**162.621**
Ativo não circulante			
Contas a receber de partes relacionadas	17	55.584	6.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9(b)	17.819	–
Outros ativos	8	12.875	1
Despesas antecipadas	7	58.659	45.893
Imobilizado	10	327.680	59.450
Intangível		9.526	3.670
		482.143	**115.868**
Total do ativo		**1.438.436**	**278.489**

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo circulante			
Fornecedores	11	43.298	29.133
Salários e encargos sociais	12	3.638	2.261
Impostos a recolher		1.575	268
Outros passivos		6.515	–
		55.026	**31.662**
Passivo não circulante			
Contas a pagar a partes relacionadas	17	187.624	2.248
Salários e encargos sociais	12	494	646
Provisão para riscos processuais		120	–
		188.238	**2.894**
Patrimônio líquido			
Capital social	13(a)	1.017.888	87.651
Reserva de capital	13(b)	177.284	202.512
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		–	7.837
Prejuízos acumulados		–	(54.067)
Total do patrimônio líquido		**1.195.172**	**243.933**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.438.436**	**278.489**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Reserva de capital	Transação entre acionistas	Total	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		**8.726**	**33**	**–**	**33**	**1.202**	**(2.975)**	**6.986**
Aumento de capital		78.925	–	201.575	201.575	–	–	280.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	–	–	–	6.635	–	6.635
Pagamento baseado em ações		–	904	–	904	–	–	904
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	–	(51.092)	(51.092)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**87.651**	**937**	**201.575**	**202.512**	**7.837**	**(54.067)**	**243.933**
Aumento de capital	13(a)	930.237	–	–	–	(7.837)	–	922.400
Pagamento baseado em ações	13(b)/18	–	2.492	–	2.492	–	–	2.492
Lucro (prejuízo) do exercício		–	–	–	–	–	26.347	26.347
Absorção de prejuízos acumulados				(27.720)	(27.720)		27.720	–
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**1.017.888**	**3.429**	**173.855**	**177.284**	**–**	**–**	**1.195.172**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços	14	213.011	23.312
Custo dos serviços prestados	15	(80.379)	(22.079)
Lucro bruto		**132.632**	**1.233**
Despesas administrativas		(1.576)	(2.749)
Despesas de vendas		(150.129)	(51.069)
Outras despesas operacionais, líquidas		(44.744)	(1.214)
	15	**(196.449)**	**(55.032)**
Despesa financeira	16	(2.893)	(167)
Receita financeira	16	78.437	2.871
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e contribuição social		**11.727**	**(51.092)**
IRPJ e CSLL corrente	9(a)	(3.199)	–
IRPJ e CSLL diferido	9(b)	17.819	–
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**26.347**	**(51.092)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2021	2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**26.347**	**(51.092)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**26.347**	**(51.092)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	2021	2020
Lucro (prejuízo) do exercício		**26.347**	**(51.092)**
Ajustes ao lucro (prejuízo) do exercício:			
Depreciação e amortização		33.844	6.493
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9(b)	(17.819)	–
Resultado financeiro, líquido		(77.771)	–
Remuneração baseada em ações	18	2.492	904
Provisão para contingências		120	–
Apropriação no resultado de despesas antecipadas		14.769	14.769
Resultado na baixa de imobilizado e intangível		1.119	46
Variações nos Ativos e Passivos:			
Contas a receber de partes relacionadas		(43.584)	(12.000)
Impostos a recuperar		(24.909)	(6.374)
Despesas antecipadas		(14.249)	(100.019)
Contas a receber de clientes e outros ativos		(45.862)	(134)
Impostos a recolher		12.730	268
Salários e encargos sociais		1.225	1.737
Contas a pagar a partes relacionadas		185.376	1.957
Fornecedores e outros passivos		4.516	10.353
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.313)	–
Caixa líquido das atividades operacionais		**55.031**	**(133.092)**
Aquisições de ativo imobilizado		(329.718)	(41.172)
Aquisições de ativo intangível		(6.888)	(2.929)
Aquisição (venda de) investimentos de curto prazo, líquido		(65.684)	–
Caixa líquido das atividades de investimento		**(270.922)**	**(44.101)**
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	6.635
Aumento de capital	13(a)	222.400	280.500
Caixa líquido das atividades de financiamento		**222.400**	**287.135**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**6.509**	**109.942**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	109.942	–
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	4	116.451	109.942
Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquido		**6.509**	**109.942**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A PDCA S.A. ("Companhia" ou "PDCA"), é uma sociedade anônima, constituída em 20 de agosto de 2019. A Companhia está sediada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, conjunto 2101, 20º andar, São Paulo, SP. A Companhia é controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A., que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez é controlada pela StoneCo Ltd ("Grupo StoneCo"), companhia aberta com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas Ilhas Cayman. A Companhia tem como principal objeto a disponibilização de serviços de meios de pagamento, como cadastro e credenciamento de estabelecimentos junto a fornecedores de meio de pagamento, assim como o licenciamento de softwares. O início da operação da Companhia ocorreu em março de 2020, sendo assim em 31 de dezembro de 2019 a empresa estava em fase pré-operacional. A emissão destas demonstrações financeiras individuais foi aprovada em Reunião de Diretoria em 06 de maio de 2022. **1.1. Incorporação societária:** Em 02 de novembro de 2019, a PDCA S.A. incorporou a parcela cindida pela empresa Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. A cisão visa a segregação das atividades desenvolvidas pela Pagar.me, exclusivamente relacionadas à parcela cindida para que as atividades inerentes à parcela cindida sejam desenvolvidas pela PDCA, sociedade anônima constituída pela StoneCo Brasil S.A. que, após a implementação da cisão e realização de novos aportes, tem a Salonica Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Salonica") como acionista. Em 04 de dezembro de 2019, a STNE Participações S.A. incorporou parte da parcela cindida da StoneCo Brasil S.A. e passou a ser detentora das 8.726 ações ordinárias nominativas da PDCA S.A. A STNE Participações S.A. e a Salonica atuarão na PDCA como parceiros estratégicos, buscando formas de potencializar ganhos advindos das oportunidades de geração de valor existentes entre as referidas sociedades. Conforme laudo de avaliação do acervo líquido da parcela cindida, foram incorporados os seguintes valores ao patrimônio da Companhia: I) Aumento de capital social em R$ 8.725 com emissão de 8.725 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas pela StoneCo Brasil. II) Incorporação dos ativos imobilizado e intangível, no montante de R$ 8.725. Tais ativos são exclusivamente para desenvolver e explorar os meios eletrônicos de pagamento e serviços financeiros que serão oferecidos pela PDCA. Em 02 de julho de 2021 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações entre as empresas Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Compradora"), STNE Participações S.A. e StoneCo Ltd., ("Vendedoras"), para a alienação da totalidade de ações de emissão da PDCA ("Operação"). Considerando na data da operação, o capital social da PDCA, totalmente subscrito e totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R$ 877.650.957,89 (oitocentos e setenta e sete milhões, seiscentos e cinquenta mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos), dividido em 877.650.957 (oitocentas e setenta e sete milhões, seiscentas e cinquenta mil, novecentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Stone Instituição de Pagamento S.A, adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia na operação e passou a ser única acionista da PDCA S.A., com 877.650.957 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Ato contínuo, em 26.07.21, a Compradora realizou um aporte de capital na PDCA, no valor total de R$ 7.836.669,98 (sete milhões, oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e nove reais e noventa e oito centavos). Assim, o capital social da PDCA passou a ser de R$ 885.487.627,87 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), dividido em 885.487.626 (oitocentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentas e oitenta e sete mil, seiscentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a totalidade de ações de emissão da PDCA detidas pela Compradora.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB ("IFRS"). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da vida útil dos ativos não financeiros. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras. Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras. Ressalte-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente.

3. Principais políticas contábeis – **3.1. Conversão em moeda estrangeira: 3.1.1. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, e também, a moeda de apresentação. **3.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. **3.2.1. Ativos financeiros: 3.2.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **3.2.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. **3.2.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outros ativos. **3.2.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida):** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em ORA. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em ORA é reclassificada para o resultado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui ativos financeiros classificados nesta categoria. **3.2.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais):** Após o reconhecimento inicial, a Companhia pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando a Companhia se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em ORA. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. A Companhia não possui investimentos classificados nesta categoria. **3.2.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia não possui investimentos classificados nesta categoria. **3.2.1.3. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial da Companhia) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • A Companhia transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir. **3.2.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("Impairment") de ativos financeiros:** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia aplica a abordagem simplificada para contas a receber de clientes. **3.2.2. Passivos financeiros: 3.2.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. **3.2.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo. **3.2.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia não possui passivos financeiros ao VJR. **3.2.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas e outros passivos. **3.2.2.3. Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha optado pelo recebimento antecipado. **3.2.3. Valor justo de instrumentos financeiros:** A Companhia mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo. A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

… continuação

PDCA S.A.

avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. **3.2.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.2.5. Instrumentos financeiros derivativos:** Ocasionalmente, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de moeda do tipo 'non-deliverable forward', para proteger seus riscos à moeda estrangeira. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, reavaliados ao seu valor justo. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são levados diretamente ao resultado. A Companhia não aplica contabilidade de hedge. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. **3.3. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão à Companhia e que o custo do item seja relevante e possa ser mensurado com confiabilidade. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o exercício em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Pin Pads & POS	5
Equipamentos de informática	5

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados a cada data-base e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação do valor obtido na venda (se houver) com o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. A Companhia também desreconhece Pin Pads e POS de clientes que não estejam sendo utilizadas nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria de cliente. Em 2021 a vida útil foi revisada e não houve alteração. **3.4. Intangível: 3.4.1. Softwares e custos de desenvolvimento:** Custos subsequentes diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e aprimoramentos de software da plataforma de tecnologia da Companhia são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos da folha de pagamento. Esses custos são registrados como intangível quando o desenvolvimento é concluído e o ativo está pronto para uso, e são amortizados pelo método linear, geralmente durante um período de cinco anos. Gastos com pesquisa e desenvolvimento, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. Em determinadas circunstâncias, a administração pode determinar que o software anteriormente desenvolvido e sua despesa relacionada não mais atendem à definição de viabilidade da administração, o que poderia resultar na redução ao valor recuperável desse ativo. **3.4.2. Outros intangíveis:** Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os intangíveis são demonstrados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os intangíveis gerados internamente, exceto (3.4.1) acima, não são capitalizados e o gasto relacionado é refletido no resultado do exercício no qual o gasto é incorrido. A vida útil do intangível é avaliada como definida ou indefinida. Intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para intangíveis com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício ou quando houver indicadores de redução ao valor recuperável. Mudanças de vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	5

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido da venda (se houver) e o valor contábil, e são reconhecidos no resultado. **3.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Companhia avalia, em cada data-base, se há algum indício de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indício, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC"), menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável. Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por múltiplos de avaliação, preços de ações cotados para empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu redução ao valor recuperável. Para ativos não financeiros, exceto ágio, é efetuada uma avaliação em cada data-base para determinar se existe uma indicação de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde que a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda por redução ao valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o ativo seja contabilizado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação. **3.6. Provisões:** Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente das despesas que se espera que sejam necessárias para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações atuais do mercado sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de o tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.7. Impostos: 3.7.1. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Impostos sobre o lucro compreendem o Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL") sobre o lucro da Companhia. De acordo com a legislação tributária brasileira, o imposto de renda e a contribuição social são lançados e pagos individualmente. Os ativos e passivos tributários correntes são mensurados pelo valor previsto a ser recuperado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas em vigor ou substantivamente em vigor na data de balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável. A Companhia registra provisão mensal para imposto de renda (25%) e contribuição social (9%), pelo regime de competência, pagando estes impostos com base em estimativa mensal. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **3.7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não expira. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo valor líquido. **3.7.3. Impostos incidentes sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota – %	
	Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% – 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% – 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% – 5,00%	–

(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes da Companhia e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 14) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar (Nota 6) e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes da Companhia por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 14) contra impostos a recolher, pois a Companhia atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%. O ISS apresentado na tabela é aplicável à cidade de São Paulo e refere-se à alíquota mais comumente aplicada às operações da Companhia. **3.8. Receita de contratos de clientes:** A receita é reconhecida quando a Companhia transfere o controle dos bens ou serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Companhia espera receber em troca desses bens ou serviços. A Companhia aplica os cinco passos seguintes: (1) identificação dos contratos com o cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e (5) reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. A Companhia reconhece receita dos seguintes itens: **3.8.1. Transações e outros serviços:** As principais obrigações de desempenho da Companhia são, disponibilizar equipamentos de processamento de pagamentos, fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e refeição, bem como disponibilização de equipamentos para processamento dos pagamentos. A promessa da Companhia aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende da adesão aos serviços oferecidos e do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados, etc.); como tal, o preço total da transação para adesão é fixo e para as transações realizadas variável. A Companhia aloca as taxas fixas e variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes. A receita de transações é reconhecida líquida de taxas retidas pelos credenciadores. A Companhia é um agente na autorização, processamento e liquidação de transações de pagamento, uma vez que não suporta os riscos e benefícios significativos desses serviços da seguinte forma: • A Companhia facilita a aquisição de informações de pagamento e gestão da relação com o cliente e não é o principal responsável pela autorização, processamento e serviços de liquidação realizados por redes do sistema de pagamento e emissores de cartões; • A Companhia não tem liberdade para estabelecer as taxas de avaliação e intercâmbio, que são definidas pelas redes do sistema de pagamento. A Companhia geralmente tem o direito de aumentar sua taxa de desconto ao cliente para proteger sua comissão líquida; • A Companhia não cobra a taxa de intercâmbio, que é retida pelo emissor do cartão no momento do pagamento ao credenciador, e efetivamente atua como um intermediador entre o credenciador e o lojista; • A Companhia não assume risco de crédito do titular do cartão (ou seja, cliente do cliente); • A operação de adquirência observa um conjunto de salvaguardas que protegem os participantes dos arranjos de pagamento, como é o caso da contribuição de garantias dos participantes, no contexto da materialização de um evento de risco. Os credenciadores são qualificados pelas redes do sistema de pagamento e são geralmente instituições de pagamento de alta qualidade de crédito. Os recebíveis podem ser considerados como garantidos pelos procedimentos de liquidação impostos pelas bandeiras aos integrantes do sistema. Como tal, a exposição da Companhia ao risco de crédito é geralmente baixa. **3.8.2. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho:** Os contratos da Companhia com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Companhia contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Companhia para cada elemento em transações separadas ou custo esperado mais uma margem. Em situações limitadas, o preço de venda individual relativo para um elemento que não pode ser avaliado numa base anterior, a receita é primeiro atribuída ao elemento em que o preço de venda individual relativo foi estabelecido e o montante residual seria atribuído ao elemento sem preço de venda individual relativo. **3.8.3. Receita de comissão:** A Companhia também oferece a possibilidade de antecipação de recebíveis aos clientes, a operacionalização é realizada pela subcredenciadora parceira e a Companhia tem direito ao recebimento de comissão, reconhecida como receita de serviços da demonstração do resultado. **3.8.4. Receita financeira:** Principalmente compostas por juros gerados por contas de poupança bancária. **3.9. Benefícios a empregados: 3.9.1. Remuneração com base em ações:** A Companhia possui planos de remuneração baseada em ações liquidados em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseados em seu preço ou valor das ações, para empregados e não empregados em troca de serviços. O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Esse custo é reconhecido em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do exercício representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele exercício. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. **3.10. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • é caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.11. Despesas antecipadas:** Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem (mas não estão limitadas a) licenças de software, determinados serviços de consultoria, prêmios de seguro e gastos com publicidade, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os benefícios econômicos associados ao pagamento antecipado fluem para a entidade. **3.12. Novas normas e alterações de normas e interpretações: 3.12.1. Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios:** As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input – entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output – saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs – entradas de recursos e processos necessários para criar outputs – saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócio. **3.12.2. Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros. **3.12.3. Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material:** As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia. **3.12.4. Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro:** A revisão do pronunciamento traz novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.12.5. Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.13. Pronunciamentos emitidos, mas que ainda não estavam em vigor em 2021:** As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas novas e alteradas normas e interpretações, se aplicáveis, quando se tornarem efetivas. **3.13.1. IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 – Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **3.13.2. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras sobre este se aplicam.

4. Caixa e equivalentes de caixa	**2021**	**2020**
Caixa e bancos	65	–
Aplicações financeiras de curto prazo (Nota 4a)	116.386	109.942
	116.451	**109.942**

a) Composição das aplicações financeiras de curto prazo:

					31/12/2021
		Faixa de vencimento			
	Taxa média ponderada a.a.	De 0 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Certificado de Depósito Bancário – CDB	98% do DI	116.386	–	–	116.386

					31/12/2020
		Faixa de vencimento			
	Taxa média ponderada a.a.	De 0 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Operações compromissadas	98% do CDI	99.524	–	–	99.524
Operações compromissadas	75% do CDIC	10.473	–	–	10.473

5. Títulos e valores mobiliários – Composição e classificação da carteira de títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria estão classificados como:

	31/12/2021	31/12/2020
Cotas de fundo de investimento – FIDC TAPSO	712.087	–
Títulos para negociação	**712.087**	**–**

O TAPSO FIDC ("FIDC TAPSO") iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. A movimentação das aplicações financeiras segue abaixo:

FIDC TAPSO	**31/12/2021**
Saldo inicial	–
(+) Aporte	750.000
(-) Amortização/Venda de cotas	(115.684)
(+) Ganho com valorização das cotas do FIDC	77.771
Saldo final	**712.087**

O fundo pertence 99,8% ao Grupo StoneCo, sendo que em 31 de dezembro de 2021, a PDCA detém 7,2% (0% em 31 de dezembro 2020), a controladora Stone Instituição de Pagamento detém participação de 43,9% das cotas (35,3% em 31 de dezembro de 2020), a MNLT S.A. – controlador final comum. ("MNLT") 12,8% (23,3% em 31 de dezembro 2020) e a Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – controlador final comum ("Pagar.me") 1,6% (1,8% em 31 de dezembro 2020).

6. Impostos a recuperar	**2021**	**2020**
PIS e COFINS	16.347	7.408
IRRF sobre aplicações financeiras	7.739	614
Outros	742	7
	24.828	**8.029**

7. Despesas antecipadas	**2021**	**2020**
Publicidade (a)	84.730	85.231
Outros	–	19
	84.730	**85.250**
Circulante	26.071	39.357
Não circulante	58.659	45.893

(a) O saldo refere-se ao acordo de veiculação de peças publi-

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

... continuação

PDCA S.A.

citárias firmado entre o Grupo Globo e a PDCA, com prazo de 3 anos para utilização da verba. O montante de R$ 100.000 foi pago durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

8. Outros ativos	**2021**	**2020**
Adiantamento a fornecedores	89.111	–
Outros	620	143
	89.731	**143**
Circulante	76.856	142
Não circulante	12.875	1

9. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	2021
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	11.727
Alíquotas vigentes – %	34%
IRPJ e contribuição social às alíquotas vigentes	**(3.987)**
Ativo Diferido anteriormente não reconhecido	18.492
Outras adições temporárias	115
	14.620
Impostos correntes	(3.199)
Impostos diferidos	17.819
	14.620

10. Imobilizado	**31/12/2019**	**Adições**	**Transferências (a)**	**31/12/2020**	**Adições (b)**	**Baixa**	**31/12/2021**
Custo							
Pin Pads & POS	8.271	59.677	(1.655)	66.293	301.959	(702)	367.550
Equipamentos de informática	–	19	–	19	202	–	221
	8.271	**59.696**	**(1.655)**	**66.312**	**302.161**	**(702)**	**367.771**
Depreciação							
Pin Pads & POS	(493)	(6.369)	–	(6.862)	(33.236)	31	(40.067)
Equipamentos de informática	–	–	–	–	(24)	–	(24)
	(493)	**(6.369)**	**–**	**(6.862)**	**(33.260)**	**31**	**(40.091)**
Imobilizado	**7.778**	**53.327**	**(1.655)**	**59.450**	**268.901**	**(671)**	**327.680**

(a) Em 2020, a Companhia passou a registrar créditos tributários de PIS e COFINS no momento da aquisição dos Pin Pad e POS, conforme legislação tributária brasileira. Anteriormente, o crédito era tomado em função da depreciação do ativo. Assim, o crédito tributário residual sobre ativos em operação em 30 de junho de 2020 foi reclassificado para a conta de impostos a recuperar no balanço patrimonial, sem impacto no resultado. Novas aquisições serão adicionadas ao imobilizado pelo valor líquido de créditos tributários, que serão registrados na demonstração do resultado em linha com a depreciação do ativo. (b) O aumento em adições refere-se às transações de POS Stone para PDCA. A Stone Instituição de Pagamento está renovando seu parque de POS por tecnologia mais avançada e, os POS antigos foram repassados à TON pelo valor residual.

11. Fornecedores	**2021**	**2020**
Fornecedores nacionais	43.298	29.133
	43.298	**29.133**

12. Salários e encargos sociais	**2021**	**2020**
Férias e encargos sociais	2.761	1.300
Encargos sociais sobre pagamento baseado em ações	494	646
Salários e encargos sociais	877	486
Benefícios	–	475
	4.132	**2.907**
Circulante	3.638	2.261
Não circulante	494	646

13. Patrimônio líquido – a) Capital social: Em agosto de 2019 foi integralizado capital social no montante de R$ 1, dividido em 1.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em dezembro de 2019 a PDCA aumentou seu capital social em R$ 8.725 com emissão de 8.725 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas mediante incorporação da parcela cindida da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. Em março de 2020, a Companhia emitiu 78.924.816 novas ações, no valor total de R$ 280.500, sendo 50.000.000 aportadas pela controladora STNE Participações e 28.924.816 aportadas pela Salônica Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior ("Salonica"). Em março de 2021, a Companhia emitiu 90.000.000 novas ações, no valor total de R$ 90.000, aportadas pela controladora STNE Participações. Em julho de 2021, a Companhia emitiu 700.000.000 novas ações, no valor total de R$ 700.000, aportadas pela controladora STNE Participações. Em 02 de julho de 2021 foi celebrado um contrato de compra e venda de ações entre as empresas Stone – ("Compradora"), STNE Participações S.A. e StoneCo Ltd., ("Vendedoras"), para a alienação da totalidade de ações de emissão da PDCA ("Operação"). Na data da Operação, o capital social da PDCA, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, era de R$ 877.651, dividido em 877.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. A Stone Instituição de Pagamento S.A, adquiriu a totalidade das ações de emissão da Companhia na Operação e passou a ser única acionista da PDCA. Em 26 de julho de 2021, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, no valor total de R$ 7.837, mediante a emissão de 7.836.669 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Ato contínuo, em 26 de julho de 2021, a Compradora pagou o valor de R$ 995.722 no mês de julho de 2021, com um complemento de R$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A. e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R$ 1.000.935. Em dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital da PDCA no valor total de R$ 132.400, mediante a emissão de 132.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento S.A., em moeda corrente nacional. O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.017.888 (R$ 87.651 em 31 de dezembro de 2020) representado por 1.107.887.626 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

			31/12/2021
Acionistas	**País sede**	**Participação (%)**	**Ações**
Stone Instituição de Pagamento S.A.	Brasil	100,00%	1.017.887.626
Total do Capital Social		**100%**	**1.017.887.626**

b) Reserva de Capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a PDCA constituiu uma reserva adicional no montante de R$ 2.492, no total de R$ 3.429 (R$ 937 em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações (Nota 17).

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos: Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	13.181
Diferenças temporárias	10.484
Total ativo fiscal diferido	**23.665**
Reconhecimento de receita – FIDC	(5.846)
Total passivo fiscal diferido	**(5.846)**
Impostos diferidos, líquidos	**17.819**

A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	**Valor**
2022	19.339
2023	3.548
2024 em diante	778
Total	**23.665**

14. Receita de serviços	**2021**	**2020**
Receita bruta de serviços	235.988	25.872
(-) Impostos sobre vendas	(22.977)	(2.560)
Receita liquida de serviços	**213.011**	**23.312**
Momento do reconhecimento da receita		
Reconhecida em um momento específico no tempo	213.011	23.312
Receita liquida de serviços	**213.011**	**23.312**

15. Despesas por natureza	**2021**	**2020**
Despesas de marketing e comissões de vendas	150.129	48.221
Despesas com pessoal	34.922	15.334
Depreciação e amortização	33.844	6.493
Captura e processamento	46.574	7.652
Outras despesas operacionais	10.439	(852)
Serviços de terceiros	799	208
Gastos com viagens	116	55
Despesas com instalações	5	–
Total	**276.828**	**77.111**

15.1. Benefícios a empregados	**2021**	**2020**
Salários	22.800	10.267
Custos previdenciários	6.193	2.981
Pagamento baseado em ações (Nota 18)	4.054	2.086
Outros	1.875	–
	34.922	**15.334**

16. Resultado financeiro, líquido	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Receitas financeiras		
Renda de aplicações em cotas (a)	76.841	–
Rendimentos de aplicações financeiras	1.596	2.874
	78.437	**2.871**
Despesas financeiras		
Perda com variações monetárias e cambiais	(207)	(39)
Outras despesas financeiras	(2.686)	(128)
	(2.893)	**(167)**
Resultado financeiro, líquido	**75.544**	**2.704**

a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R$ 930 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2020) (Nota 5). **17.Transações com partes relacionadas** – As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. As transações com partes relacionadas são inseridas no normal curso de negócios a preços e termos aprovados pela administração. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Ativos	**2021**	**2020**
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	55.584	11.754
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. – controlador comum	–	149
Stone Logística Ltda. – controlador comum	–	97
Contas a receber de partes relacionadas	**55.584**	**12.000**
Passivos	**2021**	**2020**
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	(186.894)	(1.121)
STNE Participações S.A. – controlador comum	(604)	(921)
MNLT S.A. – controlador comum	(83)	–
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. – controlador comum	(43)	–
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	–	(206)
Contas a pagar a partes relacionadas	**(187.624)**	**(2.248)**

Receitas	**2021**	**2020**
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	94.693	13.568
Receitas	**94.693**	**13.568**

Despesas	**2021**	**2020**
Stone Instituição de Pagamento S.A. – controlador comum	(609)	(723)
MNLT S.A. – controlador comum	(523)	–
STNE Participações S.A. – controlador comum	(27)	–
Despesas	**(1.159)**	**(723)**

Contas a receber e receitas entre partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2021, o principal saldo refere-se à operação entre a Companhia e a Pagar.me, onde a parte relacionada faz repasses relacionados a operacionalização dos pagamentos dos clientes da Companhia. **Contas a pagar e despesas entre partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021, o principal saldo refere-se às transações de POS entre PDCA e Stone Instituição de Pagamento S.A. ***Pessoas-chave:*** Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da PDCA não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia. **18. Pagamento baseado em ações** – Em 2019 a Companhia recebeu por transferência funcionários da Stone Instituição de Pagamento que possuem 50.487 ações outorgadas da StoneCo Ltd, como pagamento baseado em ações. O plano de remuneração tem característica de outorga de Unidade de Ações Restritas ("UARs"). Na data da outorga o valor da ação era de USD 24.00. Em 2020 a Companhia recebeu mais funcionários por transferência da Stone Pagamentos o que aumentou a quantidade de UARs em 128.525, além disso houve uma aceleração de emissão de ações na quantidade de 5.223, resultando em um total em 31 de dezembro de 2020 de 173.789. Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("vesting period") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio. As movimentações ocorridas em 2021 e 2020 de UARs são apresentadas abaixo:

	UARs	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**173.789**	**173.789**
Outorgas	31.773	31.773
Emitidas	(9.151)	(9.151)
Transferências entre empresas do grupo	4.917	4.917
Canceladas	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**201.328**	**201.328**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a PDCA registrou na reserva de capital o montante de R$ 2.492 (R$ 904 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações.

19. Instrumentos financeiros – (i) Gestão de riscos: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros; a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo Stone Co ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparado pelo time de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. A tesouraria global identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento local de tesouraria ("Tesouraria Local") executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo Stone Co. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. Além disso, se os clientes continuarem a ser adversamente afetadas, as taxas de inadimplência das soluções de crédito provavelmente aumentarão. Adicionalmente, a contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Os riscos estão sendo monitorados de perto e a Companhia pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem. (a) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerido pelo departamento de tesouraria Global e supervisionado pelo risco integrado gestão, de acordo com as políticas internas do Grupo StoneCo. (b) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. A Companhia não está exposta de forma significativa ao risco de mercado, já que não possui instrumentos financeiros relevantes associados a taxa de juros ou variação cambial. (c) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada na Companhia e agregada por sua equipe de finanças. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos para que não viole limites ou cláusulas restritivas (quando aplicável) de qualquer um de seus empréstimos. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é transferido para a tesouraria Global. O departamento de tesouraria Global investe o excedente de caixa em contas bancárias que rendem juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores	43.298	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	187.624	–	–
Outros passivos	6.515	–	–	–

	Menos de 1 ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	29.133	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	2.248	–	–

(ii) Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos conforme o balanço patrimonial:

Em 31 de dezembro de 2021	**Custo amortizado**	**Total**
Títulos e valores mobiliários	712.087	712.087
Contas a receber de partes relacionadas	55.584	55.584
Outros ativos	89.731	89.731
	857.402	**857.402**

Em 31 de dezembro de 2020		
Contas a receber de clientes	5	5
Contas a receber de partes relacionadas	12.000	12.000
Outros ativos	143	143
	12.148	**12.148**

(b) Passivos conforme o balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2021	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	43.298	43.298
Contas a pagar a partes relacionadas	187.624	187.624
Outros passivos	6.515	6.515
	237.437	**237.437**

Em 31 de dezembro de 2020		
Fornecedores	29.133	29.133
Contas a pagar a partes relacionadas	2.248	2.248
	31.381	**31.381**

(iii) Estimativa do valor justo: A tabela abaixo apresenta uma comparação por classe entre o valor contábil e o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	2021			**2020**		
	Valor contábil	**Valor justo**	**Nível hierarquia**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Nível hierarquia**
Ativos financeiros						
Títulos e valores mobiliários	712.087	712.087	II	–	–	II
Contas a receber de clientes	–	–	II	5	5	II
Contas a receber de partes relacionadas	55.584	55.584	II	12.000	12.000	II
Outros ativos	89.731	89.731	II	143	143	II
	857.402	**857.402**		**12.148**	**12.148**	
Passivos financeiros						
Fornecedores	43.298	43.298	II	29.133	29.133	II
Contas a pagar a partes relacionadas	187.624	187.624	II	2.248	2.248	II
Outros passivos	6.515	6.515	II	–	–	II
	237.437	**237.437**		**31.381**	**31.381**	

(iv) Compensação de instrumentos financeiros: Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretendem liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida. **(v) Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no caixa líquido/dívida líquida ajustado(a). O caixa líquido/dívida líquida ajustado(a) é calculado como caixa ajustado (incluindo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de partes relacionadas conforme demonstrado no balanço patrimonial), líquido da dívida ajustada (fornecedores, e contar a partes a partes relacionadas, conforme demonstrado no balanço patrimonial). A estratégia da Companhia é manter um caixa líquido ajustado positivo. O caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era o seguinte:

	2021	**2020**
Caixa e equivalentes de caixa	116.451	109.942
Títulos e valores mobiliários	712.087	–
Contas a receber de partes relacionadas	55.584	12.000
Caixa ajustado	**884.122**	**121.942**
Fornecedores	(43.298)	(29.133)
Contas a pagar a partes relacionadas	(187.624)	(2.248)
Dívida ajustada	**(230.922)**	**(31.381)**
	653.200	**90.561**

20. Eventos subsequentes – Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Thiago dos Santos Piau – Diretor-Presidente **Caio Fiuza Silva** – Diretor **Marcelo Bastianello Baldin** – CFO **Victor Nuti Delorenci** – Diretor **Carlos Fornereto** – Contador CRC SP 266.728/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas da **PDCA S.A.**
São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da PDCA S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Publicidade Legal

... continuação

PDCA S.A.

base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 06 de maio de 2022.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/O-6

Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora
CRC 1SP 241.544/O-0

FSD Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 17.931.161/0001-00 – NIRE 35.300.452.135

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 20 de janeiro de 2022.

1.Data, hora e local: Aos 20 (vinte) dias do mês de janeiro de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 19:00 horas, nas dependências da sede da Companhia, na Avenida 39, nº 0346, Centro, na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo, CEP 14780-400. **2.Convocação da Assembleia**: Dispensada na forma das disposições do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76. Assembleia instalada em primeira convocação, com a presença de acionistas representantes de 100% do capital social, conforme assinaturas abaixo. **3.Mesa:** Dando início à Assembleia, foram indicados o Presidente e o Secretário para compor a Mesa, nos termos do Artigo 11º do Estatuto Social da Companhia, ficando assim composta: Presidente: Franklin Junqueira de Azevedo; Secretário: Maurício Pinto e Silva **4.Ordem do dia:** a) Examinar, discutir e deliberar sobre os Relatórios da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas pelo escritório Sercon Barretos Serviços Contábeis Ltda, responsável pela escrituração fiscal e contábil da Companhia. b) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021; **5.Deliberações: 5.a.** As matérias da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, foram colocadas para análise, votação e deliberação, tendo os acionistas presentes tomado, as seguintes deliberações: **5.a.1. Examinar, discutir e deliberar sobre os Relatórios da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas pelo escritório Sercon Barretos Serviços Contábeis Ltda, responsável pela escrituração fiscal e contábil da Companhia:** Depois de examinados e discutidos, os acionistas presentes aprovaram, sem ressalvas, os relatórios da administração sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, elaborados pelo escritório Sercon Barretos Serviços Contábeis Ltda., responsável pela escrituração fiscal e contábil da Companhia, firmados pela Sra. Rosana Maria Borges Ferreira Pina, inscrita no CRC nº 1SP194010/O-4. E, considerando a aquiescência integral e sem ressalvas a respeito dos mencionados documentos, os acionistas, por unanimidade, ratificam e aprovam integralmente todos os atos praticados pela administração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, nada tendo a reclamar, seja a que título for, com a aprovação de todos os documentos apresentados. **5.a.2. Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2021:** A Companhia apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, resultado líquido, após dedução dos tributos e reservas legais, no valor de R$ 3.486.640,89 (três milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos). O saldo na conta de lucros acumulados é no valor de R$ 9.618.122,75 (nove milhões, seiscentos e dezoito mil, cento e vinte e dois reais e setenta e cinco centavos). Tendo os acionistas presentes decidido, por unanimidade autorizar a distribuição aos acionistas, da importância de R$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais), o que deverá ocorrer até 04 de fevereiro de 2022. Ainda, os acionistas presentes decidiram, por unanimidade, que o saldo remanescente, após a distribuição ora autorizada, permanecerá em conta de lucros acumulados, objetivando manter liquidez financeira adequada para eventuais despesas e/ou investimentos. Após as deliberações acima, o senhor Presidente da AGO e agradeceu a presença de todos os acionistas, ressaltando quanto ao excelente trabalho desenvolvido em prol da Companhia, sendo que, colocada a palavra livre, ninguém mais dela fez uso, sendo a Assembleia suspensa pelo Sr. Presidente, pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da mesa e pela totalidade dos acionistas da Companhia, **FSD Negócios Imobiliários S.A.** Barretos/SP, 20 de janeiro de 2022. Assinaturas: **Franklin Junqueira de Azevedo –** Presidente da assembleia**; Mauricio Pinto e Silva –** Secretário da assembleia. **Acionistas**: Franklin Junqueira de Azevedo; André Junqueira de Azevedo; Maria Esther Giobbi; Mauricio Pinto e Silva; Inácio de Loiola Meirelles Junqueira de Azevedo; Eduardo Luiz Pinto e Silva; Ana Maria Junqueira de Azevedo Tilkian; Maria Cristina Junqueira de Azevedo; Otávio Pinto e Silva; Eduardo Pinto e Silva. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 209.051/22-0 em 27/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Menavar Administração de Bens e Participações S/A

CNPJ/MF em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data: 30 de novembro de 2021. **Local**: Avenida Paulista, nº 1636, conj. 04, Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP. 01.310-200. **Subscritores: Waldemar da Rocha,** brasileiro, solteiro, nascido em 04/06/1962, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 10.644.675 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 029.261.638-43, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Pedro Doll, nº 440, apto. 122, Santana, CEP. 02.404-000; e **Givaldo Jesus Silva,** brasileiro, solteiro, nascido em 10/09/1973, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 77.252.730-0 (SSP/BA), inscrito no CPF/MF sob o nº 010.050.795-60, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Alvares, nº 5718, Imirim, CEP. 02.413-100. **Presença:** Iniciados os trabalhos verificou-se a presença dos subscritores representando a **totalidade** do capital social, bem como daqueles chamados a participação, esclarecendo a ausência de publicação dos Editais de Convocação, pela dispensa do mesmo conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Mesa Diretora: Waldemar da Rocha**, acima qualificado, atuando como **Presidente;** e **Givaldo Jesus Silva**, acima qualificado, atuando como **Secretário. Ordem do Dia:** I) Finalidade da Assembleia; II) Subscrição de ações; III) Aprovação do Estatuto Social; IV) Eleição da Diretoria; V) Posse da Diretoria; VI) Conselho Fiscal; VII) Assuntos Gerais e Administrativos. Iniciados os trabalhos passou-se as deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** Item **"I"** da Ordem do Dia: O Senhor Presidente esclareceu que a presente Assembleia tem por finalidade precípua a constituição de uma sociedade anônima, de capital fechado, que será regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, sendo aprovado por unanimidade dos subscritores presentes. Item **"II"** da Ordem do Dia: Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o **"Boletim de Subscrição"** a que alude o art. 85, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, onde descriminou-se que o capital social desta sociedade será constituído no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando um montante de 10.000 (dez mil) ações ordinárias, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do país, sendo integralizado neste ato através de depósito no Banco do Brasil S/A, o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), conforme artigo 80 da Lei 6.404/76, tudo conforme o **"Boletim de Subscrição",** que ficará fazendo parte integrante da presente ata. (Anexo I). Item **"III"** da Ordem do Dia: Tendo sido cumprido todos os requisitos preliminares da constituição desta sociedade, o Senhor Presidente atestou ter em mãos o projeto do Estatuto Social, que submetido à apreciação dos subscritores foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, sendo sua redação descrita no Anexo II deste instrumento. Item **"IV"** da Ordem do Dia: Uma vez aprovado o Estatuto Social, foi efetuada a eleição dos Diretores, verificando-se o seguinte resultado: **Diretor Presidente: Waldemar da Rocha,** brasileiro, solteiro, nascido em 04/06/1962, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 10.644.675 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 029.261.638-43, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Rua Pedro Doll, nº 440, apto. 122, Santana, CEP. 02.404-000; e **Diretor Vice-Presidente: Givaldo Jesus Silva,** brasileiro, solteiro, nascido em 10/09/1973, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 77.252.730-0 (SSP/BA), inscrito no CPF/MF sob o nº 010.050.795-60, residente e domiciliado nesta Capital, no Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Caetano Alvares, nº 5718, Imirim, CEP. 02.413-100. Item **"V"** da Ordem do Dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data aos membros eleitos da Administração, que assinam em conjunto esta Ata, que substituirá o **Termo de Posse**, confirmando o compromisso assumido, não estando impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Item **"VI"** da Ordem do Dia: Quanto ao funcionamento do **Conselho Fiscal,** dada a sua facultatividade, a Assembleia Geral deliberou pela sua não instalação. Item **"VII"** da Ordem do Dia: A Assembleia fixou os honorários/remuneração mensais dos membros da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e não havendo manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada por seus subscritores e diretores eleitos. São Paulo (SP), 30 de novembro de 2021. Ass.: **Waldemar da Rocha** – Presidente; **Givaldo Jesus Silva** – Vice-Presidente. **Subscritores: Waldemar da Rocha; Givaldo Jesus Silva. Visto do Advogado: Dr. Flavio Rocchi Junior** – OAB/SP nº 249.767. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.588.886 em 18/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Mais Indústria e Comércio de Embalagens S/A

CNPJ/MF em Constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 04 de fevereiro de 2022

Data: 04 de fevereiro de 2022. **Local**: Rua Meteoro, nº 153, Chácara do Solar II (Fazendinha), Santana de Parnaíba, São Paulo, SP, CEP. 06531-080. **Subscritores: Diego Rafael Candido,** brasileiro, solteiro, nascido em 27/10/1989, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.198.897 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 035.443.421-70, residente e domiciliado no município de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua dos Eucaliptos nº 101, Portal dos Ipês III, Portais (Polvilho), CEP. 07.791-025; e **Sublime Prestadora de Serviços e Comércio Ltda.,** sociedade empresária limitada, com sede social no município de Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo, na Rua Lua Crescente nº 56, Jardim do Luar (Fazendinha), CEP. 06.529-017, devidamente arquivada nesta Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob o NIRE nº 35.233.028.394 em sessão de 22/03/2022, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.080.037/0001-17, representada por seu administrador Sr. **Diego Rafael Candido,** brasileiro, solteiro, nascido em 27/10/1989, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.198.897 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 035.443.421-70, residente e domiciliado na cidade de Cajamar, Estado de São Paulo, na Rua dos Eucaliptos, nº 101, Portais (Polvilho), P Ipês III, CEP 07.791-025. **Presença:** Iniciados os trabalhos verificou-se a presença dos subscritores representando a **totalidade** do capital social, bem como daqueles chamados a participação, esclarecendo a ausência de publicação dos Editais de Convocação, pela dispensa do mesmo conforme dispõe o art. 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Mesa Diretor: Diego Rafael Candido**, acima qualificado, atuando como **Presidente;** e **Rafael Barbosa da Silva Abreu**, brasileiro, solteiro, nascido em 11/04/1990, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 47.892.396 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 397.558.698-24, residente e domiciliado no município de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Major Álvaro Fontes, nº 62, Vila Engenho Novo, CEP. 06.416-070, atuando como **Secretário. Ordem do Dia:** I) Finalidade da Assembleia; II) Subscrição das ações; III) Aprovação do Estatuto Social; IV) Eleição da Diretoria; V) Posse da Diretoria; VI) Conselho Fiscal; VII) Assuntos Gerais e Administrativos. Iniciados os trabalhos passou-se as deliberações da ordem do dia. **Deliberações:** Item **"I"** da ordem do dia: O Senhor Presidente esclareceu, que a presente Assembleia tem por finalidade precípua, a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, que será regida pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, sendo aprovado por unanimidade dos subscritores presentes. Item **"II"** da ordem do dia: Preenchidos os requisitos preliminares da constituição, verificou-se que o **"Boletim de Subscrição"** a que alude o artigo 85, da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, onde descriminou-se que o capital social desta sociedade será constituído no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), totalizando um montante de 100.000 (cem mil) ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, em moeda corrente do país, sendo integralizado neste ato através de depósito no Banco do Brasil S/A, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme artigo 80 da Lei 6.404/76, tudo conforme o **"Boletim de Subscrição",** que fará parte da presente ata. (Anexo I). Item **"III"** da ordem do dia: Tendo sido cumprido todos os requisitos preliminares da constituição desta sociedade, o Senhor Presidente atestou ter em mãos o projeto do Estatuto Social, que submetido à apreciação dos subscritores, foi aprovado por unanimidade e sem ressalvas, sendo sua redação descrita no Anexo II deste instrumento. Item **"IV"** da ordem do dia: Uma vez aprovado o Estatuto Social, foi efetuada a eleição dos Diretores, verificando-se o seguinte resultado: **Diretor Presidente: Diego Rafael Candido,** brasileiro, solteiro, nascido em 27/10/1989, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 46.198.897 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 035.443.421-70, residente e domiciliado no município de Cajamar, no Estado de São Paulo, na Rua dos Eucaliptos nº 101, Portal dos Ipês III, Portais (polvilho), CEP. 07.791-025; e **Diretor Vice-Presidente: Rafael Barbosa da Silva Abreu,** brasileiro, solteiro, nascido em 11/04/1990, maior, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 47.892.396 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 397.558.698-24, residente e domiciliado no município de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Major Álvaro Fontes, nº 62, Vila Engenho Novo, CEP. 06.416-070. Item **"V"** da ordem do dia: A totalidade dos acionistas reunidos nesta Assembleia, deram posse nesta data aos membros eleitos da Administração, que assinam em conjunto esta Ata, que substituirá o **Termo de Posse**, confirmando o compromisso assumido, não estando impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Item **"VI"** da ordem do dia: Quanto ao funcionamento do **Conselho Fiscal,** dada a sua facultatividade, a Assembleia Geral deliberou pela sua não instalação. Item **"VII"** da ordem do dia: A Assembleia fixou os honorários/remuneração mensais dos membros da Diretoria, de acordo com a legislação em vigor. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e não havendo manifestação, declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, que após ser lida e aprovada, segue assinada por seus subscritores e diretores eleitos. Santana de Parnaíba (SP), 04 de fevereiro de 2022. Ass.: **Diego Rafael Candido** – Presidente; **Rafael Barbosa da Silva Abreu** – Vice-Presidente. **Subscritores: Diego Rafael Candido; Sublime Prestadora de Serviços e Comércio Ltda. Administrador: Diego Rafael Candido. Visto do Advogado: Dr. Flavio Rocchi Junior** – OAB/SP nº 249.767. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.590.627 em 12/04/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Petróleo fecha misto, com alta do dólar e de olho em cortes de projeções da Opep

Os contratos futuros do petróleo fecharam sem sinal único nesta quinta-feira, 12, após uma sessão volátil. O WTI teve leve alta, enquanto o Brent recuou, pressionados pelo avanço do dólar ante suas principais rivais. A redução nas projeções para oferta e demanda do óleo pela Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep) também esteve no radar, enquanto investidores seguem avaliando impactos da covid-19 na China e reflexos da guerra da Rússia na Ucrânia.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o barril do petróleo WTI com entrega prevista para junho subiu 0,91% (US$ 0,41), a US$ 106,13, enquanto o do Brent caiu 0,06% (US$ 0,06), a US$ 107,45, na Intercontinental Exchange (ICE).

A sessão foi marcada por preços voláteis da commodity, o que o analista da Oanda, Edward Moya, atribui às perspectivas cada vez mais incertas sobre demanda por petróleo à medida que a inflação continua "desconfortavelmente alta" e acelerou as preocupações com o crescimento global.

Isto é Dinheiro

Ouro fecha em queda, pressionado pelo dólar forte

O contrato mais líquido do ouro fechou em queda nesta quinta-feira, em uma sessão marcada pela cautela em geral nos mercados, após a divulgação do índice de preços ao produtor (PPI) dos Estados Unidos. Com uma maior demanda pelos Treasuries e pelo dólar, o metal precioso ficou em último plano como ativo porto seguro, bastante pressionado pelo fortalecimento da moeda norte-americana.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para junho encerrou a sessão em queda de 1,57%, a US$ 1.824,60 a onça-troy.

Segundo dados com ajustes sazonais publicados nesta quinta pelo Departamento do Trabalho dos EUA, o PPI americano subiu 0,5% em abril ante março. Já o núcleo, que exclui itens voláteis como alimentos e energia, avançou 0,6% na comparação mensal. Para a High Frequency Economics (HFE), "os dados continuam a mostrar custos subindo a um ritmo próximo de recordes". Dessa forma, segundo a consultoria, o Fed está no caminho certo para continuar aumentando as taxas de juros rapidamente.

"O Fed permanece sob pressão para aumentar significativamente as taxas de juros. Nossos economistas esperam aumentos de 50 pontos-base nas taxas em cada uma das próximas três reuniões do Fed. A taxa básica deverá atingir 3,0% até o final do ano", destaca o banco alemão Commerzbank.

Isto é Dinheiro

Data Mercantil - A melhor opção para sua empresa

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 18.727.053/0001-74

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, **Mensagem da Administração:** A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado integrante do Grupo StoneCo e constituída em 18 de julho de 2013. A Companhia e sua controlada Trampolin Pagamentos S.A. têm como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos, e pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Em 01 de setembro de 2021, foi aprovada a incorporação da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. pela Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos**: Em 31 de dezembro de 2021, os ativos da controladora totalizaram R$ 3.898 milhões, apresentando um aumento de 75,3% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 2.224 milhões. O aumento está concentrado na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, que ao longo do exercício de 2021 teve um acréscimo de R$ 482 milhões e na rubrica "Ativos financeiros de soluções bancárias" o qual teve um aporte de R$ 747 milhões. **Patrimônio líquido**: Em 31 de dezembro 2021, o patrimônio líquido totalizou R$ 61 milhões, representando um aumento de R$ 39 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 22 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no patrimônio líquido: • lucro líquido de R$ 39 milhões no exercício de 2021; • distribuição de R$ 9 milhões a título de dividendos mínimos obrigatórios • variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos, no total de R$ 72 milhões negativo. **Resultado**: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido totalizou R$ 39 milhões, representando um aumento de 254,8% em relação ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante R$ 11 milhões. O aumento é explicado por um resultado financeiro maior, motivado pelo aumento na taxa básica de juros da economia, o que fez com que uma maior parcela das antecipações de recebíveis aos clientes fossem realizadas pela própria companhia.

A Administração.

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	740.608	258.347	741.271	258.347
Aplicações financeiras	6	154.949	156.769	154.949	156.769
Ativos financeiros de soluções bancárias	21.5	746.694	–	746.694	–
Contas a receber	7	322.958	304.120	323.070	304.120
Contas a receber de partes relacionadas	13	1.812.919	1.481.335	1.812.919	1.481.335
Tributos a recuperar		5.176	1.843	5.150	1.843
Outros créditos		519	56	519	56
Total do ativo circulante		**3.783.823**	**2.202.470**	**3.784.572**	**2.202.470**
Ativo não circulante					
Contas a receber de partes relacionadas	13	45	384	45	384
Outros créditos		3.641	3.290	3.641	3.290
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	45.727	6.565	43.273	6.565
Investimentos	9	24.812	–	–	–
Imobilizado, líquido	10	4.298	1.660	4.306	1.660
Intangível, líquido	11	35.960	9.783	62.665	9.783
Total do ativo não circulante		**114.483**	**21.682**	**113.930**	**21.682**
Total do ativo		**3.898.306**	**2.224.152**	**3.898.502**	**2.224.152**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Passivo circulante					
Depósitos de clientes bancários	21.5	736.329	324.315	736.329	324.315
Contas a pagar a estabelecimentos	12	3.045.959	1.856.709	3.046.112	1.856.709
Fornecedores		4.099	1.158	4.112	1.158
Empréstimos e financiamentos		–	26	–	26
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		14.849	4.558	14.849	4.558
Obrigações tributárias	14	6.848	1.380	6.878	1.380
Adiantamento de clientes		383	468	383	468
Dividendos a pagar	16e	9.182	2.588	9.182	2.588
Total do passivo circulante		**3.817.649**	**2.191.202**	**3.817.845**	**2.191.202**
Passivo não circulante					
Contas a pagar a estabelecimentos	12	–	2.639	–	2.639
Contas a pagar a partes relacionadas	13	6.655	6.973	6.655	6.973
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		842	1.274	842	1.274
Provisão para contingências	15	894	340	894	340
Outros passivos	4.3	11.591	–	11.591	–
Total do passivo não circulante		**19.982**	**11.226**	**19.982**	**11.226**
Patrimônio líquido	16				
Capital social		52.275	12.275	52.275	12.275
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		40.000	–	40.000	–
Reserva de capital		2.962	1.253	2.962	1.253
Reserva de lucros		44.607	15.129	44.607	15.129
Outros resultados abrangentes		(79.169)	(6.933)	(79.169)	(6.933)
Total do patrimônio líquido		**60.675**	**21.724**	**60.675**	**21.724**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.898.306**	**2.224.152**	**3.898.502**	**2.224.152**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**12.275**	**–**	**884**	**1.581**	**5.240**	**(12.607)**	**–**	**7.373**
Pagamento baseado em ações	20	–	–	369	–	–	–	–	369
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	5.674	–	5.674
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	10.896	10.896
Destinações do lucro líquido:									
Constituição da reserva legal	16c	–	–	–	545	–	–	(545)	–
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	16e	–	–	–	–	–	–	(2.588)	(2.588)
Constituição de reserva de investimentos	16d	–	–	–	–	7.763	–	(7.763)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**12.275**	**–**	**1.253**	**2.126**	**13.003**	**(6.933)**	**–**	**21.724**
Aumento de capital		40.000	–	–	–	–	–	–	40.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	40.000	–	–	–	–	–	40.000
Pagamento baseado em ações	20	–	–	1.709	–	–	–	–	1.709
Contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	(72.236)	–	(72.236)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	38.660	38.660
Destinações do lucro líquido:		–	–	–	–	–			
Constituição da reserva legal	16c	–	–	–	1.933	–	–	(1.933)	–
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	16e	–	–	–	–	–	–	(9.182)	(9.182)
Constituição de reserva de investimentos	16d	–	–	–	–	27.545	–	(27.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**52.275**	**40.000**	**2.962**	**4.059**	**40.548**	**(79.169)**	**–**	**60.675**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de vendas, líquida	17	107.946	78.454	108.963	78.454
Custo dos serviços prestados	18.2	(65.571)	(54.208)	(66.311)	(54.208)
Lucro bruto		**42.375**	**24.246**	**42.652**	**24.246**
Despesas gerais e administrativas	18.2	(76.040)	(6.920)	(76.488)	(6.920)
Despesas com vendas	18.2	(8.240)	(6.783)	(8.347)	(6.783)
Outras receitas (despesas) operacionais	18.2	2.772	(10.196)	2.772	(10.196)
Lucro (prejuízo) operacional		**(39.133)**	**347**	**(39.411)**	**347**
Receitas financeiras	19	285.799	23.037	285.800	23.037
Despesas financeiras	19	(190.147)	(7.505)	(190.149)	(7.505)
Resultado financeiro, líquido		**95.652**	**15.532**	**95.651**	**15.532**
Resultado de participação em controladas		(86)	–	–	–
Outras receitas (despesas) não operacionais		(94)	–	(98)	–
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**56.339**	**15.879**	**56.142**	**15.879**
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(19.710)	(4.892)	(19.736)	(4.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.031	(91)	2.254	(91)
Lucro líquido do exercício		**38.660**	**10.896**	**38.660**	**10.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício	**38.660**	**10.896**	**38.660**	**10.896**
Itens que serão reclassificados para o resultado	**(72.236)**	**5.674**	**(72.236)**	**5.674**
Variação no contas a receber de credenciadores a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(109.449)	8.597	(109.449)	8.597
Efeito tributário sobre item acima	37.213	(2.923)	37.213	(2.923)
Total do resultado abrangente do exercício	**(33.576)**	**16.570**	**(33.576)**	**16.570**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro líquido do exercício		38.660	10.896	38.660	10.896
Ajustes ao lucro líquido:		**(8.705)**	**(11.989)**	**(8.355)**	**(11.989)**
Depreciação e amortização	9/10/11	1.717	2.821	2.375	2.821
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(2.031)	91	(2.254)	91
Equivalência Patrimonial		86	–	–	–
Receitas financeiras, líquidas		(23.388)	(22.674)	(23.388)	(22.674)
Provisão para contingências	15	804	151	804	151
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	5.823	(336)	5.823	(336)
Prejuízo na alienação de bens		6.575	7.589	6.576	7.589
Pagamento baseado em ações	20	1.709	369	1.709	369
Variações nos ativos e passivos		**424.210**	**146.176**	**438.492**	**146.176**
Contas a receber		(27.601)	188.991	(27.713)	188.991
Tributos a recuperar		(188)	(2.271)	(162)	(2.271)
Outros créditos		(679)	210	(775)	210
Contas a receber de partes relacionadas		(560.513)	(209.491)	(560.513)	(209.491)
Contas a pagar a estabelecimentos		1.424.950	167.828	1.436.694	167.828
Fornecedores		2.841	(9.323)	2.854	(9.323)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.174	1.824	9.174	1.824
Obrigações tributárias		19.026	6.591	21.733	6.591
Adiantamento de clientes		(85)	(66)	(85)	(66)
Provisão para contingências		(251)	(65)	(251)	(65)
Contas a pagar a partes relacionadas		(435)	6.359	(435)	6.359
Juros pagos, líquidos		(424.756)	(37)	(424.756)	(37)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(17.273)	(4.374)	(17.273)	(4.374)
Caixa líquido das atividades operacionais		**454.165**	**145.083**	**468.797**	**145.083**
Aplicações financeiras		1.819	1.465	1.819	1.465
Aquisição de imobilizado	10	(3.411)	(63)	(3.421)	(63)
Valor recebido pela venda de imobilizado		(2)	–	(2)	–
Aquisição de ativos intangíveis	11	(30.005)	(6.697)	(57.366)	(6.697)
Aquisição de investimento	9	(13.402)	–	–	–
Aquisição de subsidiária	1.1	(22.488)	–	–	–
Aquisição de subsidiária líquido de caixa recebido		–	–	(4.289)	–
Caixa líquido das atividades de investimento		**(67.489)**	**(5.295)**	**(63.259)**	**(5.295)**
Dividendos pagos		(2.588)	–	(2.588)	–
Pagamento de leasings		(26)	(27)	(26)	(27)
Adiantamento para futuro aumento de capital		40.000	–	40.000	–
Aumento (diminuição) de capital		40.000	–	40.000	–
Caixa líquido das atividades de financiamento		**77.386**	**(27)**	**77.386**	**(27)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**464.062**	**139.761**	**482.924**	**139.761**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	258.347	118.586	258.347	118.586
Saldo de caixa e equivalentes de caixa oriundo da incorporação	1.1	18.199	–	–	–
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	740.608	258.347	741.271	258.347
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**464.062**	**139.761**	**482.924**	**139.761**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – Em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional – A Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Companhia" ou "Pagar.me"), sociedade anônima de capital fechado constituída em 18 de julho de 2013, possui sede na Av. Dra. Ruth Cardoso, 7.221, conjunto 1.501, 14º andar, São Paulo, SP. A Companhia é controlada pela Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos"), que detém 99,99% das ações da Companhia, que por sua vez é controlada pela DLP Capital LLC, controlada pela StoneCo Ltd ("Grupo StoneCo"), companhia aberta com ações negociadas na NASDAQ sob o código STNE e sede nas Ilhas Cayman. A Companhia e sua controlada Trampolin Pagamentos S.A. (conjuntamente, o "Grupo") têm como objeto principal o fornecimento de soluções de tecnologia financeira e a operação de subadquirência, que compreende a prestação de serviços em suas vendas por intermédio da internet e meios físicos. O Grupo também pode efetuar o pré-pagamento se for requerida por estes comerciantes. Logo, as principais receitas do Grupo provêm do licenciamento da tecnologia, das taxas de desconto cobradas dos comerciantes e prestadores de serviço sobre as suas transações de venda, bem como das taxas de pré-pagamento. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada em Reunião de Diretoria em 10 de maio de 2022.

1.1. Incorporação da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 01 de setembro de 2021, foi aprovada a incorporação da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. pela Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. A incorporação atende aos interesses das companhias e resultará em ganhos de sinergias, tendo por objetivo a simplificação da estrutura para a prestação de serviço de meios de pagamentos digitais prestados pela Mundipagg e Pagar.me, com a consequente otimização das interações com o mercado pela Incorporadora e redução de custos operacionais e administradores do grupo StoneCo. Adicionalmente com a implementação da incorporação, os serviços atualmente prestados por entidades jurídicas distintas passarão a ser realizados pela Pagar.me de forma mais eficiente, simplificando a estrutura organizacional. O Patrimônio Líquido da empresa incorporada (Mundipagg) em 01 de setembro de 2021 está suportado por laudo de avaliação contábil. Abaixo, são demonstrados os ativos e passivos incorporados:

	Saldo em 30/09/2021
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	18.199
Contas a receber clientes	1.850
Partes relacionadas	216
Adiantamento	1
Impostos a recuperar	5.150
Despesas antecipadas	3
Outros ativos	33
Total do ativo circulante	**25.452**
Não circulante	
Imobilizado	69
Intangível	3.620
Total do ativo não circulante	**3.689**
Total do Ativo	**29.141**
Passivo	
Circulante	
Fornecedores nacionais	25
Arrendamentos	26
Obrigações trabalhistas	684
Obrigações tributárias	5.800
Outras contas a pagar	1
Total do passivo circulante	**6.536**
Não circulante	
Partes relacionadas	117
Total do passivo não circulante	**117**
Patrimônio Líquido	
Capital social subscrito	6.758
Reserva de Lucros	15.730
Total do patrimônio líquido	**22.488**
Total Passivo e Patrimônio Líquido	**29.141**

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O Grupo adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e IFRS que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021. A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação de políticas contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de instrumentos financeiros e pagamentos baseado em ações, determinação da vida útil dos ativos imobilizado e intangível, teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para perdas de crédito esperadas, provisões para contingências e impostos diferidos. A realização dos saldos baseados em estimativas poderá ocorrer em valores diferentes dos estimados. Visando assegurar a melhor mensuração possível, a Administração do Grupo revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente, utilizando todas as informações pertinentes disponíveis na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Principais políticas contábeis – Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente. **3.1. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando o Grupo: • tem poder sobre a investida (ou seja, os direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes da investida); • está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. Geralmente, há uma presunção de que a maioria dos direitos de voto resulta em controle. Para suportar esta presunção e quando o Grupo tem menos do que a maioria dos direitos de voto ou similares de uma investida, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias relevantes ao avaliar se tem poder sobre uma investida, incluindo: • o(s) acordo(s) contratual(ais) com os outros detentores de votos da investida; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • os direitos de voto do Grupo e os potenciais direitos de voto. O Grupo reavalia se controla ou não uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada começa quando o Grupo obtém o controle sobre a controlada e termina quando perde o controle sobre a controlada. Ativos, passivos, receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o ano são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtém o controle até a data em que deixa de controlar a subsidiária. Lucros ou prejuízos e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e aos acionistas minoritários, mesmo que isso resulte em um saldo deficitário da participação dos não controladores. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Uma alteração na participação acionária de uma controlada, sem perda de controle, é contabilizada como uma transação de patrimônio, na reserva para "Transações entre acionistas". **3.2. Conversão em moeda estrangeira:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo, e, também, a sua moeda de apresentação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e aplicações financeiras, que são investimentos de curto prazo e alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e com prazo de vencimento, na data da aquisição, igual ou inferior a 90 dias. **3.4. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **3.4.1. Ativos financeiros: 3.4.1.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios do Grupo para a gestão destes ativos financeiros. Exceto para contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro que não é a VJR. Contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático são mensuradas ao preço de transação determinado de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou VJORA, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "somente pagamentos de principal e juros" ("SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é chamada de teste de SPPJ e é executada a nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam SPPJ são classificados e mensurados ao VJR, independentemente do modelo de negócios. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, enquanto

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

… continuação

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

os ativos financeiros classificados e mensurados ao VJORA são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é de ambos, receber fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. Ativos financeiros ao VJR incluem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR, ou ativos financeiros obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Instrumentos financeiros derivativos, incluindo derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida serem classificados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao VJR no reconhecimento inicial, caso isso elimine ou reduza significativamente um descasamento contábil. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo definido pela regulamentação ou prática de mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. **3.4.1.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao VJORA sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento da sua baixa (instrumentos patrimoniais); ou • Ativos financeiros ao VJR. **3.4.1.2.1. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem Contas a receber de clientes, Contas a receber de partes relacionadas e outros ativos. **3.4.1.2.2. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos de dívida)** Para os instrumentos de dívida ao VJORA, a receita de juros, variação cambial e as perdas ou reversões por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado, de forma semelhante aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações restantes no justo valor são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento da baixa, a variação do valor justo acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado. Os instrumentos de dívida do Grupo no VJORA incluem Contas a receber de credenciadores e Contas a receber de partes relacionadas. **3.4.1.2.3. Ativos financeiros ao VJORA (instrumentos patrimoniais)** Após o reconhecimento inicial, o Grupo pode optar por classificar irrevogavelmente seus investimentos em ações como instrumentos patrimoniais designados ao VJORA quando eles satisfazem a definição de patrimônio nos termos do CPC 39/IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação e não são mantidos para negociação. A classificação é determinada com base em cada instrumento. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para o resultado. Os dividendos são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando o direito de pagamento é estabelecido, exceto quando o Grupo se beneficia de tais resultados como uma recuperação de parte do custo do ativo financeiro, caso em que esses ganhos são registrados em outros resultados abrangentes. Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA não são sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável. O Grupo não possui investimentos classificados nesta categoria. **3.4.1.2.4. Ativos financeiros ao VJR:** Ativos financeiros ao VJR são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria inclui Aplicações financeiras que não são equivalentes de caixa. **3.4.1.3. Baixa:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado (ou seja, retirado do balanço patrimonial do Grupo) quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo tiverem expirado; ou • O Grupo transferiu seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação contratual de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse; e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor contábil original do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que o Grupo pode ser obrigada a restituir. **3.4.1.4. Perda por redução ao valor recuperável ("*Impairment*") de ativos financeiros:** O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao VJR. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa que se aproxime da taxa efetiva de juros original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias mantidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. O Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas, portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, em uma matriz de provisão e em dias de atraso, em cada data-base. O Grupo aplica a abordagem simplificada para as Contas a receber de credenciadores e Contas a receber de clientes. Contas a receber de credenciadores são considerados ativos contratuais com vencimento de um ano ou menos. **3.4.2. Passivos financeiros: 3.4.2.1. Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR, custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme o caso. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de custo amortizado, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros do Grupo incluem Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Adiantamento de clientes, e Contas a pagar a partes relacionadas. **3.4.2.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **3.4.2.2.1. Passivos financeiros ao VJR:** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Outros passivos. **3.4.2.2.2. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, passivos financeiros classificados nesta categoria são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. A amortização pelo método da taxa efetiva de juros é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria inclui Contas a pagar a estabelecimentos, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Adiantamento de clientes, Outros passivos e Contas a pagar a partes relacionadas. **3.4.2.3. Baixa:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como a baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. A taxa de desconto cobrada pela antecipação aos clientes de seus recebíveis parcelados é mensurada pela diferença entre o valor original devido ao cliente, líquido de comissões e taxas cobradas, e o valor antecipado. A receita financeira é reconhecida uma vez que o cliente tenha escolhido o recebimento como sendo antecipado. **3.4.3. Valor justo de instrumentos financeiros:** O Grupo mensura instrumentos financeiros tais como derivativos, a valor justo a cada data-base. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorra: • No mercado principal do ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico. O Grupo utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo é mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são classificados na hierarquia de valor justo, descrita a seguir, com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo: O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e • Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se houve transferências entre níveis na hierarquia reavaliando a categorização (com base nos dados de nível mais baixo que sejam significativos para a mensuração do valor justo como um todo) a cada data-base. **3.4.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente exequível de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.4.5. Instrumentos financeiros derivativos:** Ocasionalmente, o Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de moeda do tipo *'non-deliverable forward'*, para proteger seus riscos à moeda estrangeira. Instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo em cada data de fechamento de balanço. Derivativos são considerados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos são reconhecidos diretamente no resultado. O Grupo não possui contabilidade de hedge. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo não possui instrumentos financeiros derivativos. **3.5. Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início. Caso o cumprimento do contrato dependa do uso de ativos específicos ou o contrato transfira o direito de uso do ativo, tais ativos são definidos como uma transação de arrendamento. **3.5.1. Grupo como arrendatário:** O Grupo aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor para os quais é adotada a opção de isenção de reconhecimento. O Grupo reconhece passivos de arrendamento, que representam a obrigação de fazer pagamentos ao arrendador em contrapartida a ativos de direito de uso, que representam o direito de usar os ativos subjacentes disponibilizados pelo arrendador. **3.5.1.1. Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados (aumentados ou reduzidos) por qualquer remensuração de passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos, e pagamentos de arrendamento feitos em ou antes da data de início menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme segue:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	1.3 a 2

Direitos de uso são depreciados pelo método linear, pelo período mais curto entre a vida útil estimada do ativo e o prazo remanescente do arrendamento. Se a propriedade do bem arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou o custo refletir o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do bem. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **3.5.1.2. Passivos de arrendamento:** Na data de início da locação, o Grupo reconhece na rubrica de Empréstimos e financiamentos os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos qualquer incentivo de arrendamento recebido e valores que se espera que sejam pagos como garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que desencadeia o pagamento ocorre. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa incremental sobre empréstimo na data de início do arrendamento se a taxa de juros implícita no arrendamento não for prontamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo do arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos do arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos fixos do arrendamento na essência do arrendamento ou uma mudança na avaliação de compra do ativo subjacente. • Arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos, conforme recomendado pelo IASB. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento. **3.5.2. Grupo como arrendador:** Os arrendamentos nos quais o Grupo não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são classificados como arrendamentos operacionais. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo não possui contratos de arrendamento como arrendador. **3.6. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado ao seu custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, se houver. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e, se aplicável, líquido de créditos de impostos. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item fluirão ao Grupo, e que o custo do item seja relevante e que possa ser mensurado com segurança. Todos os outros gastos com reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período em que são incorridos. A depreciação é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos, conforme demonstrado a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Pinpad e POS	5
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5-10
Equipamentos de informática	5-10
Equipamentos de telefonia, e instalações	2-10
Móveis e utensílios	10

Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação dos ativos são revisados, a cada data-base, e ajustados de forma prospectiva, quando apropriado. Ganhos e perdas em alienações ou baixas são determinados pela comparação dos resultados da venda (se houver) com o valor contábil e são reconhecidos no resultado. O Grupo também desreconhece Pin Pads e POS de clientes que não estejam sendo utilizadas nos últimos 180 ou 360 dias, dependendo da categoria de cliente. Em 2021 a vida útil foi revisada e não houve alteração. **3.7. Intangível, exceto ágio: 3.7.1. Softwares e custos de desenvolvimento – reconhecimento inicial:** Certos custos diretos de desenvolvimento associados a softwares desenvolvidos internamente e aprimoramentos de softwares da plataforma de tecnologia do Grupo são capitalizados. Os custos capitalizados, que ocorrem após a determinação pela Administração da viabilidade técnica, incluem serviços externos e custos internos da folha de pagamento. Esses custos são registrados como intangível ao longo da fase de desenvolvimento. Gastos com pesquisa e desenvolvimento, bem como os custos de manutenção e treinamento, são contabilizados como despesas, conforme incorridos. **3.7.2. Outros ativos intangíveis – reconhecimento inicial:** Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao seu valor justo na data de aquisição. **3.7.3. Reconhecimento subsequente:** A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui apenas Marcas e Patentes e ágio como ativos intangíveis com vida útil indefinida. Intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida útil estimada. Os intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados. Em ambos os casos, o ativo intangível é testado quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicação que o seu valor contábil não poderá ser recuperado. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida, o teste de redução ao valor recuperável é obrigatório anualmente. O valor contábil de um ativo intangível é composto pelo seu custo líquido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. A vida útil e o método de amortização para intangíveis com vida útil definida são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício ou quando for identificada mudança no padrão de uso do ativo. Mudanças de vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são consideradas como mudanças de estimativas contábeis e, portanto, seus efeitos são contabilizados prospectivamente a partir do exercício em que ocorreu a mudança. A amortização de intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do intangível. As vidas úteis dos ativos intangíveis são demonstradas abaixo:

	Vida útil estimada (anos)
Softwares	5

Ganhos e perdas resultantes da alienação ou baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido da venda (se houver) e o valor contábil, e são reconhecidos no resultado. **3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O Grupo avalia, a cada data-base, se há algum indício de que um ativo possa estar deteriorado. Se houver algum indício, ou quando o teste anual de redução ao valor recuperável de um ativo for requerido, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre o valor justo de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC"), menos os custos de venda, e o seu valor em uso. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa que sejam em grande parte independentes daquelas de outros ativos ou grupos de ativos. Quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede seu valor recuperável, o ativo é considerado deteriorado e é reduzido ao seu valor recuperável. Na determinação do valor justo menos custos de venda, transações de mercado recentes são consideradas. Se tais transações não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado. Esses cálculos são corroborados por avaliações por múltiplos, cotações de ações de empresas de capital aberto ou outros indicadores de valor justo disponíveis. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita o valor de mercado corrente da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Perdas por redução ao valor recuperável de operações continuadas são reconhecidas na demonstração do resultado em categorias de despesas consistentes com a função do ativo que sofreu a redução ao valor recuperável. Para ativos não financeiros, exceto ágio, é efetuada uma avaliação a cada data-base para determinar se existe uma indicação de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicação existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida anteriormente é revertida apenas se tiver ocorrido uma alteração nas premissas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde quando a última perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda seu valor recuperável, nem exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso não tivesse sido reconhecida a perda por redução ao valor recuperável do ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração do resultado, a menos que o ativo seja contabilizado por um valor reavaliado, caso em que a reversão é tratada como um aumento de reavaliação. **3.8.1. Considerações adicionais sobre redução ao valor recuperável do ágio:** O ágio compreende o valor das sinergias esperadas e outros benefícios da combinação dos ativos e atividades dos negócios adquiridos com os do Grupo. O ágio é alocado a cada uma das UGCs da adquirente, ou grupos de UGCs, que se espera que se beneficiem das sinergias da combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas UGCs ou grupos de UGCs. O Grupo testa, anualmente, se o ágio sofreu qualquer redução ao valor recuperável, sempre em 31 de dezembro, e quando as circunstâncias indicam que o valor contábil do ágio pode ter se desvalorizado. As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros. A Nota 9 apresenta uma discussão sobre o modelo e as premissas-chave utilizadas. **3.9. Provisões:** Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) o Grupo possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de o tempo é reconhecido como despesa financeira. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.10. Despesas antecipadas:** Despesas antecipadas são reconhecidas como um ativo no balanço patrimonial. Essas despesas incluem, mas não estão limitadas a licenças pré-pagas de software, determinados serviços de consultoria e prêmios de seguro, todos pagos antecipadamente ao seu efetivo consumo. O valor reconhecido como ativo no balanço patrimonial é debitado ao resultado ao longo do tempo em que os benefícios econômicos associados ao pagamento antecipado fluem para a entidade. **3.11. Impostos: 3.11.1. Imposto de renda e contribuição social: 3.11.1.1. Impostos correntes:** Os ativos e passivos fiscais correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. Os ativos e passivos fiscais correntes são compostos pelo imposto de renda ("IRPJ"), que é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável anual excedente ao valor estabelecido pelas autoridades fiscais, e pela contribuição social ("CSLL"), calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. **3.11.1.2. Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados. De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do exercício e não tem prazo de expiração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data de apresentação e reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido seja utilizado. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos são reavaliados a cada data de apresentação e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o ativo fiscal diferido seja recuperado. O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente, e não em base líquida. **3.11.2. Impostos sobre as vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, caso em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do item do ativo ou despesa, conforme aplicável. • Quando os valores a receber ou a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas incluídos. O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar para a autoridade fiscal, é incluído como parte dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial e líquido da receita ou do custo/despesa, na demonstração do resultado. As receitas de vendas no Brasil estão sujeitas a impostos e contribuições, com as seguintes alíquotas.

	Alíquota – %	
	Transações e outros serviços	Receitas financeiras
Programa de integração social (PIS) (a)	0,65% – 1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	3,00% – 7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviços (ISS) (b)	2,00% – 5,00%	–

(a) O PIS e COFINS são contribuições cobradas pelo governo federal sobre a receita bruta. Esses valores são faturados e cobrados dos clientes do Grupo e reconhecidos como deduções da receita bruta (Nota 15) contra impostos a recolher, uma vez que atuamos como agentes de retenção de impostos em nome das autoridades fiscais. O PIS e COFINS pagos em certas compras podem ser considerados como créditos fiscais para compensar com PIS e COFINS a recolher. Esses valores são reconhecidos como impostos a recuperar e são compensados mensalmente em relação aos impostos a recolher e apresentados líquidos, pois os valores são devidos à mesma autoridade fiscal. (b) O ISS é um imposto cobrado pelos municípios sobre receitas provenientes da prestação de serviços. O ISS é adicionado aos valores faturados aos clientes do Grupo por seus serviços prestados. É reconhecido como deduções da receita bruta (Nota 15) contra impostos a recolher, pois o Grupo atua como agente de cobrança desse imposto em nome dos governos municipais. As alíquotas podem variar de 2% a 5%. **3.12. Receitas: 3.12.1. Receita de contrato com clientes:** A receita é reconhecida quando o Grupo transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que o Grupo espera receber em troca desses serviços. O Grupo concluiu que geralmente é o principal em seus acordos de receita, porque

continua …

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

... continuação

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

normalmente controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. O Grupo aplica os cinco passos seguintes: (1) identificação dos contratos com o cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e (5) reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos para as autoridades governamentais. O Grupo reconhece receita dos seguintes itens: **3.12.1.1. Receita de transações e de outros serviços:** As principais obrigações de desempenho do Grupo são fornecer serviços de processamento de pagamentos eletrônicos, incluindo a captura, transmissão, processamento e liquidação de transações realizadas com cartões de crédito, débito e refeição, bem como taxas por outros serviços. A promessa do Grupo aos seus clientes é realizar uma quantidade desconhecida ou não especificada de tarefas e a contraprestação recebida depende do uso dos clientes (ou seja, número de transações de pagamento processadas, número de cartões cadastrados etc.); como tal, o preço para as transações realizadas é variável. O Grupo aloca as taxas variáveis cobradas no dia em que tem o direito contratual de faturar seus clientes, portanto a receita é reconhecida em um momento específico. A receita de transações é reconhecida líquida de taxas retidas pelos credenciadores. O Grupo é um agente na autorização, processamento e liquidação de transações de pagamento, e não assume os riscos e benefícios significativos desses serviços, visto que: • O Grupo facilita a aquisição de informações de pagamento e gestão da relação com o cliente e não é o principal responsável pela autorização, processamento e serviços de liquidação realizados pelas redes do sistema de pagamentos e emissores de cartões; • O Grupo não tem liberdade para estabelecer as taxas de avaliação e intercâmbio, que são definidas pelas redes do sistema de pagamentos. O Grupo geralmente tem o direito de aumentar sua taxa de desconto ao cliente para proteger sua comissão líquida; • O Grupo não cobra a taxa de intercâmbio, que é retida pelo emissor do cartão no momento do pagamento ao credenciador, e efetivamente atua como um intermediador entre o credenciador e o lojista; • O Grupo não assume risco de crédito do titular do cartão (ou seja, cliente do cliente). • A operação de adquirência observa um conjunto de salvaguardas que protegem os participantes dos arranjos de pagamento, como é o caso da contribuição de garantias dos participantes, no contexto da materialização de um evento de risco. Os credenciadores são qualificados pelas redes do sistema de pagamentos e são geralmente instituições de pagamento de alta qualidade de crédito. Os recebíveis podem ser considerados como garantidos pelos procedimentos de liquidação impostos pelas bandeiras aos integrantes do sistema. Como tal, a exposição do Grupo ao risco de crédito é geralmente baixa. Outros serviços compreendem principalmente: • Tarifa cobrada de clientes por serviços relacionados a volumes de recebimentos bancários (transferências recebidas em produtos TED, Pix e boleto) e volumes de saques (transferências feitas em produtos como saídas de Pix, transferências eletrônicas, pagamentos de contas, boletos pagos, saques, recargas e outras transações). A receita é reconhecida na data de cada transação. • Serviços de assinatura para oferta de plataforma de banco digital, vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Os serviços de assinatura do Grupo podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços prestados. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa mensal fixa e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo à medida que o controle é transferido para o cliente, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (sobre o prazo da transação relacionada e do contrato de processamento). **3.12.1.2. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho:** Os contratos do Grupo com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e o Grupo contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas. Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual do Grupo para cada elemento em transações separadas ou custo esperado mais uma margem. Em situações limitadas, o preço de venda individual relativo para um elemento que não pode ser avaliado numa base anterior, a receita é primeiro atribuída ao elemento em que o preço de venda individual relativo foi estabelecido e o montante residual seria atribuído ao elemento sem preço de venda individual relativo. **3.12.2. Receitas financeiras:** Composta principalmente por: • taxa de desconto aplicada sobre os recebíveis antecipados por clientes do Grupo; • juros recebidos pela conceção de crédito aos clientes do Grupo; e • juros gerados por aplicações financeiras. **3.13. Despesas financeiras, líquidas:** As despesas financeiras, líquidas, incluem principalmente custos com cessão de contas a receber a bancos, despesa de juros de empréstimos e financiamentos, atualização monetária de contingências e ganhos e perdas com variações monetárias e cambiais. **3.14. Benefícios a empregados: 3.14.1. Obrigações de curto prazo:** Os passivos relacionados a benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são contabilizados como despesa conforme o serviço relacionado é fornecido. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bônus em dinheiro ou participação nos resultados de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação legal ou não formalizada de pagar devido aos serviços passados prestados pelos empregados e a obrigação puder ser estimada de forma confiável. **3.14.2. Remuneração com base em ações:** O Grupo possui planos de remuneração baseada em ações, segundo os quais a administração se compromete com a liquidação de ações baseados em seu preço ou valor, para empregados e não empregados em troca de serviços. **3.14.2.1. Transações liquidadas em ações:** O custo de transações liquidadas em ações com funcionários é mensurado pelo valor justo na data da outorga. O custo é registrado como despesa juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido durante o período do serviço ou na data da concessão, quando a concessão se refere a serviços passados. A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. O efeito diluidor das opções em aberto é refletido como diluição adicional de ações no cálculo do lucro diluído por ação. **3.14.3. Participação nos lucros e gratificações anuais:** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e gratificações anuais com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas do Grupo após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. **3.15. Classificação circulante versus não circulante:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • espera-se realizá-lo ou pretenda vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • e caixa ou equivalente de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou utilização para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado como circulante quando: • espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal; • for mantido principalmente para negociação; • deve ser liquidado dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou • não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.16. Combinação de negócios:** Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pelo valor justo total da contraprestação transferida na data da combinação de negócios compreendendo ativos transferidos, instrumentos patrimoniais emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da transação. Adicionalmente, é considerado o valor de quaisquer participações de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, o Grupo escolhe mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo justo valor ou com base na proporção da participação de não controladores sobre os ativos líquidos identificáveis da adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesas quando incorridos. Os ativos adquiridos e passivos assumidos são mensurados ao valor justo, classificados e alocados de acordo com os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições relevantes à data de aquisição. O Grupo identifica e mensura os ativos adquiridos e os passivos assumidos pelo valor obtido em avaliações preliminares na data de aquisição. O Grupo tem até 12 meses após cada uma das aquisições para concluir as avaliações e contrata uma consultoria especializada independente para realizar estes trabalhos. Quando os trabalhos são concluídos pela consultoria independente, o Grupo reconhece a diferença entre os valores preliminares e os valores finais relativos à aquisição em seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, conforme apropriado. Após o reconhecimento inicial dos ativos imobilizados e intangíveis identificados, o Grupo contabiliza as depreciações e amortizações pelo método e vidas úteis definidas no reconhecimento inicial com base nas avaliações preliminares até que as avaliações finais estejam disponíveis. Passivos contingentes reconhecidos na data de aquisição são mensurados ao valor justo. Subsequentemente, até que os passivos sejam liquidados, cancelados ou expirem, eles são reconhecidos pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido e o valor que seria reconhecido de acordo com o IAS 37. Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente é reconhecida pelo valor justo na data de aquisição. Mudanças subsequentes no valor da contraprestação contingente devem ser reconhecidas no resultado. Para avaliar a contraprestação contingente, o Grupo considera diferentes probabilidades de cenários e fluxos de caixa contratuais futuros descontados às taxas de juros disponíveis no mercado para instrumentos financeiros similares. O ágio compreende o excesso entre (i) a soma dos valores de contraprestação transferida, participações de não controladores e qualquer participação anterior detida ("contraprestação agregada transferida") e (ii) o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. Se o valor justo dos ativos líquidos adquiridos for superior à contraprestação agregada transferida, o Grupo reavalia se identificou corretamente todos os ativos adquiridos e todos os passivos assumidos e revisa os procedimentos utilizados para mensurar os valores a serem reconhecidos na data de aquisição. Se a reavaliação ainda resultar em um excesso do valor justo dos ativos líquidos adquiridos sobre a contraprestação agregada transferida, o ganho por compra vantajosa resultante da transação é reconhecido no resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ágio é testado para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente, em 31 de dezembro de cada exercício contábil, ou sempre que houver indicação de que o ágio possa ter se desvalorizado. **3.17. Novas normas e alterações de normas e interpretações: 3.17.1. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** Diversas alterações e interpretações aplicam-se pela primeira vez em 2021, mas não têm impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. O Grupo não adotou antecipadamente quaisquer normas, interpretações ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não tenham entrado em vigor. A análise da aplicação das alterações de normas e interpretações ao Grupo é apresentada a seguir. **3.17.1.1. Alteração do CPC 06 (R2) (IFRS 16) – extensão do expediente prático aplicado às concessões de aluguel relacionadas ao COVID-19.** Em 2020, o CPC publicou uma alteração ao CPC 06 (R2) que forneceu um expediente prático opcional para os arrendatários avaliarem se uma concessão de aluguel relacionada ao COVID-19 é uma modificação de arrendamento. Em 2021, o CPC publicou uma alteração adicional para prorrogar a data do expediente prático de 30 de junho de 2021 para 30 de junho de 2022. O Grupo adotou as alterações em sua data efetiva e não houve impactos reconhecidos em suas demonstrações financeiras. **3.17.1.2. Alterações de juros aplicáveis ao CPC 06 (R2) (IFRS 16), CPC 11 (IFRS 4), CPC 38 (IAS 39), CPC 40 (R1) (IFRS 7) e CPC 48 (IFRS 9) – fase 2:** Em 2020, o CPC publicou uma alteração referente à "Reforma da Taxa de Juros de referência – Fase 2", aplicável ao CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 e CPC 48. Com a publicação das alterações da fase 2, o IASB concluiu seu trabalho em resposta à reforma da taxa de juros de referência. As alterações fornecem tratamentos temporários dos efeitos de relatórios financeiros quando uma taxa de oferta interbancária *(Interbank Offered Rate – IBOR)* é substituída por uma taxa de juros alternativa quase livre de risco *(Risk Free Rate – RFR)*. O Grupo avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não espera ter impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **3.17.2. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são apresentadas a seguir. O Grupo pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. **3.17.2.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.2. Referência à estrutura conceitual – alterações à IFRS 3:** Em maio de 2020, o IASB emitiu "Alterações à IFRS 3 Combinações de Negócios – Referência à Estrutura Conceitual". As alterações destinam-se a substituir uma referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras, emitida em 1989, por uma referência à Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros emitida em março de 2018, sem alterar significativamente seus requisitos. O IASB também adicionou uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou IFRIC 21 – Taxas, se incorridas separadamente. Ao mesmo tempo, o IASB decidiu esclarecer a orientação existente na IFRS 3 para ativos contingentes que não seriam afetados pela substituição da referência à Estrutura Conceitual para Preparação e Apresentação de Demonstrações Financeiras. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 e aplicam-se prospectivamente. O Grupo está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.3. Contratos onerosos – custos de cumprimento de um contrato – alterações à IAS 37:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IAS 37 para especificar quais custos uma entidade precisa incluir ao avaliar se um contrato é oneroso ou deficitário. As alterações aplicam uma "abordagem de custo diretamente relacionada". Os custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato. Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.4. IFRS 9 – Instrumentos financeiros – taxas no teste '10 por cento' para baixa de passivos financeiros:** Como parte de seu processo de melhorias anuais de 2018-2020 às normas IFRS, o IASB emitiu um adendo à IFRS 9. O adendo esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos de responsabilidade financeira originária. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Uma entidade aplica o adendo a passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica o adendo pela primeira vez. A alteração é efetiva para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 com adoção antecipada permitida. O Grupo aplicará as alterações aos passivos financeiros que forem modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. O Grupo não espera ter um impacto material em suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação dessas alterações. **3.17.2.5. Alteração à IAS 12 – imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:** Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob a IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. O Grupo aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. O Grupo não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.6. IFRS 17 – contratos de seguro:** Esta norma substitui a IFRS 4, que atualmente permite uma ampla variedade de práticas na contabilização de contratos de seguro. A IFRS 17 irá alterar fundamentalmente a contabilização de todas as entidades que emitem contratos de seguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. O Grupo está avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e não espera ter qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo sobre esta aplicação. **3.17.2.7. Produto antes do uso pretendido – alterações à IAS 16:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item do ativo imobilizado quaisquer receitas da venda de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Em vez disso, uma entidade reconhece o produto da venda de tais itens e os custos de produção desses itens no resultado. As alterações são efetivas para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo não espera ter qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.8. Alterações de escopo da IAS 1, IFRS Practice Statement 2 e IAS 8:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1, *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments* e ao IAS 8. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a distinguir mudanças de estimativas contábeis das mudanças de políticas contábeis. As alterações são efetivas para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. O Grupo não espera ter nenhum impacto nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.17.2.9. IAS 41 – Tributação em mensurações de valor justo:** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa relativos à tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. A IAS 41 não é aplicável às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. **3.17.2.10. Adoção inicial de padrões internacionais de relatórios financeiros:** A alteração da IFRS 1 simplifica a aplicação da IFRS 1 por uma subsidiária que adere, pela primeira vez após se tornar controlada, a mensuração das diferenças acumuladas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição para IFRS se não foram feitos ajustes para os procedimentos de consolidação e para os efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. As alterações são efetivas para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022. O Grupo aplicará as alterações para transações aplicáveis, em ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplicar a alteração pela primeira vez. O Grupo não espera ter um impacto material nas suas demonstrações financeiras consolidadas com a aplicação destas alterações. **3.18. Julgamentos, estimativas e premissas significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das demonstrações financeiras. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. Os julgamentos, estimativas e premissas são revisados frequentemente, e quaisquer efeitos são reconhecidos no período de revisão e em quaisquer períodos futuros afetados. O objetivo dessas revisões é mitigar o risco de diferenças significativas entre os resultados estimados e efetivos no futuro. Premissas significativas sobre fontes de incerteza em estimativas futuras e outras fontes significativas na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir: **3.18.1. Contas a receber de emissores de cartões:** Para Contas a receber de emissores de cartões, o Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a provisão perdas de crédito esperadas. As taxas de provisão são baseadas no rating de crédito interno que considera informações externas, como ratings dados pelas principais agências de rating e fatores prospectivos específicos dos devedores e do ambiente econômico. **3.18.2. Contas a receber de clientes:** Para Contas a receber de clientes, as taxas de provisão utilizadas pelo Grupo são baseadas em dias de atraso para grupos de vários segmentos de clientes que possuem padrões de perda semelhantes (por exemplo, agrupamentos por tipo de produto, tipo de cliente e classificação e cobertura por cartas de crédito e outras formas de seguro de crédito). A provisão é inicialmente baseada nas taxas históricas de inadimplência observadas pelo Grupo. O Grupo faz uma calibração entre a experiência histórica de perda de crédito e as informações prospectivas a cada ano. Por exemplo, se há previsão de deterioração das condições econômicas previstas (por exemplo, redução do Produto Interno Bruto – PIB) no próximo ano, o que pode levar a um aumento da inadimplência, as taxas históricas de inadimplência são ajustadas. A cada data-base, o histórico das taxas de inadimplência observadas é atualizado e as alterações nas estimativas futuras são analisadas. A avaliação da correlação entre taxas de inadimplência históricas observadas, condições econômicas previstas e perdas de crédito esperadas é uma estimativa significativa. O montante de perdas de crédito esperada é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão de condições econômicas também podem não ser representativas do real nível de inadimplência do cliente no futuro. As informações sobre as provisões para perdas de crédito esperadas de Contas a receber de emissores de cartão e Contas a receber de clientes são divulgadas na nota 7. **3.18.3. Vida útil do Imobilizado e Intangível:** A mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível inclui a preparação de estimativas para determinar a vida útil destes ativos para fins de depreciação e amortização. A determinação da vida útil requer estimativas em relação aos avanços tecnológicos esperados e usos alternativos de ativos. Há um elemento significativo de julgamento envolvido em fazer suposições sobre o desenvolvimento tecnológico, uma vez que é difícil prever o momento e a natureza dos futuros avanços tecnológicos. O Grupo avaliou a vida útil estimada e o valor residual estimado dos ativos imobilizado e intangível e concluiu não ser necessária nenhuma alteração nas estimativas para o período findo em 31 de dezembro de 2021. **3.18.4. Pagamento baseado em ações:** A estimativa do valor justo do instrumento patrimonial outorgado em planos de pagamento baseado em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e das premissas subjacentes mais apropriadas, o que depende dos termos e condições dos planos de pagamento baseado em ação outorgados e das informações disponíveis na data da outorga destes planos. O Grupo utiliza certas metodologias para estimar o valor justo do instrumento patrimonial outorgado, que incluem o seguinte: - Estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros próximas à data da outorga; e - Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como Black-Scholes. Essas estimativas também exigem a determinação das informações mais adequadas para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de compra de ações ou direito de valorização, a volatilidade esperada do preço das ações do Grupo e o rendimento de dividendos esperado. **3.18.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O Grupo avalia, a cada data de divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, se há uma indicação de que um ativo não financeiro possa ter se desvalorizado. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida e ágio o Grupo testa anualmente a redução ao valor recuperável desses ativos no nível da UGC, além de quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode ter se desvalorizado. A perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou da UGC testada excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. O cálculo do valor justo, menos os custos de venda, é baseado em dados disponíveis de transações de vendas similares, realizadas em condições normais de mercado, para ativos semelhantes ou preços de mercado observáveis menos custos para alienação do ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado ("FCD"). Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos (ou prazo maior, se apropriado) e não incluem atividades de reestruturação com as quais o Grupo ainda não esteja comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão o desempenho dos ativos da UGC submetida ao teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto usada para o modelo de FCD, bem como aos fluxos de caixa esperados e à taxa de crescimento usada para fins de extrapolação. Essas estimativas são mais relevantes para o ágio reconhecido pelo Grupo. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diferentes UGCs, incluindo uma análise de sensibilidade, são divulgadas e explicadas mais detalhadamente na Nota 10. **3.18.6. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base na época provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal. **3.18.7. Provisões para contingências:** As provisões para os processos judiciais e administrativos são constituídas quando o risco de perda do processo administrativo ou judicial é considerado provável e os valores podem ser mensurados com confiabilidade, com base na natureza, complexidade e histórico dos processos e na opinião de assessores jurídicos internos e externos do Grupo. A mensuração é realizada com base nas melhores informações disponíveis na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As provisões são revertidas, total ou parcialmente, quando as obrigações a elas vinculadas deixam de existir ou os montantes envolvidos são reduzidos. Se o desfecho dos processos resultar na liquidação da obrigação, a provisão é baixada em contrapartida à saída dos recursos utilizados na liquidação. Dadas as incertezas inerentes aos processos, não é praticável determinar o momento de qualquer saída de caixa. **3.18.8. Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros:** Quando os valores justos de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puderem ser mensurados com base em preços cotados em mercados ativos, seu valor justo é mensurado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo FCD. As informações aplicáveis a esses modelos são extraídas de mercado observáveis sempre que possível, mas quando não praticável, um julgamento é requerido na determinação do valor justo. Os julgamentos incluem considerações de dados como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nas premissas relacionadas a esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **3.18.9. Estimativa da taxa incremental sobre empréstimo em arrendamentos:** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a taxa de incremental sobre empréstimo para mensurar os passivos do arrendamento. Esta taxa representa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como, por exemplo, para controladas que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma controlada). O Grupo estima a taxa incremental sobre empréstimo usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e é obrigado a fazer certas estimativas específicas relacionadas ao Grupo (como o rating de crédito individual da controlada). **3.18.10. Estimativa de ativos intangíveis, sua vida útil e contraprestação contingente em**

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

... continuação

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

combinação de negócios: O processo de contabilização de uma combinação de negócios inclui o uso de (i) técnicas de avaliação para determinar os valores dos ativos intangíveis identificados, (ii) estimativas para determinar sua vida útil, e (iii) técnicas de avaliação para estimar a contraprestação contingente incluída na contraprestação total paga para adquirir as controladas. Para mais detalhes sobre a aplicação destas técnicas e estimativas nas combinações de negócios consulte a Nota 4.

4. Combinação de negócios – Em 20 de agosto de 2021, o Grupo obteve o controle da Trampolin Pagamentos S.A. ("Trampolin"), mediante pagamento à vista e entrega de ações da STNE, das quais 50% serão adquiridos após 36 meses e 50% após o cumprimento de algumas metas operacionais. Há também contraprestação contingente que pode ser paga após cinco anos da data de aquisição. A Trampolin é uma fintech *"banking as a service"* que desenvolveu um software que permite que outras empresas ofereçam funcionalidades bancárias em seus sistemas próprios e/ou oferecem aplicativos de carteira digital em formato *"White-label"*. **4.1. Informações financeiras dos negócios adquiridos:** Os ativos líquidos adquiridos na data da combinação de negócios, mensurados a valor justo, e o valor do ágio originado nas transações são apresentados a seguir:

Valor Justo	Trampolin (a partir de 31 de julho de 2021) (a)
Caixa e equivalentes de caixa	294
Contas a receber de clientes	130
Imobilizado (c)	9
Intangível – Software (a)	7.874
Outros ativos	2
Total do ativo	**8.309**
Imposto de renda e contribuição social diferidos (a)	2.677
Outros passivos	125
Total do passivo	**2.802**
Ativos e passivos líquidos	**5.507**
Contraprestação transferida (Nota 4.3)	24.993
Ágio	**19.486**

(a) A identificação e mensuração dos ativos adquiridos, passivos assumidos, contraprestação transferida e ágio são preliminares. (b) A Companhia efetuou uma avaliação do valor justo dos ativos adquiridos nas combinações de negócios, identificando Relacionamento com clientes, Marcas e patentes e Softwares como ativos intangíveis adquiridos. Os detalhes sobre os métodos e premissas adotadas para a avaliação desses ativos estão descritos na Nota 4.2. **4.2. Ativos intangíveis resultantes das combinações de negócios:** As premissas adotadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios estão descritas abaixo: **Software**

	Trampolin
Valor	7,874
Método de avaliação	Custo de reposição
Vida útil estimada (a)	5 anos
Taxa de desconto (b)	18%
Fonte das informações	Dados históricos
Status de avaliação	Preliminar

a) As vidas úteis foram estimadas com base em benchmarks internos. b) A taxa de desconto utilizada foi equivalente ao custo médio ponderado de capital combinado com o risco do setor. **4.3. Contraprestação transferida:** A contraprestação transferida na combinação de negócios, mensurada a valor justo, foi a seguinte:

	Total
Contraprestação paga em caixa aos acionistas vendedores	13.402
Ações da StoneCo a serem emitidas e entregues aos acionistas vendedores	9.897
Contraprestação contingente (a)	1.694
Total	**24.993**

a) A contraprestação contingente da Trampolin será paga aos acionistas vendedores se as obrigações de desempenho relacionadas à receita e ao número de clientes ativos especificados no contrato de investimento sejam atendidas nos próximos 36 meses a partir da data de aquisição do negócio. **4.4. Receita e resultado das adquiridas:** A demonstração combinada dos resultados desde a data de aquisição até 31 de dezembro de 2021 para a empresa adquirida em 2021 é apresentada abaixo:

	2021
Receita de serviços	1.018
Custo dos serviços prestados	(84)
Lucro bruto	**934**
Despesas administrativas	(531)
Despesas de vendas	(14)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(15)
Receitas (despesas) operacionais	**(560)**
Receitas financeiras	–
Despesas financeiras	(1)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**373**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–
Lucro do exercício	**347**

A tabela a seguir demonstra a receita de serviços e o lucro líquido do Grupo em base proforma, isto é, os valores que seriam apresentados pelo Grupo em 2021 caso as entidades adquiridas fossem consolidadas desde 01 de janeiro de 2021, incluindo as receitas e despesas realizadas anteriormente à combinação de negócios:

	2021
Proforma total revenue and income	393.385
Proforma net income	38.442

Ressalte-se que estas informações financeiras proforma são apresentadas apenas para fins informativos e não pretendem representar quais seriam os resultados efetivos das operações da Companhia caso se ela tivesse concluído a aquisição na data assumida, nem são, necessariamente, indicativos dos resultados que podem ser esperados em períodos futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa – Controladora Consolidado

	2021	2020	2021	2020
Depósitos em bancos nacionais	34.723	9.030	35.386	9.030
Aplicações financeiras (a)	705.885	249.317	705.885	249.317
	740.608	**258.347**	**741.271**	**258.347**

(a) As aplicações referem-se preponderantemente a operações compromissadas e certificados de depósitos bancários com liquidez diária e baixo risco, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas pactuadas.

6. Aplicações financeiras

	2021	2020
Cotas FIDC TAPSO	154.949	156.769
	154.949	**156.769**

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") denominado FIDC TAPSO iniciou suas atividades em 29 de dezembro de 2016, com o objetivo de antecipar a carteira de recebíveis provenientes das transações a crédito realizadas pelos estabelecimentos comerciais. A movimentação das aplicações financeiras segue abaixo:

	2021	2020
Saldo inicial	156.769	135.516
(+) Aporte	–	9.700
(-) Amortização	(1.109)	(11.165)
(-) Venda de cotas	(24.149)	–
(+) Ganho com valorização das cotas do FIDC	23.438	22.718
Saldo final	**154.949**	**156.769**

O FIDC TAPSO pertence 99,8% ao Grupo StoneCo (99,8% em 31 de dezembro de 2020), sendo que em 31 de dezembro de 2021 a Pagar.me detém 1,6% das cotas (1,8% em 31 de dezembro de 2020), a Stone 43,9% (35,3% em 31 de dezembro de 2020), a MNLT 12,8% (23,3% em 31 de dezembro de 2020), a PDCA 7,2% (0% em 31 de dezembro de 2020 e a StoneCo Ltd 39,4% (34,3% em 31 de dezembro de 2020). O FIDC deve manter, após 90 dias do início das atividades, no mínimo 50% de seu patrimônio líquido na aquisição de direitos creditórios elegíveis. As práticas contábeis utilizadas pela Companhia no que tange ao reconhecimento do investimento sobre as cotas está de acordo com as normas adotadas no Brasil. Apesar da duração do FIDC ser de 20 anos, o prazo de recebimento é menor que 12 meses, ou seja, é de entendimento da Companhia que o valor deve ser registrado no ativo circulante.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de credenciadores (a)	318.909	301.546	319.021	301.546
Contas a receber de clientes	17.632	8.818	17.632	8.818
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(13.583)	(6.244)	(13.583)	(6.244)
	322.958	**304.120**	**323.070**	**304.120**

(a) A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de credenciadores a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a mudança no valor justo das Contas a receber de credenciadores que não são partes relacionadas foi de R$ 4.790. (b) A Companhia, além de obedecer a critérios e políticas das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo diretrizes e procedimentos para o processo de credenciamento e manutenção dos estabelecimentos. Para as perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa, a Companhia efetua, basicamente, provisão integral dos recebíveis de *gateway* e *chargeback* dos estabelecimentos inadimplentes. A movimentação do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim apresentada:

	2021	2020
Saldo inicial	(6.244)	(6.580)
Acervo incorporação Mundipagg	(1.516)	–
Constituição	(7.482)	(2.858)
Reversão	1.659	3.194
Saldo final	**(13.583)**	**(6.244)**

8. Imposto de renda e contribuição social – a) Reconciliação do resultado com imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.339	15.879
Alíquotas vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(19.155)**	**(5.399)**
Lei do Bem	–	499
Incentivos fiscais	589	146
Lei de incentivo à cultura e assistência social	327	32
Despesas permanentes	560	(261)
Imposto de renda e contribuição social	**(17.679)**	**(4.983)**
Impostos correntes	(19.710)	(4.892)
Impostos diferidos	2.031	(91)
Imposto de renda e contribuição social	**(17.679)**	**(4.983)**
Taxa (%) de alíquota efetiva	31%	31%

	Consolidado	
	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da CSLL	56.142	15.879
Alíquotas vigentes – %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	**(19.088)**	**(5.399)**
Lei do Bem	–	499
Incentivos fiscais	589	146
Lei de incentivo à cultura e assistência social	327	32
Despesas permanentes	690	(261)
Imposto de renda e contribuição social	**(17.482)**	**(4.983)**
Impostos correntes	(19.736)	(4.892)
Impostos diferidos	2.254	(91)
Imposto de renda e contribuição social	**(17.482)**	**(4.983)**
Taxa (%) de alíquota efetiva	31%	31%

b) Impostos diferidos

	Controladora		
	2020	Movimentação	2021
Diferenças temporárias (a)	6.058	1.732	7.790
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (c)	3.571	37.213	40.784
Total ativo fiscal diferido	**9.629**	**38.945**	**48.574**
Reconhecimento de receita FIDC (b)	(1.001)	(271)	(1.272)
Passivos tributários diferidos	(2.063)	488	(1.575)
Total passivo fiscal diferido	**(3.064)**	**217**	**(2.847)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**6.565**	**39.162**	**45.727**

	Consolidado		
	2020	Movimentação	2021
Diferenças temporárias (a)	6.058	1.732	7.790
Ajuste a valor justo de ativos financeiros (c)	3.571	37.213	40.784
Total ativo fiscal diferido	**9.629**	**38.945**	**48.574**
Reconhecimento de receita FIDC (b)	(1.001)	(271)	(1.272)
Passivos tributários diferidos	(2.063)	(1.966)	(4.029)
Total passivo fiscal diferido	**(3.064)**	**(2.237)**	**(5.301)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**6.565**	**36.708**	**43.273**

(a) Os créditos tributários constituídos sobre diferenças temporárias possuem principalmente natureza de provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas com intangível. (b) Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. (c) O efeito fiscal diferido do ajuste a valor justo de ativos financeiros foi reconhecido diretamente no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, sem impacto no resultado do exercício. A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2022	6.292
2023	675
2024	137
2025	262
2026 até 2027	424
Total	**7.790**

9. Investimentos

	Participação Societária
Saldo em 31 de dezembro de 2020	–
Combinação de negócios	24.898
Equivalência Patrimonial	(86)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**24.812**

Em 20 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu 100% de participação societária na Trampolin Pagamentos SA ("Trampolin"), obtendo o seu controle nesta data. A Trampolin é uma fintech *"banking as a service"* desenvolvedora de um software que permite que outras empresas ofereçam funcionalidade bancária em seus próprios sistemas e/ou ofereçam aplicativos de carteira digital white label aos seus clientes. O preço de aquisição foi R$ 23.993, do qual R$ 13.402 já foi pago em caixa aos acionistas vendedores e o restante será pago a prazo como segue: R$ 9.897 mediante a entrega de ações da StoneCo aos acionistas vendedores e R$ 1.694, referente à contraprestação contingente, pagável aos acionistas vendedores após cinco anos a contar da data de aquisição se as metas estipuladas no contrato de investimento forem alcançadas pela Trampolin.

a) Informações financeiras dos investimentos

Controlada	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido	Receitas	Resultado Líquido
Trampolin	775	8	222	–	561	1.018	347

10. Imobilizado, líquido

	Controladora							
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	Saldo em 31/12/2021
Pinpad e POS	2.893	63	(1.060)	1.896	573	(13)	–	2.456
Máquinas, aparelhos e equipamentos	9	–	–	9	–	–	–	9
Equipamentos de informática	745	–	–	745	1.669	–	357	2.771
Móveis e utensílios	7	–	–	7	–	–	35	42
Instalações	–	–	–	–	5	–	4	9
Imobilizado em andamento próprio	–	–	–	–	1.164	–	–	1.164
Custo	**3.654**	**63**	**(1.060)**	**2.657**	**3.411**	**(13)**	**396**	**6.451**
Pinpad e POS	–	(414)	–	(414)	(435)	–	–	(849)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(5)	(1)	–	(6)	(1)	–	–	(7)
Equipamentos de informática	(429)	(144)	–	(573)	(391)	–	(297)	(1.261)
Móveis e utensílios	(3)	(1)	–	(4)	(2)	–	(28)	(34)
Instalações	–	–	–	–	–	–	(2)	(2)
Depreciação acumulada	**(437)**	**(560)**	**–**	**(997)**	**(829)**	**–**	**(327)**	**(2.153)**
Imobilizado, líquido	**3.217**	**(497)**	**(1.060)**	**1.660**	**2.582**	**(13)**	**69**	**4.298**

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Incorporação	Combinação de Negócios	Saldo em 31/12/2021
Pinpad e POS	1.896	573	(13)	–	–	2.456
Máquinas, aparelhos e equipamentos	9	–	–	–	–	9
Equipamentos de informática	745	1.669	–	357	5	2.776
Móveis e utensílios	7	–	–	35	5	47
Instalações	–	5	–	4	–	9
Imobilizado em andamento próprio	–	1.164	–	–	–	1.164
Custo	**2.657**	**3.411**	**(13)**	**396**	**10**	**6.461**
Pinpad e POS	(414)	(435)	–	–	–	(849)
Máquinas, aparelhos e equipamentos	(6)	(1)	–	–	–	(7)
Equipamentos de informática	(573)	(391)	–	(297)	(1)	(1.262)
Móveis e utensílios	(4)	(2)	–	(28)	(1)	(35)
Instalações	–	–	–	(2)	–	(2)
Depreciação acumulada	**(997)**	**(829)**	**–**	**(327)**	**(2)**	**(2.155)**
Imobilizado, líquido	**1.660**	**2.582**	**(13)**	**69**	**8**	**4.306**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável de ativos.

11. Intangível, líquido

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação	Saldo em 31/12/2021
Softwares	6.642	27.209	(3.048)	1.323	11.154	43.280
Intangível próprio em andamento	8.580	2.796	(3.649)	(1.323)	576	6.980
Marcas e patentes	1	–	–	–	–	1
Direito de uso	53	–	–	–	53	106
Custo	**15.276**	**30.005**	**(6.697)**	**–**	**11.783**	**50.367**
Softwares	(5.478)	(852)	137	–	(8.131)	(14.324)
Direito de uso	(15)	(36)	–	–	(32)	(83)
Amortização acumulada	**(5.493)**	**(888)**	**137**	**–**	**(8.163)**	**(14.407)**
Intangível, líquido	**9.783**	**29.117**	**(6.560)**	**–**	**3.620**	**35.960**

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Softwares	11.129	827	(6.508)	1.194	6.642
Intangível próprio em andamento	3.942	5.870	(38)	(1.194)	8.580
Marcas e patentes	1	–	–	–	1
Direito de uso	–	53	–	–	53
Custo	**15.072**	**6.750**	**(6.546)**	**–**	**15.276**
Softwares	(3.249)	(2.246)	17	–	(5.478)
Direito de uso	–	(15)	–	–	(15)
Amortização acumulada	**(3.249)**	**(2.261)**	**17**	**–**	**(5.493)**
Intangível, líquido	**11.823**	**4.489**	**(6.529)**	**–**	**9.783**

	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Incorporação	Combinação de negócios	Saldo em 31/12/2021
Goodwill – aquisição	–	–	–	–	–	19.487	19.487
Softwares	6.642	27.209	(3.048)	1.323	11.154	7.874	51.154
Intangível próprio em andamento	8.580	2.796	(3.649)	(1.323)	576	–	6.980
Marcas e patentes	1	–	–	–	–	–	1
Direito de uso	53	–	–	–	53	–	106
Custo	**15.276**	**30.005**	**(6.697)**	**–**	**11.783**	**27.361**	**77.728**
Softwares	(5.478)	(852)	137	–	(8.131)	(656)	(14.980)
Direito de uso	(15)	(36)	–	–	(32)	–	(83)
Amortização acumulada	**(5.493)**	**(888)**	**137**	**–**	**(8.163)**	**(656)**	**(15.063)**
Intangível, líquido	**9.783**	**29.117**	**(6.560)**	**–**	**3.620**	**26.705**	**62.665**

Perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida definida. O Grupo realiza o teste de redução ao valor recuperável para o ágio considerando a UGC (ou grupo de UGCs) que contém o ágio. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo constitui uma única UGC, definida considerando-se que os fluxos de caixa gerados pela UGC são amplamente dependentes. A tabela abaixo apresenta uma descrição da UGC:

UGC	Ágio alocado	Ativos intangíveis de vida útil indefinida alocados	Descrição
UGC 1 – Consolidado Pagar.me	21.196	–	Esta UGC é composta pela Companhia e sua controlada que ofertam soluções financeiras e tecnológicas aos clientes do Grupo. Estas empresas são consideradas como uma UGC devido às soluções integradas por elas fornecidas, como captura, processamento, transmissão e liquidação financeira de transações com cartão de débito e crédito, entre outros serviços.

O Grupo realizou o teste anual de redução ao valor recuperável de ativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o qual não resultou na necessidade de reconhecimento de perda para redução ao valor recuperável dos ativos em nenhuma das UGCs. O valor recuperável da UGC do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela Administração abrangendo um período de 5 anos. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso foram as seguintes: • Fluxo de caixa livre médio para patrimônio no período de 5 anos. • Taxa média de crescimento anual ao longo do período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado, nas expectativas da Administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo inflação de longo prazo esperada. • Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada ao fluxo de caixa de 12,08% (2020 – 10,5%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio pelo risco-país, beta ajustado da indústria entre outras variáveis. • Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 5,0% (2020 – 5,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real esperado. O Grupo realizou uma análise de sensibilidade do teste de redução ao valor recuperável de ativos considerando quatro cenários independentes de deterioração das principais premissas, conforme descrito abaixo: • Aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes de impostos; • Redução de 10,0% no valor do fluxo de caixa livre para o patrimônio líquido para todos os anos projetados; • Redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa projetado; O teste de redução ao valor recuperável de ativos não resultaria em perda por redução ao valor recuperável da UGC, em nenhum dos cenários independentes acima descritos. **12. Contas a pagar a estabelecimentos** – Valores devidos aos estabelecimentos credenciados ao sistema Pagar.me, referentes às transações com cartões de crédito e débito, líquido das taxas cobradas pelos credenciadores e pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021, o montante é de R$ 3.045.959 para a controladora (R$ 1.859.348 em 31 de dezembro de 2020), R$ 3.046.112 para o consolidado (1.859.348 em 31 de dezembro de 2020). **13. Transações com partes relacionadas** – As partes relacionadas compreendem as empresas controladoras e coligadas, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa. Nos exercícios findos em dezembro de 2021 e 2020, as transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das transações, levando-se em consideração a redução de risco. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Os saldos a receber e a pagar e impactos em resultado por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

Ativos	31/12/2021	31/12/2020
Stone Instituição de Pagamento S.A. *(controlador direto)*	9.149	6.636
Caixa e equivalentes de caixa	**9.149**	**6.636**
Stone Pagamentos S.A. *(controlador direto)*	1.812.919	1.481.335
PDCA S.A. *(controlador final comum)*	–	206
Equals S.A. *(controlador final comum)*	–	103
Cappta S.A. *(controlador final comum)*	8	8
Outros	37	67
Contas a receber de partes relacionadas	**1.812.964**	**1.481.719**
Passivos	**31/12/2021**	**31/12/2020**
PDCA S.A. *(controlador final comum)*	(4.152)	(6.608)
Stone Instituição de Pagamento S.A. *(controlador direta)*	(1.973)	(175)
STNE Participações S.A. *(controlador final comum)*	(10)	(145)
MNLT Soluções de Pagamentos S.A. *(controlador direta comum)*	(80)	(42)
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. *(controlador final comum)*	–	(3)
Equals S.A. *(controlador final comum)*	(218)	–
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro *(controlador final comum)*	(10)	–
Stone Sociedade de Crédito Direto *(controlador final comum)*	(7)	–
Linx Sistemas e Consultoria Ltda. *(controlador final comum)*	(205)	–
Contas a pagar a partes relacionadas	**(6.655)**	**(6.973)**
Stone Instituição de Pagamento S.A. *(controlador direta)*	(9.182)	(2.588)
Dividendos a pagar	**(9.182)**	**(2.588)**
PDCA S.A. *(controlador final comum)*	(9.015)	(5.146)
Contas a pagar a estabelecimentos	**(9.015)**	**(5.146)**
Despesas	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Equals S.A. *(controlador final comum)*	(1.128)	(466)
Stone Pagamentos S.A. *(controlador direto)*	(186.417)	(37)
Despesas	**(187.545)**	**(503)**

As principais operações com partes relacionadas foram: **Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referem-se a depósitos em conta de pagamento de livre movimentação na Stone. **Contas a receber de partes relacionadas:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos referem-se substancialmente a direitos originados em transações com cartões de débito e crédito, que foram processados através da Stone. A atividade da Stone consiste na prestação de serviço de adquirência e aluguel de equipamentos a estabelecimentos comerciais e é o principal credenciador utilizado pela Pagar.me. A Companhia elegeu reconhecer as Contas a receber de credenciadores a seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

... continuação

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

mudança no valor justo das Contas a receber de credenciadores que são partes relacionadas foi de R$ 104.659. **Contas a pagar a partes relacionadas:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo está composto substancialmente por comissões devidas à PDCA por credenciamento de clientes. **Contas a pagar a estabelecimentos:** Em 31 de dezembro de 2021, o saldo está composto por obrigações originadas em transações com cartões de débito e crédito, em vendas realizadas pela PDCA. A atividade da PDCA consiste na disponibilização de serviços de meios de pagamento, como cadastro e credenciamento de estabelecimentos junto a fornecedores de meio de pagamento, com a Pagar.me sendo o principal veículo utilizado por ela. **Despesas:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os montantes estão compostos substancialmente pelo serviço de conciliação de pagamentos prestado pela Equals e pela taxa cobrada pela Stone para antecipação de recebíveis. Além disso, a Stone cobra uma taxa de desconto sobre as transações de cartão de débito e crédito, que é considerada como um redutor da receita de vendas da Companhia. Os administradores da Companhia também são administradores de todo o Grupo StoneCo, fazendo jus à remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Pagar.me não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Companhia.

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
PIS e COFINS	4.740	735	4.763	735
Impostos de terceiros retidos na fonte	1.674	438	1.675	438
ISS	434	207	440	207
Total	**6.848**	**1.380**	**6.878**	**1.380**

15. Provisão para contingências – A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para contingências relativas a riscos cíveis, como segue:

	Cível
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**254**
Adições	284
Reversões	(133)
Pagamentos	(65)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**340**
Adições	1.197
Reversões	(392)
Pagamentos	(251)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**894**

Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração e seus consultores jurídicos como possível, para os quais não há provisão constituída, como a seguir apresentado:

	2021	**2020**
Cíveis	12.772	3.869
Total	**12.772**	**3.869**

A Pagar.me é parte de ação de cobrança ajuizada por um cliente, cujo alto índice de contestação de transações por meio de cartão de crédito (Chargebacks) gerou o descredenciamento deste do sistema Pagar.me. Na ação, o Autor requer o pagamento dos valores de chargeback sofridos. O valor considerado como perda possível é de R$ 5.983 em 31 de dezembro de 2021. A Pagar.me é parte de uma ação indenizatória de cunho societário ajuizada por ex-sócio. Na ação, o autor requer o reconhecimento de seu caráter de sócio, bem como o respectivo pagamento da porcentagem equivalente à sua quota parte, tanto como ex-acionista quanto na venda da empresa para o grupo Stone Co. O valor considerado como perda possível é de R$ 725 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 653 em 31 de dezembro de 2020). A Pagar.me é parte em ações judiciais distribuídas em diversos tribunais judiciais cujas causas raízes conectam-se com a operação desenvolvida por ele no mercado. As demandas são relacionadas a: (i) análise de risco e retenção de recebíveis, no montante de R$ 1.864 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020); (ii) questões relativas ao produto 'boleto bancário', no valor de R$ 1.727 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 452 em 31 de dezembro de 2020); bem como (iii) contestação de transações relacionadas por meio de cartão de crédito (chargebacks) no montante de R$ 1.435 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.013 em 31 de dezembro de 2020). **16. Patrimônio líquido –** a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 52.275 (em 31 de dezembro de 2020, R$ 12.275) representado por 40.002.500 ações escriturais, sem valor nominal, sendo todas ações ordinárias. As ações ordinárias têm direito ao recebimento de dividendos conforme definido no Estatuto da Companhia e dão direito a um voto por ação nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de junho de 2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R$ 40.000.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		31/12/2021		31/12/2020	
Acionistas	**País sede**	**Participação (%)**	**Ações**	**Participação (%)**	**Ações**
Stone Pagamentos S.A.	Brasil	100,0	40.002	100,0	2.500
Total do Capital Social		**100,0**	**40.002**	**100,0**	**2.500**

b) Reserva de capital: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Pagar.me constituiu uma reserva adicional no montante de R$ 1.709 (R$ 369 em 2020) para a distribuição de remunerações baseadas em ações (Nota 20). c) Reserva legal: A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ação. Em 31 de dezembro de 2021, a Pagar.me constituiu reserva legal no montante de R$ 1.933 (R$ 545 em 2020). d) Reserva de lucros para expansão: A reserva de lucros para expansão foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. Foi constituído o total de R$ 27.545 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 7.763 em 31 de dezembro de 2020). e) Dividendos: O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição da reserva legal, conforme a lei das sociedades por ação. Em 31 de dezembro de 2021, a Pagar.me constituiu dividendos mínimos obrigatórios de R$ 9.182 (R$ 2.588 em 31 de dezembro de 2020).

17. Receita de vendas, líquida

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Serviços de captura, processamento e liquidação de transações – débito e crédito	90.069	67.963	90.069	67.963
Receita de serviços	37.284	15.576	38.302	15.576
Outras receitas	4.772	4.092	4.771	4.092
Impostos sobre vendas de produtos e serviços	(24.179)	(9.177)	(24.179)	(9.177)
Total	**107.946**	**78.454**	**108.963**	**78.454**
Momento do reconhecimento de receita				
Reconhecida em um momento específico no tempo	107.946	78.454	108.963	78.454
Total	**107.946**	**78.454**	**108.963**	**78.454**

18. Despesas – 18.1. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Captura e processamento	29.588	25.385	29.667	25.385
Pessoal	67.886	19.631	67.897	19.631
Perdas na operação de cartões	31.472	11.578	31.477	11.578
Marketing e vendas	8.203	6.116	8.216	6.116
Depreciação e amortização	1.717	2.821	2.373	2.821
Serviços de terceiros	4.391	1.968	4.714	1.968
Outras despesas administrativas	3.031	2.122	3.145	2.122
Outras (receitas) despesas operacionais	(6.548)	8.822	(6.453)	8.822
Constituição/Reversão líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.339	(336)	7.338	(336)
Total	**147.079**	**78.107**	**148.374**	**78.107**

18.2. Despesas por função

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Custo dos serviços prestados	65.571	54.208	66.311	54.208
Despesas gerais e administrativas	76.040	6.920	76.488	6.920
Despesas com vendas	8.240	6.783	8.347	6.783
Outras despesas operacionais	(2.772)	10.196	(2.772)	10.196
Total	**147.079**	**78.107**	**148.374**	**78.107**

19. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
Receitas financeiras	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Renda de aplicações em cotas (a)	21.142	21.592	21.142	21.592
Rendimentos de aplicações financeiras	33.814	1.311	33.814	1.311
Ganhos com variações monetárias e cambiais	147	133	147	133
Outras receitas financeiras	–	1	–	1
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis (b)	230.696	–	230.697	–
	285.799	**23.037**	**285.800**	**23.037**
Despesas financeiras				
Perda com variações monetárias e cambiais	(54)	(57)	(54)	(57)
Juros sobre antecipação/ cessão de recebíveis (c)	(186.417)	(37)	(186.417)	(37)
Outras despesas financeiras	(3.676)	(7.411)	(3.678)	(7.411)
	(190.147)	**(7.505)**	**(190.149)**	**(7.505)**
Resultado financeiro, líquido	**95.652**	**15.532**	**95.651**	**15.532**

(a) Receita sobre rendimentos das cotas do FIDC TAPSO, líquido de PIS/COFINS no montante de R$ 1.089 em 31 de dezembro de 2021 (R$ 1.126 em 31 de dezembro de 2020). (b) Receita financeira oriunda de antecipação de pagamentos aos estabelecimentos clientes a partir de 2021 foi realizado pela própria Companhia. Em 2020, a operação de antecipação de recebíveis para os estabelecimentos comerciais foi realizada pelo FIDC TAPSO, portanto a Companhia não registrou receita financeira de antecipação. (c) Despesa financeira gerada na antecipação de recebíveis de vendas parceladas com os credenciadores. **20. Pagamento baseado em ações –** Em setembro de 2018, a Companhia outorgou Unidades de Ações Restritas ("UARs"). Essas concessões são classificadas como patrimônio líquido, a maioria das outorgas está sujeita a condições de desempenho e a despesa de remuneração relacionada será reconhecida durante o período de qualificação. Este programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações segue as regras de período de aquisição de direito ("*vesting period*") estabelecidas e aplicadas de acordo com a política interna corporativa, a saber: aproximadamente 6% foram adquiridas até o IPO da StoneCo Ltd., 9% adquiridas em 4 anos, 18% adquiridas em 5 anos, 21% adquiridas em 7 anos e 46% adquiridas em 10 anos. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio. As movimentações ocorridas em 2021 e 2020 de UARs são apresentadas abaixo:

	UARs
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**47.167**
Outorgas	2.944
Emitidas	(696)
Transferências entre empresas do grupo	(35.081)
Canceladas	(345)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**13.989**
Outorgas	28.935
Emitidas	–
Transferências entre empresas do grupo	166.684
Canceladas	(6.027)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**203.581**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida provisão em Despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R$ 593 (R$ 1.373 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Pagar.me registrou na reserva de capital o montante de R$ 1.709 (R$ 369 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) para a distribuição de remuneração baseada em ações. **21. Instrumentos financeiros – 21.1. Gestão de riscos:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de variação cambial, valor justo associado com a taxa de juros, e risco de preço), risco de liquidez e risco de fraude. O programa de gestão de risco global do Grupo StoneCo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco financeiro é realizada pelo departamento de tesouraria global do Grupo StoneCo ("Tesouraria Global") no nível de Grupo, preparado pelo departamento de gerenciamento de riscos e aprovado pelo Conselho de Administração. O time de gerenciamento de riscos identifica e avalia tais riscos para que o departamento de tesouraria Global proteja o Grupo contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. No nível específico da Companhia, o departamento de tesouraria executa e gerencia os instrumentos financeiros sob as políticas específicas, respeitando a estratégia do Grupo StoneCo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como de risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, risco de fraude, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. A propagação global da pandemia COVID-19 impactou negativamente a economia global, interrompeu as cadeias de abastecimento e criou uma volatilidade significativa nos mercados financeiros globais, resultou no fechamento temporário ou permanente de lojas ou instalações de muitos clientes. A contínua turbulência nos mercados de capitais pode afetar adversamente a capacidade de acessar capital para atender às necessidades de liquidez, executar a estratégia existente, buscar mais expansão de negócios e manter crescimento da receita. Os riscos estão sendo monitorados de perto e a Companhia pretende seguir as diretrizes de saúde e segurança à medida que elas evoluem. (i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a empresa incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha deste em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito decorre da exposição da Companhia a terceiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, bem como de suas atividades operacionais, principalmente relacionadas a contas a receber. O valor contábil dos ativos financeiros representa a máxima exposição de crédito. *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro*: O risco de crédito referente aos saldos em aberto com instituições financeiras e instituições de pagamentos é gerido pelo departamento de tesouraria da Companhia. Investimentos de recursos excedentes e uso de instrumentos derivativos são realizados apenas com instituições financeiras de baixo risco, quando aplicável. *Contas a receber:* A Companhia, de acordo com as regras estabelecidas pelos arranjos de pagamento, possui instrumentos para mitigar os riscos de contas a receber de instituições financeiras licenciadas pelos instituidores dos arranjos. Por exigências dos instituidores dos arranjos, são mantidas garantias – cauções ou bancárias – considerando o risco de crédito do emissor, o volume de vendas e o risco residual de inadimplência dos portadores de cartão. Essa exigência é obrigatória para todos os emissores com risco de crédito, e os valores são revisados periodicamente pelos instituidores dos arranjos e pela Companhia. Até o momento, a Companhia não incorreu perdas com recebíveis de credenciadores. (ii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças no condições de mercado. No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. O departamento de tesouraria gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo. O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidos abaixo. Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. *Risco de taxa de juros:* É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos, e/ou por variação dos seus vencimentos. O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas principalmente à variação da taxa de juros DI. *Risco cambial:* Pelo fato de a Companhia ter todas suas aplicações financeiras denominadas em reais, não há exposição significativa ao risco cambial. *Análise de sensibilidade de taxa de juros:* A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2021. Como resultado, a receita financeira (com relação a aplicações financeiras) seria impactada da seguinte forma:

Transações	**Risco de taxa de juros**	**Valor contábil**	**Mudança razoavelmente possível nos pontos base**	**Impacto no resultado antes dos impostos**
Caixa e equivalentes de caixa	Variação do DI	705.885	10%	506
				506

(iii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a instituição não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela equipe de Finanças. Essa equipe monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, mantendo margem suficiente em suas linhas de crédito compromissadas e não utilizadas em todos os momentos, para que a Companhia possa cumprir com suas obrigações e empréstimos perante terceiros. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento de dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas, cumprimento dos objetivos de índices do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais – por exemplo, restrições de moeda. O excedente de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital de giro, é gerido pela equipe de tesouraria, que investe o excedente de caixa em instrumentos financeiros de alta liquidez e baixo risco, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha aplicações financeiras de R$ 705.885 que devem gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de um ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2021				
Depósitos de clientes bancários	736.329	–	–	–
Contas a pagar a estabelecimentos	3.045.959	–	–	–
Fornecedores	4.099	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Adiantamento de clientes	383	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	6.655	–	–
Dividendos a pagar	9.182	–	–	–
Outros passivos		– 11.591	–	–
Em 31 de dezembro de 2020				
Depósitos de clientes bancários	324.315	–	–	–
Contas a pagar a estabelecimentos	1.859.348	2.639	–	–
Fornecedores	1.158	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	26	–	–	–
Adiantamento de clientes	468	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	6.973	–	–
Dividendos a pagar	2.588	–	–	–

	Consolidado			
	Menos de um ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Em 31 de dezembro de 2021				
Depósitos de clientes bancários	736.329	–	–	–
Contas a pagar a estabelecimentos	3.046.112	–	–	–
Fornecedores	4.112	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
Adiantamento de clientes	383	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	6.655	–	–
Dividendos a pagar	9.182	–	–	–
Outros passivos		– 11.591	–	–
Em 31 de dezembro de 2020				
Depósitos de clientes bancários	324.315	–	–	–
Contas a pagar a estabelecimentos	1.859.348	2.639	–	–
Fornecedores	1.158	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	26	–	–	–
Adiantamento de clientes	468	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	6.973	–	–
Dividendos a pagar	2.588	–	–	–

	Consolidado			
	Menos de um ano	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Acima de 5 anos**
Depósitos de clientes bancários	324.315	–	–	–
Contas a pagar a estabelecimentos	2.181.024	2.639	–	–
Fornecedores	1.158	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	26	–		
Adiantamento de clientes	468	–	–	–
Contas a pagar a partes relacionadas	–	6.973	–	–
Dividendos a pagar	2.588	–	–	–

21.2. Instrumentos financeiros por categoria – (i) Ativos conforme o balanço patrimonial

	Controladora			
	Custo amortizado	**VJR**	**VJORA**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021				
Aplicações financeiras	–	154.949	–	154.949
Ativos financeiros de soluções bancárias	–	746.694	–	746.694
Contas a receber de credenciadores	–	–	318.909	318.909
Contas a receber de clientes	4.049	–	–	4.049
Contas a receber de partes relacionadas	45	–	1.812.919	1.812.964
Outros créditos	4.160	–	–	4.160
	8.254	**901.643**	**2.131.828**	**3.041.725**
Em 31 de dezembro de 2020				
Aplicações financeiras	–	156.769	–	156.769
Contas a receber de credenciadores	–	–	301.546	301.546
Contas a receber de clientes	2.574	–	–	2.574
Contas a receber de partes relacionadas	384	–	1.481.335	1.481.719
Outros créditos	3.346	–	–	3.346
	6.304	**156.769**	**1.782.881**	**1.945.954**

	Consolidado			
	Custo amortizado	**VJR**	**VJORA**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021				
Aplicações financeiras	–	154.949	–	154.949
Ativos financeiros de soluções bancárias	–	746.694	–	746.694
Contas a receber de credenciadores	–	–	319.021	319.021
Contas a receber de clientes	4.049	–	–	4.049
Contas a receber de partes relacionadas	45	–	1.812.919	1.812.964
Outros créditos	4.160	–	–	4.160
	8.254	**901.643**	**2.131.940**	**3.041.837**
Em 31 de dezembro de 2020				
Aplicações financeiras	–	156.769	–	156.769
Contas a receber de credenciadores	–	–	301.546	301.546
Contas a receber de clientes	2.574	–	–	2.574
Contas a receber de partes relacionadas	384	–	1.481.335	1.481.719
Outros créditos	3.346	–	–	3.346
	6.304	**156.769**	**1.782.881**	**1.945.954**

(ii) Passivos conforme o balanço patrimonial

	Controladora		
	Custo amortizado	**VJR**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021			
Depósitos de clientes bancários	736.329	–	736.329
Contas a pagar a estabelecimentos	3.045.959	–	3.045.959
Fornecedores	4.099	–	4.099
Adiantamento de clientes	383	–	383
Dividendos a pagar	9.182	–	9.182
Contas a pagar a partes relacionadas	6.655	–	6.655
Outros passivos	9.897	1.694	11.591
	3.812.504	**1.694**	**3.814.198**
Em 31 de dezembro de 2020			
Depósitos de clientes bancários	324.315	–	324.315
Contas a pagar a estabelecimentos	1.859.348	–	1.859.348
Fornecedores	1.158	–	1.158
Empréstimos e financiamentos	26	–	26
Adiantamento de clientes	468	–	468
Dividendos a pagar	2.588	–	2.588
Contas a pagar a partes relacionadas	6.973	–	6.973
	2.194.876		**– 2.194.876**

	Consolidado		
	Custo amortizado	**VJR**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2021			
Depósitos de clientes bancários	736.329	–	736.329
Contas a pagar a estabelecimentos	3.046.112	–	3.046.112
Fornecedores	4.112	–	4.112
Adiantamento de clientes	383	–	383
Dividendos a pagar	9.182	–	9.182
Contas a pagar a partes relacionadas	6.655	–	6.655
Outros passivos	9.897	1.694	11.591
	3.812.670	**1.694**	**3.814.364**
Em 31 de dezembro de 2020			
Depósitos de clientes bancários	324.315	–	324.315
Contas a pagar a estabelecimentos	1.859.348	–	1.859.348
Fornecedores	1.158	–	1.158
Empréstimos e financiamentos	26	–	26
Adiantamento de clientes	468	–	468
Dividendos a pagar	2.588	–	2.588
Contas a pagar a partes relacionadas	6.973	–	6.973
	2.194.876		**– 2.194.876**

21.3. Estimativa do valor justo – (i) Mensuração do valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Valor contábil	**Valor justo**	**Nível de hierarquia**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Nível de hierarquia**
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	154.949	154.949	I	156.769	156.769	I
Ativos financeiros de soluções bancárias(i)	746.694	–	I	–	–	–
Contas a receber de credenciadores	318.909	318.909	II	301.546	301.546	II
Contas a receber de clientes	4.049	4.049	II	2.574	2.574	II
Contas a receber de partes relacionadas	1.812.964	1.812.964	II	1.481.719	1.481.719	II
Outros créditos	4.160	4.160	II	3.346	3.346	II
Total	**3.041.725**	**2.295.031**		**1.945.954**	**1.945.954**	
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes bancários	736.329	736.329	II	324.315	324.315	II
Contas a pagar a estabelecimentos	3.045.959	2.949.189	II	1.859.348	1.820.225	II
Fornecedores	4.099	4.099	II	1.158	1.158	II
Empréstimos e financiamentos	–	–	II	26	26	II
Adiantamento de clientes	383	383	II	468	468	II
Dividendos a pagar	9.182	9.182	II	2.588	2.588	II
Contas a pagar a partes relacionadas	6.655	6.655	II	6.973	6.973	II
Outros passivos	11.591	11.591	III	–	–	III
Total	**3.814.198**	**3.717.428**		**2.194.876**	**2.155.753**	

continua ...

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Publicidade Legal

... continuação

Pagar.me Instituição de Pagamento S.A.

	Consolidado					
			31/12/2021			31/12/2020
	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Nível de hierarquia
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	154.949	154.949	I	156.769	156.769	I
Ativos financeiros de soluções bancárias(i)	746.694	–	I	–	–	–
Contas a receber de credenciadores	319.021	319.021	II	301.546	301.546	II
Contas a receber de clientes	4.049	4.049	II	2.574	2.574	II
Contas a receber de partes relacionadas	1.812.964	1.812.964	II	1.481.719	1.481.719	II
Outros créditos	4.160	4.160	II	3.346	3.346	II
Total	**3.041.837**	**2.295.143**		**1.945.954**	**1.945.954**	
Passivos financeiros						
Depósitos de clientes bancários	736.329	736.329	II	324.315	324.315	II
Contas a pagar a estabelecimentos	3.046.112	2.949.342	II	1.859.348	1.820.225	II
Fornecedores	4.112	4.112	II	1.158	1.158	II
Empréstimos e financiamentos	–	–	II	26	26	II
Adiantamento de clientes	383	383	II	468	468	II
Dividendos a pagar	9.182	9.182	II	2.588	2.588	II
Contas a pagar a partes relacionadas	6.655	6.655	II	6.973	6.973	II
Outros passivos	11.591	11.591	III	–	–	III
Total	**3.814.364**	**3.717.594**		**2.194.876**	**2.155.753**	

(i) Os ativos financeiros de soluções bancárias são mensurados ao valor justo. Os títulos são precificados pelo método de precificação pública da Anbima. O saldo de outros passivos inclui contraprestação contingente decorrente da combinação de negócios, mensurada ao VJR. O valor justo é estimado de acordo com fórmulas pré determinadas especificadas no contrato de compra e venda de ações junto aos acionistas vendedores (mais detalhes na Nota 4.3). O montante em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 1.694, classificado como Nível III no nível de hierarquia. A movimentação do saldo é apresentada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2020	**–**
Adições (Nota 4.3)	1.694
Em 31 de dezembro de 2021	**1.694**

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração do valor justo da contraprestação contingente categorizada no Nível III da hierarquia do valor justo são baseados nas estimativas internas de conversão de clientes e taxas de desconto utilizadas para avaliar o passivo. **21.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Os saldos de ativos e passivos financeiros são compensados (ou seja, apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido) somente se a Companhia atualmente possuir o direito de compensar os valores reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui instrumentos financeiros que atendam às condições de reconhecimento em base líquida. **21.5. Ativos financeiros de soluções bancárias:** Os ativos financeiros da solução bancária são depositados pela Companhia em contas de custódia do Banco Central do Brasil ("BACEN") ou em Títulos do Tesouro Nacional, para garantir os depósitos de clientes bancários, conforme exigido para empresas sob regulamentação do BACEN. Em 2021, o BACEN emitiu uma norma em que estabelece que todas as instituições de pagamento devem garantir os depósitos de clientes bancários, mesmo que a instituição ainda não esteja autorizada a funcionar como tal pelo BACEN, que inclui uma de nossas subsidiárias. Em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$ 736.329 (R$ 324.315 de 31 de dezembro de 2020) foi originalmente apresentado como parte de contas a pagar a clientes e nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas o Grupo reclassificou este valor para depósitos de clientes bancários. **21.6. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno e benefícios aos seus acionistas e parceiros de negócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir seu custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no caixa líquido/dívida líquida ajustado(a). O caixa líquido/dívida líquida ajustado(a) é calculado como caixa ajustado (incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e contas a receber de partes relacionadas conforme demonstrado no balanço patrimonial), líquido da dívida ajustada (incluindo contas a pagar a estabelecimentos e empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado no balanço patrimonial). A estratégia da Companhia é manter um caixa líquido ajustado positivo. O caixa líquido ajustado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era o seguinte:

	Controladora	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	740.608	258.347
Aplicações financeiras	154.949	156.769
Ativos financeiros de soluções bancárias	746.694	–
Contas a receber	322.958	304.120
Contas a receber de partes relacionadas	1.812.919	1.481.335

	Controladora	
	2021	2020
Caixa ajustado	**3.778.128**	**2.200.571**
Depósitos de clientes bancários	(736.329)	(324.315)
Contas a pagar estabelecimentos	(3.045.959)	(1.859.348)
Empréstimos e financiamentos	–	(26)
Dívida ajustada	**(3.782.288)**	**(2.183.689)**
(=) Caixa líquido ajustado	**(4.160)**	**16.882**

	Consolidado	
	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	741.271	258.347
Aplicações financeiras	154.949	156.769
Ativos financeiros de soluções bancárias	746.694	–
Contas a receber	323.070	304.120
Contas a receber de partes relacionadas	1.812.919	1.481.335
Caixa ajustado	**3.778.903**	**2.200.571**
Depósitos de clientes bancários	(736.329)	(324.315)
Contas a pagar estabelecimentos	(3.046.112)	(1.859.348)
Empréstimos e financiamentos	–	(26)
Dívida ajustada	**(3.782.441)**	**(2.183.689)**
(=) Caixa líquido ajustado	**(3.538)**	**16.882**

22. Eventos subsequentes – 22.1. Novas regulamentações Bacen: Em 11 de março de 2022 o BACEN aprovou um conjunto de regulamentos para instituições de pagamento. As novas regras criam novos requisitos da seguinte forma: · A regulação e supervisão serão baseadas no conglomerado financeiro consolidado conforme definido pelas normas do BACEN e não nas entidades reguladas individuais. · Introduz requisitos para gestão de risco e para gestão de adequação de capital. · Estabelece regras para determinação do nível mínimo de capital e para mensuração do capital regulatório efetivo que são introduzidas de forma gradual de 1º de janeiro de 2023 a 1º de janeiro de 2025. A Empresa está avaliando o impacto das novas regras e não espera um impacto nos requisitos de capital acima do patrimônio atual alocado às entidades reguladas na vigência inicial em 1º de janeiro de 2023.

A Diretoria

Carlos Eduardo Mansuelli Fornereto – Contador CRC 1SP 266.728/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas da
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. – São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para a opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2022

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 034.519/O-0

Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP 241.544/O-0

Contra exterior, Ibovespa emenda 2ª alta, de 1,24%, a 105,6 mil pontos

O Ibovespa oscilou em torno dos 105 mil pontos ao longo da tarde, emendando o segundo dia de recuperação apesar do desempenho negativo em Nova York na maior parte da sessão, bem moderado à faixa de 0,13% (S&P 500) a 0,33% (Dow Jones) no encerramento, com o Nasdaq passando ao positivo (+0,06%).

Ao fim, a referência da B3 mostrava ganho de 1,24%, aos 105.687,64 pontos, entre mínima de 103.578,58 e máxima de 105.707,56, saindo de abertura aos 104.395,45 pontos. Na semana, vira agora para o positivo (+0,53%) e também no ano (+0,83%), ainda acumulando queda de 2,03% no mês. O giro financeiro foi de R$ 29,2 bilhões na sessão. O dia foi de acomodação para o dólar, em baixa de 0,08%, a R$ 5,1405.

Petrobras ON e PN operaram sem direção única ao longo da tarde, mas ambas em alta no fechamento, respectivamente de 0,38% e 0,77%, enquanto a queda em Vale ON, superior a 2% mais cedo, limitou-se a 1,00% no encerramento. Os grandes bancos, com BB ON à frente (+2,54%) após os resultados trimestrais, foram o contraponto ao desempenho majoritariamente negativo de commodities e mineração (CSN ON -5,53%), à exceção de Santander (Unit -0,40%). Na ponta do Ibovespa, destaque para Qualicorp (+10,49%), Cogna (+9,66%) e Méliuz (+8,48%). No lado oposto, Minerva (-7,54%), CSN (-5,53%) e CSN Mineração (-3,23%).

Na maior parte do dia, "as bolsas americanas deram sequência à correção, vindo na quarta já de queda bastante forte. Mesmo com o desempenho ruim lá fora, o Ibovespa já tinha conseguido voltar ontem para os 104 mil pontos, em movimento ligado a commodities, com notícias mais favoráveis então sobre a China e recuperação no petróleo, o que se refletiu ontem em Petrobras e Vale", observa Paulo Gala, economista-chefe do Banco Master. No front doméstico, ele espera altas de 0,50 e 0,25 ponto porcentual para a Selic, respectivamente, nas duas próximas reuniões do Copom, a 13,50% ao ano, tendo em vista a elevada difusão ainda vista na inflação conforme o IPCA de abril, divulgado na quarta.

Da quarta para a quinta-feira, no exterior, prevaleceram notícias menos favoráveis sobre a evolução de casos de covid-19 na China, que insiste na controversa política de tolerância zero ao coronavírus, o que se refletiu em pausa para as commodities na sessão, ante preocupações sobre o ritmo da segunda maior economia do mundo. Aqui, os dados de atividade surpreenderam de forma positiva nesta quinta-feira com a leitura do IBGE sobre o setor de serviços, divulgada pela manhã. "Está em patamar pré-pandemia, muito forte. Os dados de atividade econômica têm surpreendido no Brasil, e começo a acreditar que o PIB possa crescer pelo menos 1% este ano", diz Gala, destacando, por outro lado, o efeito desta recuperação sobre a inflação.

"Há fatores externos que explicam a persistência da aversão a risco lá fora: a inflação nos Estados Unidos e na Europa vis-à-vis crescimento, ou mesmo chance de recessão, sem que se saiba até onde os juros americanos chegarão; a incerteza sobre a atividade na China em meio à política de tolerância zero para a covid; a geopolítica no leste europeu, com a Rússia anunciando agora a interrupção de fornecimento de gás via Polônia; e o 'sell off' muito grande em criptomoedas, com 'spill over' sobre equities e dívida", aponta Erminio Lucci, CEO da BGC Liquidez.

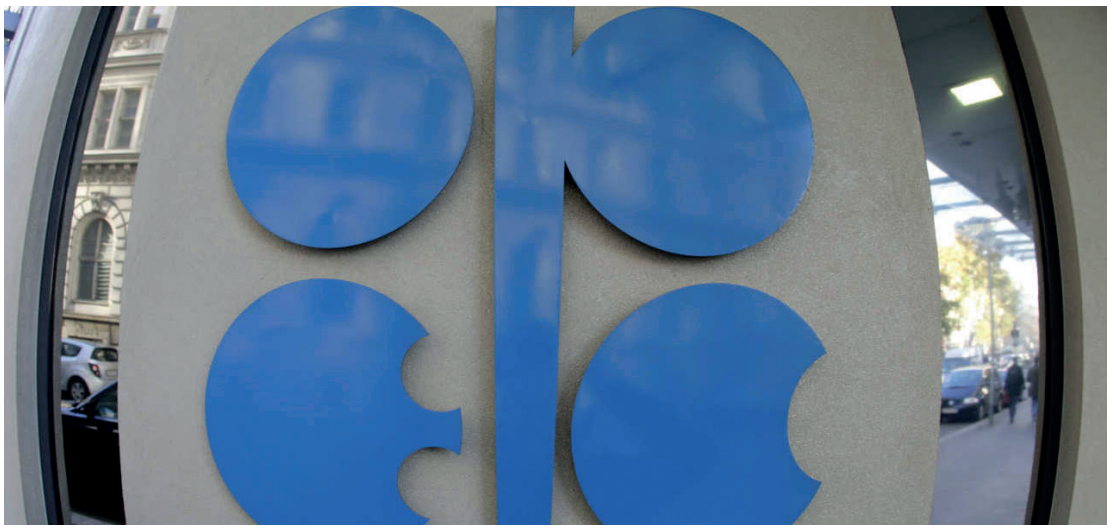
Por outro lado, ele observa que grandes casas estrangeiras começam a mostrar viés mais favorável aos emergentes em relação a Estados Unidos, país que sempre tende a atrair mais recursos quando o momento é de incerteza sobre a extensão do ciclo de elevação dos juros americanos. "Boa parte do 'Sell Side' está mais positivo para emergentes em relação a Estados Unidos.

Isto é Dinheiro

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.

Negócios

Opep faz novo corte em previsão de demanda mundial de petróleo por guerra na Ucrânia



A Opep cortou nesta quinta-feira sua previsão de crescimento da demanda mundial por petróleo em 2022 pelo segundo mês consecutivo, citando o impacto da invasão da Ucrânia pela Rússia, o aumento da inflação e o ressurgimento da variante Ômicron do coronavírus na China.

Em um relatório mensal, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) disse que a demanda mundial aumentaria 3,36 milhões de barris por dia (bpd) em 2022, uma queda de 310.000 bpd em relação à previsão anterior.

A guerra na Ucrânia elevou os preços do petróleo brevemente acima de 139 dólares o barril em março, o maior nível desde 2008, piorando as pressões inflacionárias. A Opep citou em relatório sugestões de que a China, com severos lockdowns contra a Covid-19, está enfrentando seu maior choque de demanda desde 2020, quando o uso de petróleo despencou.

"Espera-se que a demanda em 2022 seja impactada pelos desenvolvimentos geopolíticos em andamento na Europa Oriental, bem como pelas restrições da pandemia de Covid-19", disse a Opep no relatório.

No entanto, a Opep ainda espera que o consumo mundial ultrapasse a marca de 100 milhões de bpd no terceiro trimestre e que a média anual de 2022 supere a taxa pré-pandemia de 2019.

A Opep citou o aumento da inflação e o aperto monetário contínuo, e reduziu a previsão de crescimento econômico deste ano para 3,5% de 3,9%, acrescentando que o potencial de alta era "bastante limitado".

O relatório mostrou que a produção da Opep em abril aumentou 153.000 bpd, para 28,65 milhões de bpd, ficando atrás do aumento de 254.000 bpd permitido pela Opep sob o acordo da Opep+.

A previsão de crescimento para a oferta de não membros da Opep em 2022 foi reduzida em 300.000 bpd, para 2,4 milhões de bpd. O grupo cortou sua previsão para a produção russa em 360.000 bpd e deixou sua estimativa de crescimento da produção dos EUA praticamente inalterada.

Reuters

Carros elétricos serão lucrativos como motores a combustão antes do previsto, diz VW

A Volkswagen espera que seu negócio de veículos elétricos seja tão lucrativo quanto o de seus carros movidos a combustível fóssil antes do planejado, disse seu presidente-executivo, Herbert Diess, nesta quinta-feira.

Antes, a Volkswagen esperava igualar suas margens de lucro de veículos com motor de combustão com vendas de veículos elétricos em dois a três anos, mas a montadora está numa posição robusta para fazê-lo mais cedo, disse Diess.

"Esperamos que o negócio de mobilidade elétrica seja tão lucrativo quanto o negócio de motores de combustão antes do planejado", disse Diess, falando na reunião anual de acionistas.

A Volkswagen entregou cerca de 452 mil veículos elétricos globalmente no ano passado e pretende que metade de sua produção global seja totalmente elétrica até 2030. A empresa planeja fabricar 800 mil carros totalmente elétricos em todo o mundo neste ano e 1,3 milhão em 2023, informou na quinta-feira.

Diess também disse entender que o momento é ideal para uma oferta inicial de ações (IPO) da montadora de carros esportivos Porsche, planejada para o quarto trimestre deste ano. A decisão final sobre se a Porsche entrará na Fórmula 1 ainda está pendente, disse o chefe da montadora, Oliver Blume.

Reuters

JBS tem lucro líquido de R$ 5,142 bilhões no 1º trimestre, alta de 151% em 1 ano

A JBS encerrou o primeiro trimestre de 2022 com lucro líquido de R$ 5,142 bilhões, ou R$ 2,29 por ação, alta de 151,4% ante o verificado em igual período de 2021, informou a empresa, no release que acompanha os resultados, divulgado depois do fechamento do mercado. A receita líquida foi recorde em R$ 90,866 bilhões, aumento de 20,8% em relação aos R$ 75,251 bilhões do primeiro trimestre do ano passado. Já o Ebtida ajustado (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 46,7%, de R$ 6,876 bilhões para R$ 10,084 bilhões. A margem ficou em 11,1%.

A dívida líquida da companhia somou R$ 66,488 bilhões, 4% inferior ao reportado em igual trimestre de 2021, de R$ 69,279 bilhões. Em dólares, a dívida líquida aumentou 13%, de US$ 10,035 bilhões para US$ 14,033 bilhões. Já a alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 1,36 vez em reais e 1,53 vez em dólares no primeiro trimestre, contra 1,76 vez e 1,67 vez, respectivamente.

Na comparação com o índice do trimestre anterior, o último de 2021, a alavancagem estava em 1,52 vez em reais e em 1,46 vez em dólares, alta e queda respectivamente.

O resultado financeiro líquido da empresa ficou negativo em R$ 210,073 milhões, contra um negativo de R$ 1,172 bilhão no primeiro trimestre de 2021.

Por unidade de negócio, o maior crescimento no Ebitda ajustado foi da JBS Austrália, com alta de 398%, seguido pela JBS Brasil, com avanço de 85,4%, pela Pilgrim's Pride, que teve aumento de 67,4%, pela JBS USA Beef, que teve aumento de 55,7%, e pela JBS USA Pork, com alta de 20,1%. O Ebitda ajustado da Seara caiu 33,9%.

A empresa passou a divulgar os resultados da JBS Austrália neste trimestre (anteriormente parte da JBS Beef North America). Segundo a companhia, a unidade é a maior empresa de processamento de carnes e alimentos do país, com operações em carne bovina, ovina, suína, peixe e alimentos preparados.

Em relação à marca brasileira Seara, em comunicado enviado à imprensa, a companhia ressalta que os custos de produção permaneceram desafiadores, em especial farelo de soja e milho.

Reuters

Este documento foi assinado digitalmente por EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código C6D0-13DC-B309-AC88.